

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ECONÔMICA**

**ITALIANOS EM TAUBATÉ:  
O NÚCLEO COLONIAL DO QUIRIRIM,  
1890/1920**

**ANA LUCIA DI LORENZO**

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO  
EM HISTÓRIA ECONÔMICA,  
Apresentada à FFLCH/USP**

**Profa. Orientadora: Profa. Dra. Raquel Glezer**

**SÃO PAULO  
2002**

**ANA LUCIA DI LORENZO**

**ITALIANOS EM TABATÉ: O NÚCLEO  
COLONIAL DO QUIRIRIM, 1890/1920**

**Para meus sobrinhos**

**Carmelo, Hugo, Leandro,  
Arthur, Victor e Livia,  
em memória de seus avós**

**Ginette e Carmelo Di Lorenzo.**

## RESUMO

A colônia do Quiririm foi instalada em 1890, no Médio Vale do Rio Paraíba paulista. Sua implantação obedeceu a orientação da política de formação de núcleos oficiais nas regiões cafeeiras de São Paulo, que visava estabelecer pequenas propriedades destinadas a lavouras de subsistências, com o objetivo de abastecer as cidades destas áreas. Os lotes foram vendidos para colonos de várias nacionalidades, principalmente brasileiros e italianos. Os italianos foram responsáveis pela estabilidade econômica do núcleo, com olarias e a rizicultura de várzeas, sistema de produção agrícola que introduziram nas áreas de várzeas dos rios Paraíba e Quiririm. Na primeira década do século XX, o arroz do Quiririm era a segunda fonte de renda de Taubaté, depois do café. A rizicultura de várzea espalhou-se por todo o Médio Vale paulista. Através da dominação econômica, os italianos impuseram seus costumes e preservaram sua identidade cultural. Até hoje o Quiririm é considerado um núcleo de “italianos” na região.

## **ABSTRACT**

The colony was established in 1890 in the Middle Valley of the Rio Paraíba paulista. Its implementation obeyed the formation politics of the official nucleus in the coffee planting region in São Paulo with a view to establish small estates which were destined for the subsistence farming and its objective was to supply the cities from this region. The lots were sold to farmhands of different nationalities, mainly brazilian and italian people. The italian people were answerable for the economical stability of the nucleus with their potteries and the rice paddy planting, it's an agrucultural prodution system that they introduced into the holms ( low and flat land alongside a watercourse) or the Rio Paraíba and Rio Quiririm. The Rice from Quiririm was the second source of revenue in Taubaté after the coffee planting in the first decade of the twentieth century. The italian people imposed their own social customs and habits and they kept their cultural identity. Until now Quiririm is considered like na italian people nucleus in the region.

## **ABREVIATURAS**

**AESP**- Arquivo do Estado de São Paulo/ Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo

**CATI/SAASP**- Coordenadoria de Assistência Técnica Integral/Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo

**CAPH/UNITAU**- Centro de Documentação e pesquisa em História/ Universidade de Taubaté

**CTI**- Companhia Taubaté Industrial

**DMPAH/PMT**- Divisão de Museus, Patrimônio e Arquivo Histórico / Prefeitura Municipal de Taubaté

**EMBRAPA/MAA**- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária/Ministério da Agricultura e Abastecimento

**ITCI**- Inspetoria de Terras, Colonização e Imigração do Estado de São Paulo

**MISP**- Memorial do Imigrante de São Paulo

**MIIQ/PMT**- Museu da Imigração Italiana do Quiririm/ Prefeitura Municipal de Taubaté

**PMT**- Prefeitura Municipal de Taubaté

**SAASP**- Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente do estado de São Paulo

**SECI**- Secretaria do Comércio e Indústria do Estado de São Paulo

**UNISAL**- Universidade Salesiana de Lorena

**UNITAU**- Universidade de Taubaté

**UNIVAP**- Universidade do Vale do Paraíba

## ÍNDICE DOS QUADROS

|  |      |
|--|------|
| <b>Quadro 1:</b> Taubaté: relação população/escravos entre 1774/1886.....  | p.20 |
| <b>Quadro 2:</b> Colônias de parceria do Vale do Paraíba paulista.....   | p.24 |
| <b>Quadro 3:</b> Taubaté: núcleos particulares de imigrantes, 1888/1889.....                                     | p.34 |
| <b>Quadro 4:</b> Quiririm: áreas e valores médios dos lotes, 1892.....   | p.48 |
| <b>Quadro 5:</b> Quiririm, 1892: composição da população pó sexo, Idade, estado civil, instrução e religião..... | p.50 |
| <b>Quadro 6:</b> Quiririm, 1892: composição de população por profissões.....                                     | p.51 |
| <b>Quadro 7:</b> Quiririm: proprietários com sobrenomes de origem Portuguesa.....                                | p.52 |
| <b>Quadro 8:</b> Quiririm: proprietários italianos.....  | p.54 |
| <b>Quadro 9:</b> Quiririm: proprietários russos.....   | p.56 |
| <b>Quadro 10:</b> Quiririm: proprietários franceses.....   | p.56 |
| <b>Quadro 11:</b> Quiririm: revenda de lotes.....  | p.56 |
| <b>Quadro 12:</b> Lote suburbano: desmembramento e revenda.....  | p.58 |
| <b>Quadro 13:</b> Lote rural: desmembramento e revenda.....  | p.58 |
| <b>Quadro 14:</b> Quiririm: proprietários com mais de um lote.....   | p.59 |
| <b>Quadro 15:</b> Produção agrícola das colônias valeparaibanas, 1892.....                                       | p.80 |
| <b>Quadro 16:</b> Entradas: Santos, 1887.....  | p.80 |
| <b>Quadro 17:</b> Entradas: Santos, 1888.....  | p.80 |
| <b>Quadro 18:</b> Entradas: Santos, 1890.....  | p.81 |
| <b>Quadro 19:</b> Entradas: Santos, 1891.....  | p.81 |
| <b>Quadro 20:</b> Entradas: Santos, 1894.....  | p.82 |
| <b>Quadro 21:</b> Italianos do Quiririm: registro entradas, porto de Santos.....                                 | p.83 |
| <b>Quadro 22:</b> Entradas: porto do Rio de Janeiro.....   | p.85 |
| <b>Quadro 23:</b> Quiririm: população italiana, 1910/1912.....   | p.88 |
| <b>Quadro 24:</b> Proprietários oriundos de núcleos particulares.....  | p.90 |
| <b>Quadro 25:</b> Colonos nacionais do Quiririm: 1891/1900.....  | p.94 |

## INDICE DOS ANEXOS

|   |       |
|---|-------|
| <b>ANEXO 1:</b> Lotes urbanos por <b>Títulos de Propriedades</b> .....    | p.104 |
| <b>ANEXO 2:</b> lotes urbanos conforme dados do <b>SECI</b> .....         | p.105 |
| <b>ANEXO 3:</b> Lotes suburbanos por <b>Títulos de Propriedades</b> ..... | p.106 |
| <b>ANEXO 4:</b> Lotes suburbanos conforme dados do <b>SECI</b> .....      | p.107 |
| <b>ANEXO 5:</b> Lotes rurais por <b>Títulos de Propriedades</b> .....     | p.108 |
| <b>ANEXO 6:</b> Lotes rurais conforme dados do <b>SECI</b> .....          | p.109 |

## INDICE DAS ILUSTRAÇÕES

|   |       |
|---|-------|
| <b>FOTOS:</b> <b>foto I:</b> Olaria Basílio Indiani.....          | p. 65 |
| <b>foto II:</b> Olaria Basílio Indiani & Irmão.....               | p. 66 |
| <b>foto III:</b> Várzea do rio Quiririm, década de 1910.....      | p.78  |
| <b>foto IV:</b> Várzea do rio Quiririm, década de 1910.....       | p.79  |
| <b>foto V:</b> Várzea do rio Quiririm, década de 1910.....        | p. 79 |
| <b>MAPA I:</b> Bacia hidrográfica do Vale do Paraíba.....         | p. 36 |
| <b>PLANTAS:</b> <b>planta I:</b> Núcleo colonial do Quiririm..... | p.48  |
| <b>planta II:</b> Quiririm atual.....                             | p.49  |



# SUMÁRIO

DEDICATÓRIAS  
AGRADECIMENTOS  
RESUMO  
ABSTRACT  
ABREVIATURAS  
ÍNDICE DO QUADROS  
ÍNDICE DE ANEXOS

|   |              |
|---|--------------|
| INTRODUÇÃO.....   | p.01         |
| <b>CAPÍTULO I: A QUESTÃO DA MÃO DE OBRA NA PROVÍNCIA DE SÃO PAULO.....</b>                              | <b>p.09</b>  |
| 1. Os núcleos coloniais de colonização.....   | p.09         |
| 2. O Vale do Paraíba paulista.....  | p.16         |
| <b>CAPÍTULO II: O NÚCLEO OFICIAL DO QUIRIRIM.....</b>   | <b>p.30</b>  |
| 1. Os debates em Taubaté.....   | p.30         |
| 2. O núcleo do Quiririm.....  | p.36         |
| 3. Composição dos lotes e dos primeiros compradores Do Quiririm.....                                    | p.43         |
| <b>CAPÍTULO III:AS TRANSPLANTAÇÕES CULTURAIS ITALIANAS E A ESTABILIZAÇÃO ECONÔMICA DO QUIRIRIM.....</b> | <b>p. 61</b> |
| 1. As olarias.....  | p.61         |
| 2. a rizicultura de várzeas.....  | p.71         |
| 3. Quiririm como o núcleo dos “italianos do Vale” .....   | p.79         |
| <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>  | <b>p.98</b>  |
| <b>ANEXOS 1A 6: RELAÇÕES DOS PRIMEIROS PROPRIETÁRIOS DE LOTES DO NÚCLEO DO QUIRIRIM.....</b>            | <b>p.104</b> |
| <b>FONTES:.....</b>   | <b>p.110</b> |
| <b>BIBLIOGRAFIA CITADA:.....</b>  | <b>p.112</b> |

## INTRODUÇÃO

Os movimentos migratórios para o Vale do Paraíba no século XIX e principalmente a imigração italiana, são temas que me atraíram, como valeparaibana e descendente de italianos que imigraram para a região.

Meus avós e bisavós maternos vieram da Itália diretamente para Caçapava com outras famílias de imigrantes de origem urbana, oriundos da Toscana italiana e que chegaram ao médio Vale paulista entre a segunda metade da década de 1880 e o início da 1ª Guerra, em 1914.

A maior parte das famílias estabeleceu-se como comerciantes entre os Municípios de Jacareí e Taubaté. Alguns indivíduos reproduziram as profissões pessoais de origem, outros introduziram profissões ou ramos de comércio que a região desconhecia ou era carente, como, por exemplo, olarias e padarias. Dos que foram direcionados para as lavouras, muitos se dirigiram para as cidades após a conclusão de seus contratos e se tornaram comerciantes.

A princípio, minha intenção foi estudar esse processo migratório urbano do qual descendo. Mas o peso da tradição historiográfica foi forte, e acabei pesquisando um tema ligado as questões de propriedade, mão de obra e imigração.

A memória da população do Vale do Paraíba sobre o século XIX remete ao período da cultura do café, como elemento de riqueza, fausto e cultura.

A historiografia clássica sobre a lavoura cafeeira no Vale do Paraíba, fluminense e paulista, destaca dois momentos: o da “grandeza” e o da “decadência” da cultura.<sup>1</sup>

No primeiro momento, entre 1840/70, período em que a região deteve a posição de maior produtora de café do país, surgiu, em decorrência das riquezas oriundas da exportação do café, uma sociedade com características próprias, uma elite de “barões” - donos de grandes fazendas, palacetes nas cidades e escravaria numerosa.

O momento da “decadência”, período entre 1870 e as duas primeiras décadas do século XX, é o do decréscimo da produção do café, seguido pela estagnação econômica, pela decadência político-social de suas elites e cidades. Isto é, a diminuição da produção cafeeira teria trazido também a derrocada da estrutura político-social, seguida por um período de imensa estagnação, descrita pelo valeparaibano de Taubaté Monteiro Lobato,<sup>2</sup> em 1906:

*A quem em nossa terra percorre tais e tais zonas, outrora vivas, hoje mortas, ou em vias disso, tolhidas de insustentável caquexia, uma verdade, que é um desconsolo, ressurgente de tantas ruínas: nosso progresso é nômade e sujeito a paralisias súbitas. Em São Paulo temos perfeito exemplo disso, na depressão profunda que entorpece boa parte chamado Norte (sic). Alí tudo foi, nada é. Não se conjugam verbos no presente. Tudo é pretérito. Umhas tantas cidades moribundas arrastam um viver decrépito, gasto em chorar na mesquinhez de hoje as saudosas grandezas de dantes. “.*

---

<sup>1</sup> Os termos foram extraídos de: STEIN, Stanley J. **Grandeza e decadência do café no Vale do Paraíba**. São Paulo: Brasiliense, 1961.

Os historiadores e cronistas da região seguem o roteiro da memória, privilegiando em seus estudos os mesmos aspectos da sociedade cafeeira.<sup>3</sup> Outras questões importantes e também relacionadas com o café, como problemas de substituição da mão de obra escrava por trabalhadores livres e imigração na região, são temas que ainda não foram objeto de estudos sistemáticos.

Alguns dos autores que se referem ao tema consideram que, a aceleração do processo do encerramento do ciclo de exploração da mão de obra escrava, a partir da década de 70, coincidiu com o início da diminuição da produção do café na região e, que o numeroso plantel de escravos que os fazendeiros possuíam no período foi suficiente para as necessidades de trabalhadores em suas lavouras, até a Abolição. Daí a região não ter tido participação significativa nos movimentos de introdução de trabalhadores livres, como aconteceu na região denominada pela tradição historiográfica, de Oeste da Província.

É também Monteiro Lobato o primeiro a lembrar a presença do imigrante na vida do Vale, no começo do século. No artigo que o lançou como escritor, **Velha Praga**, de 1914, no qual aparece o Jeca Tatu, seu personagem símbolo do valeparaibano da “decadência”, falando da inércia do caboclo do Vale, cita como sinais de “progresso”, o italiano, ao lado da estrada de ferro, do

---

<sup>2</sup> LOBATO, Monteiro. *Cidades Mortas*. In **Cidades Mortas**. 20<sup>a</sup> ed. São Paulo: Brasiliense, 1978, p. 4.

<sup>3</sup> Como exemplo, ver os autores regionais SOBRINHO, Alves Motta. **A civilização do café. (1820-1920)**. São Paulo: Brasiliense, s/d; Maia, Tom. **Vale do Paraíba – Velhas Fazendas**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976. O **Informe da Universidade Salesiana de Lorena (UNISAL)**, exemplar nº 5, de 8/7/2000, traz dois artigos que defendem essa visão historiográfica e relacionam a “decadência” econômica da região com a extinção do trabalho escravo: FERREIRA, Hamilton R. *As fazendas do Vale histórico*. e MAIA, Thereza. *Alguns*

arado e da valorização da propriedade.<sup>4</sup> Em 1925, escreveu o **Jeca Tatuzinho**, para o **Almanaque do Biotônico Fontoura** do Laboratório Fontoura, em que o Jeca Tatu representou novamente o “caboclo” preguiçoso; o italiano, vizinho do Jeca lhe serve de contraponto, de novo como a representação do “progresso”.<sup>5</sup>

Contudo, há registros locais sobre a formação de colônias de imigrantes em fazendas do Vale do Paraíba paulista, entre as cidades de Jacareí e Lorena, durante a década de 50 do século XIX, no mesmo período em que as experiências com as colônias de “parceria” aconteciam na região Oeste da Província de São Paulo. Estes indicam que, quando a lei Euzébio de Queiróz proibiu o tráfico de escravos africanos, a perspectiva de falta de mão de obra nas lavouras também afetou os cafeicultores do médio Vale paulista, os quais tomaram medidas idênticas às dos fazendeiros das novas frentes do café, apesar de manterem um número grande de cativos no período.

Vários autores registraram, em levantamentos, a presença de imigrantes no Vale paulista durante a segunda metade do século XIX.<sup>6</sup> O tamanho do contingente, sua origem, para onde se dirigiu, o(s) sistema(s) e as condições de trabalho a que foram submetidos, são problemas ainda não analisados.

---

*marcos do café em Guaratinguetá*. In Folha de S. Paulo - Folha Vale, c.3, 8/7/2000, suplemento 'Vale em redescobrimto'. Informe Publicitário com circulação semanal, nº 5.

<sup>4</sup> LOBATO. *Velha Praga*. In **Urupês**. 24<sup>a</sup> ed. São Paulo: Brasiliense, 1980; p. 141. Lobato estava na época vivendo em sua fazenda Buquira, Taubaté, quando enviou uma carta à seção de “queixas e reclamações” do **O Estado de S. Paulo**, que acabou sendo publicada como o artigo que o tornou conhecido.

<sup>5</sup> LOBATO, *Jeca Tatuzinho*. In **Almanaque do Biotônico Fontoura**. 34<sup>a</sup> ed. São Paulo: Laboratório Fontoura-SERPE e CI<sup>a</sup>, 1982 (80. 000. 000 de exemplares distribuídos, conforme a indicação da publicação).

<sup>6</sup> LENCIONI, Benedito Sérgio. *Os italianos em Jacareí*. **Anais do XII Simpósio de História do Vale do Paraíba**. São José dos Campos: IEV/UNIVAP, 1994, p. 95 a 98; MOURA, Luis Antonio de. *Migração e imigração no Vale do Paraíba paulista*, op.cit., p. 87 a 97; MURAD, José Felício. *O encontro do Oriente com o Ocidente*, op. cit., p.153 a 174.

O silêncio da História e da memória do Vale do Paraíba paulista sobre a imigração na região sugere algumas questões: - o contingente foi pequeno a ponto de não ter tido qualquer peso sócio-econômico? - os imigrantes teriam se aculturado a ponto de não terem deixado “permanências” significativas?

O Capítulo I deste trabalho é uma reflexão sobre estas questões, traçando um paralelo entre os problemas de mão de obra e imigração nas regiões Oeste e Vale do Paraíba de São Paulo, com enfoque sobre os núcleos oficiais de colonização implantados na Província a partir de 1885.

O núcleo colonial do Quiririm foi a única colônia oficial de Taubaté.

Foi implantada em 1890, com uma série de colônias instaladas nas regiões cafeeiras de São Paulo formando um conjunto de núcleos que fizeram parte da política de incentivo à imigração que o Ministro da Agricultura, Conselheiro Antonio Prado, promoveu a partir de 1885, destinada a atender aos interesses dos cafeicultores da região Oeste paulista. Entre as medidas tomadas, constavam incentivos financeiros para os fazendeiros que cedessem áreas a serem loteadas para a implantação dos núcleos coloniais<sup>7</sup>.

O Quiririm era um bairro rural do Município de Taubaté sem importância econômica, com grande parte de sua área em terras localizadas nas várzeas do Rio Paraíba e seu afluente rio Quiririm, sujeitas a enchentes periódicas e sem condições de aproveitamento para lavouras de café.

O fazendeiro e político Dr. Francisco de Paula Toledo, proprietário na região, conseguiu implantar o núcleo colonial em suas terras em troca de subsídios, apesar da inadequação de grande parte das terras para a agricultura do café e das lavouras de subsistência costumeiramente cultivadas na região.

No Capítulo II são discutidas as razões da instalação do núcleo colonial do Quiririm, instituído oficialmente para atrair imigrantes em um momento em que a produção do café no Vale do Paraíba já estava em declínio e em terras de várzeas, impróprias para lavouras. Apresenta também uma análise da composição populacional e dos primeiros colonos do núcleo.

Uma parte significativa dos lotes foi adquirida por italianos imigrados principalmente da região do Veneto..

De início tentaram cultivar lavouras de subsistência mas, pela inadequação que grande parte das terras apresentaram, acabaram por aproveitá-las para a rizicultura de várzeas, cultivo que conheciam desde o Veneto e que introduziram em São Paulo.

O arroz do Quiririm espalhou-se por toda a área de várzea do Rio Paraíba, entre Jacareí e Guaratinguetá e, até meados do século XX, foi um importante setor da economia regional.

Hoje o Quiririm é um Subdistrito e um dos dois distritos industriais de Taubaté, onde estão importantes indústrias multinacionais como Ford, Mecânica Pesada, Daruma, entre outras e com população de, aproximadamente, 15000 habitantes.

---

<sup>7</sup> GADELHA, Regina Maria d'Aquino. **Os núcleos coloniais e o processo de acumulação cafeeira (1850-1920). Contribuição ao estudo da colonização em São Paulo.** Doutorado em

Mas ainda é conhecido como o “núcleo italiano” do Vale, no qual os descendentes das famílias pioneiras ainda mantêm costumes da época da implantação da colônia. A antiga área da sede colonial continua, preservada e habitada pelas antigas famílias, algumas mantendo as lavouras de arroz iniciadas por seus avós.

O Capítulo III é um estudo sobre o processo de estabilização econômica do Quiririm através de transplantações culturais e técnicas trazidas pelos colonos italianos de suas regiões de origem – as olarias e a rizicultura de várzeas – e a integração dos italianos na economia regional como resultado da rizicultura. Também faz considerações sobre os motivos que levaram ‘a caracterização da colônia como um centro regional de italianos e sobre as transplantações e adaptações da cultura de origem nos descendentes dos primeiros colonos.

A delimitação do trabalho no período entre 1890 e 1915 é por considerar que, nos 25 anos que se seguiram ‘a instalação, os italianos conseguiram estabilidade econômica pela produção dos seus arrozais e impuseram seus costumes ao cotidiano do núcleo, delineando o mito do “Quiririm italiano”.

As fontes utilizadas estão depositadas em diversos arquivos, como **Arquivo de Estado de São Paulo/Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo; Memorial do Imigrante de São Paulo/Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo; Museu da Imigração Italiana do Quiririm/Prefeitura**



**Municipal de Taubaté; Arquivo e Hemeroteca do Departamento de Museus, Patrimônio e Arquivo Histórico da Prefeitura Municipal de Taubaté e Centro de Documentação e Patrimônio Histórico da Universidade de Taubaté.<sup>8</sup>**

Depoimentos de descendentes, netos e bisnetos dos primeiros italianos foram utilizados como fontes, algumas vezes em entrevistas gravadas pela pesquisadora e transcritas de acordo com as normas, outras vezes através de outros autores, devido à constância com que são citados, principalmente a partir da fundação da **Società 30 di Aprile** e do **Museu da Imigração Italiana do Quiririm**, em 1993, que despertaram o interesse dos estudiosos e cronistas taubateanos pela história da antiga colônia.

---

<sup>8</sup> As descrições estão na seção **Fontes** deste trabalho

## CAPÍTULO I - A QUESTÃO DA MÃO DE OBRA NA PROVÍNCIA DE SÃO PAULO

### 1. Os núcleos oficiais de colonização

Núcleos coloniais foram formas de colonização que tiveram como característica a fixação de trabalhadores agrícolas em territórios pré-determinados. As primeiras experiências aconteceram quando D. João VI criou as primeiras colônias de imigrantes na região Sul do país, na tentativa de garantir a posse de regiões ainda isoladas, visando seu povoamento e colonização.<sup>9</sup>

A experiência de fixação de trabalhadores em núcleos coloniais foi seguida na Província de São Paulo, principalmente na segunda metade do século XIX, mas com objetivos diferentes: foram implantadas em regiões em que, no período, se desenvolvia a cultura do café e fizeram parte de uma política de substituição da mão de obra escrava por trabalhadores livres para as lavouras.

A expansão dos mercados e o desenvolvimento do capitalismo mundial do século XIX trouxeram mudanças nas políticas de terras e de trabalho, nos países direta ou indiretamente envolvidos no processo. No Brasil, a passagem da economia comercial para a capitalista foi retardada o maior tempo possível pela elite econômica, ainda presa ao modelo colonial de exploração da terra,

---

<sup>9</sup> MARTINS, José de Souza. **A imigração e a crise do Brasil agrário**. São Paulo: Pioneira. 1973, p. 51.e COSTA, Emília V. da. *Colônias de parceria nas lavouras de café*. In: **Da monarquia à República**.. 4a ed. São Paulo: Brasiliense, 1987; p. 162. (1ª ed., 1977).

voltado para a monocultura de produtos tropicais de exportação e sustentado na mão de obra escrava.<sup>10</sup>

No Brasil, o sistema de mão de obra escrava foi objeto de discussão desde o período da Independência. Em 1823, José Bonifácio elaborou um projeto sobre a escravidão, que deveria ser encaminhado à Assembléia Constituinte, fechada por D. Pedro I, no qual propunha a discussão sobre “os males do sistema” e a necessidade da implantação de “pequenas propriedades” juntamente com a vinda de trabalhadores “jornaleiros assalariados”; as medidas tinham duplo objetivo: trazer um aproveitamento racional de terras e a criação de mercados, ancorados nos trabalhadores assalariados.

Durante as Regências, as mesmas questões foram discutidas pelo Governo Central. Em 1831, devido a pressões da Inglaterra, foi aprovada a primeira lei que proibia o tráfico de escravos. Mas a lavoura cafeeira começava sua expansão pelo Vale do Paraíba fluminense enquanto o café se tornava um produto largamente consumido como estimulante, pelos operários europeus. O aumento do consumo externo fez dele o principal produto brasileiro de exportação, acarretando a rápida expansão das lavouras e a exigência do aumento da mão de obra escrava, anulando as medidas de proibição do tráfico escravo e paralisando as discussões sobre o fim da escravidão e a introdução do trabalho livre no país<sup>11</sup>.

---

<sup>10</sup> COSTA, Emília Viotti da. *Política de terras no Brasil e nos Estados Unidos*. op cit, p 139/140

As pressões do capitalismo mundial forçaram a criação da lei Eusébio de Queiróz, em 1850, que proibiu definitivamente o tráfico negreiro e acelerou a resolução do problema da mão de obra escrava.

No mesmo período, o café se expandiu em direção ao Oeste paulista, com a abertura de novas áreas de cultivo e a conseqüente demanda de mão-de-obra. A perspectiva da escassez de mão de obra nas lavouras nas áreas de cultura, ao mesmo tempo em que ativou o tráfico interno de cativos – principalmente entre as províncias do Norte do país e as regiões do café, renovou o interesse dos cafeicultores pela contratação de trabalhadores livres e pela imigração,

Inicialmente os imigrantes atraídos para as lavouras de café de São Paulo vieram diretamente para colônias particulares, instaladas nas fazendas pelos proprietários, que subsidiavam as passagens e a instalação das levas de trabalhadores. O sistema de trabalho era o de “parceria”, de acordo com o modelo das antigas colônias do início do século.<sup>12</sup>

Mas enquanto que nessas últimas a propriedade da terra fora facilitada como uma forma de garantir o povoamento, com a fixação dos colonos nas propriedades, em São Paulo, o sentido da “parceria” foi oposto, isto é, o acesso à propriedade foi dificultado, para garantir a permanência dos trabalhadores nas fazendas, como garantia de mão de obra.

---

<sup>11</sup> GADELHA, op. cit., p. 26 e 27

<sup>12</sup> Os trabalhos que analisam os núcleos particulares de “parceria” são numerosos, destacando-se: COSTA, Emilia Viotti da. **Da senzala à colônia**. 3ª ed. São Paulo:UNESP,1997(1ª ed.,1966), id.ibid.*Colônias de parceria nas lavouras de café* ., op.cit., p. 162 a 191; DEAN Warren. **Rio Claro. Um sistema brasileiro de grande lavoura. 1820-1920**. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1977.

A Lei de Terras, decretada no mesmo ano e regulamentada em 1854, definiu a forma de aquisição da terra, de acordo com as novas condições do mercado e também funcionou como uma forma dos grandes proprietários garantirem seus antigos privilégios. A terra adquiriu a condição de “mercadoria”, controlada por um órgão específico, a **Repartição de Terras Públicas**. O acesso às terras públicas passou a ser possível somente através de compra, abolindo o sistema de posse e de doação, formas herdadas da legislação metropolitana colonial que ainda estava em vigor.

As posses anteriores à lei foram respeitadas, mas não poderiam ultrapassar a área da maior doação do distrito em que se situasse; os títulos de posse seriam expedidos com o pagamento de taxas, destinadas à demarcação de novas áreas e à importação de colonos livres.

Os preços elevados na avaliação das áreas demarcadas e as taxas obrigatórias tornaram-nas inacessíveis aos de menor condição econômica, inviabilizando-as tanto aos antigos posseiros como aos colonos imigrantes. O poder de compra continuou com os grandes fazendeiros que, ao mesmo tempo, garantiram a mão de obra livre em suas fazendas, já que o pequeno pecúlio que os colonos conseguiam juntar com o trabalho nas colônias de parceria era insuficiente para a compra das áreas.<sup>13</sup>

Segundo Martins, entre 1829 e 1890, 108 colônias foram formadas 78% delas em São Paulo, nos vinte anos após a proibição do tráfico africano de escravos; 67 entre 1850/1860, com uma sensível diminuição para apenas

---

<sup>13</sup> COSTA, 1985, P. 140, 141 E 146.

18 colônias entre 1860/1870, período em que se acumularam as tensões entre colonos e proprietários.<sup>14</sup>

O sistema de parcerias acabou fracassando, pelos constantes atritos entre os colonos e fazendeiros, provocados pelas condições de trabalho e de vida que encontraram nas colônias e pela inadequação dos cafeicultores paulistas em se relacionar com trabalhadores livres. Estes acabaram perdendo o interesse na vinda de imigrantes estrangeiros, mesmo quando se tornou evidente a conclusão do processo de libertação dos escravos.

Dean afirma que “*quase todos os fazendeiros de São Paulo continuaram indecisos até o final*”, considerando que a perda dos escravos representava também a perda de uma posição de elite, que trabalhadores assalariados e imigrantes não sustentariam. E que somente quando a escravidão “*já entrara em colapso*” e com a aprovação da Assembléia Provincial para o pagamento completo das passagens, enfrentaram com seriedade a alternativa da imigração de trabalhadores assalariados.<sup>6</sup>

Gadelha concorda com Dean e acrescenta que a crise de preços que o café brasileiro enfrentou entre 1886 e 1890 fora causada mais pela falta de mão de obra, que não acompanhava a expansão das lavouras, do que por uma queda na demanda e dos preços nos mercados mundiais, que passavam por um período de prosperidade. Foram estes os motivos do movimento da “grande imigração” para São Paulo, a partir dos primeiros contratos de 1888.<sup>7</sup>

Na década de 70, a crise de mão de obra se acelerou pela constante expansão das zonas cafeeiras e o esgotamento das fontes internas de

---

<sup>14</sup> MARTINS, op. cit., p.53.

<sup>6</sup> DEAN, op.cit.,p. 151/2

escravos levando a uma alta nos preços dos cativos. Em consequência, houve uma sobrecarga no trabalho escravo nas frentes do Oeste paulista, provocando o aumento da mortalidade e a diminuição dos plantéis. O interesse pelo trabalhador imigrante foi então renovado, como meio de suprir a carência de mão de obra.

A partir de 1871, os governos Imperial e Provincial providenciaram uma série de medidas de incentivo à imigração. Neste mesmo ano foi fundada a **Associação Auxiliadora de Imigração**, de caráter semi-oficial, para promover a vinda de estrangeiros que trabalhariam diretamente com os fazendeiros que os contratassem, com apoio e subsídios do Governo Provincial. Em 1876, o Ministério da Agricultura criou a **Inspetoria Geral de Terras e Colonização**, órgão destinado a dar incentivos pecuniários aos fazendeiros, para a promoção da vinda de imigrantes. Foram as primeiras medidas de uma política oficial de imigração voltada aos interesses dos cafeicultores

Fazia parte delas a criação de núcleos coloniais em caráter oficial, como uma tentativa de superação das limitações que haviam apresentado os núcleos particulares de parceria. O objetivo principal era fixar colonos como pequenos proprietários de terras, em áreas determinadas em torno das vilas, com a função de abastecê-las dos gêneros alimentícios e de valorizar terras improdutivas para o cultivo do café.

As áreas deveriam ser divididas em pequenos lotes, para serem vendidos a colonos, imigrantes ou não, com preços e prazos acessíveis,

---

<sup>7</sup> GADELHA, op. cit., p.119

escolhidas em terras devolutas ou em terras particulares cujos donos estivessem dispostos a cedê-las, por venda ou em troca de incentivos.

Os primeiros núcleos foram implantados em 1876, em torno da cidade de São Paulo: São Caetano, São Bernardo, Santana, Glória e Jurubatuba.<sup>8</sup>

Em 1886, o Conselheiro Antônio Prado, então Ministro da Agricultura, atendendo aos interesses dos cafeicultores do Oeste paulista, tomou novas medidas a favor da imigração, criando a **Inspetoria Especial de Terras e Colonização** e a **Sociedade Promotora de Imigração**. No mesmo ano, constituiu uma comissão encarregada da reorganização dos núcleos já existentes e da formação de novas colônias oficiais, em todas as zonas de cultura de café<sup>9</sup>

Para a maioria dos autores que estudam a imigração esses núcleos, por terem sido criados integrados às grandes fazendas de café, foram uma forma de os latifundiários manter reservas de mão-de-obra compulsória para as ocasiões em que precisassem, como nas ocasiões de colheitas;<sup>10</sup>

Gadelha, ao analisar a legislação sobre os núcleos oficiais, chega à conclusão de que, apesar de envolver menos gente e capitais que as outras formas de colonização e imigração, esses núcleos tiveram a mesma importância no processo de transição do sistema mercantil para o capitalismo,

---

<sup>8</sup> Ver os estudos sobre o núcleo de São Bernardo, AGAZZI, Constantino. **Das regiões lombardas e vênetas ao Núcleo Colonial de São Bernardo: acompanhando o imigrante italiano**. Dissertação de Mestrado, História: FFLCH, 1974, sobre São Caetano, MARTINS, José de Sousa. **A imigração e a crise do Brasil agrário**. São Paulo: Pioneira, 1973 e SALLES, Maria Izabel B. Moreira. **Santana, imigração e colonização (um núcleo paulista de colonização oficial)**. Dissertação de Mestrado, História: FFLCH/USP, 1978

<sup>9</sup> MARTINS, op. cit., p. 72 e GADELHA, op. cit., p. 130.

<sup>10</sup> MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. 6<sup>a</sup> ed. São Paulo: Hucitec-polis, 1984; p. 65 e 66. Considera os núcleos como “viveiros de mão-de-obra”, FAUSTO, Boris. *A expansão do café e a política cafeeira*. In HOLLANDA, Sérgio Buarque de. **História da Civilização**



com a importante função de abastecer as vilas do complexo cafeeiro, que a política de monocultura do café não permitia nos latifúndios e, de valorizar terras consideradas improdutivas para o cultivo do café, com a introdução de culturas diferenciadas e voltadas para a subsistência.

Algumas das culturas introduzidas pelos imigrantes acabaram tendo também a função de complementar a economia das áreas em que foram implantadas, como no caso do núcleo Barão de Jundiaí, implantado em Jundiaí. Filippini concorda com Gadelha e demonstra que os imigrantes italianos da colônia introduziram o cultivo da uva e fabricação de vinho como atividades paralelas às lavouras de café; a expansão da cultura fez dela uma das principais fontes de renda do município.<sup>11</sup>

O processo de implantação do núcleo oficial de Taubaté, no Quiririm, reforça as assertivas de Gadelha. A rizicultura de várzeas introduzida pelos migrantes italianos o estabilizou economicamente e tornou-se uma importante fonte de rendas para o Município, em um período em que a produção do café entrava em declínio.

## **2. O Vale do Paraíba paulista**

A historiografia sobre a substituição de mão de obra e imigração na economia cafeeira de São Paulo, no século XIX, concentra-se em estudos

---

**Brasileira**. T. III, v. 1. 3ª ed. São Paulo: DIFEL, 1976;p.198., diz que os núcleos seriam uma opção de emergência enquanto eram tentadas formas mais modernas de mão-de-obra.

<sup>11</sup> GADELHA, op. cit., p.115 e 221e FILIPPINI, Elizabeth. **À sombra dos cafezais: sitiantes e chacareiros em Jundiaí (1890-1920)**.Doutorado: Depart/o de História, FFLCH/USP, 1998.

sobre os movimentos que aconteceram nas “zonas novas” de lavouras de café, o chamado Oeste paulista.

Sobre o Vale do Paraíba, zona pioneira da implantação do café, os estudos se dedicam a analisar as estruturas econômicas e sociais da cultura e a mão de obra escrava que sustentou seu desenvolvimento.

Quando se referem aos problemas de substituição dos escravos por trabalhadores livres, dão conta da pouca participação de seus fazendeiros nos movimentos políticos de defesa dos movimentos imigratórios que São Paulo experimentou, explicando-a tanto como o resultado de sua longa tradição escravista, como pelo grande contingente de cativos que a região ainda possuía, no momento em que as novas frentes das lavouras de café recorreram aos trabalhadores estrangeiros como uma alternativa para seus problemas de substituição de mão-de-obra.<sup>15</sup>

O Vale do Paraíba, como as outras regiões de povoamento antigo do período colonial, usou o trabalho escravo, pelo menos desde meados do século XVII, como é o caso de Taubaté, a primeira vila implantada no Vale paulista por Jacques Felix, em meados do século XVII.

Maurício Martins Alves<sup>16</sup> em trabalho sobre a economia do município entre a segunda metade do século XVII e início do XVIII - período em que Taubaté atuou como ponta de lança para a penetração portuguesa em direção aos “sertões de Itanhaem”(sic), diz que, entre 1680 até fins da década de 90,

---

<sup>15</sup> COSTA. **Da senzala à colônia**, p.233, a autora afirma que, em 1870, os fazendeiros do Vale teriam ido contra os projetos imigratórios do Oeste paulista por estarem “*abarrotados de escravos*.” MOTTA SOBRINHO, Alves. **A civilização do café.( 1820-1920)**. São Paulo: Brasiliense ;s/d: diz que, em 1844, dos 167 491 escravos arrolados em São Paulo, cerca de 50 000 (33%) se localizavam no Vale paulista e as três primeiras posições eram de Bananal (6.928), Guaratinguetá ( 5 014) e Taubaté ( 4 537).

sua principal atividade era o apresamento do indígena, para ser vendido como escravo ou utilizado nas lavouras de subsistência da região. Os cativos indígenas foram substituídos pelos africanos no último quartel do século, quando sua quantidade não foi mais capaz de suprir a demanda. Principalmente depois da descoberta das minas de ouro de Sabará a demanda por escravos aumentou significativamente, em decorrência do crescimento do número das expedições em direção às minas e da função que a vila passou a exercer, de entreposto para as tropas de mula que ligavam a região das minas ao Litoral Norte-Ubatuba-e ao Rio de Janeiro, o que possibilitou a entrada de cativos africanos.

Armênio de Souza Rangel,<sup>17</sup> em artigo sobre a economia de Taubaté, entre fins do século XVIII e início do século XIX, afirma que, com o fim de sua participação nas descobertas de minérios e a abertura do “Caminho Novo”, a vila perdeu sua importância como centro de suprimento das tropas que se dirigiam às minas e experimentou um período de economia de subsistência, baseada principalmente na criação de porcos, galinhas e pequenas lavouras de fumo e cana-de-açúcar e com fraca integração ao comércio exterior. Apesar de considerar que houve “*uma certa estagnação econômica*”, informa que o perfil *de sua distribuição de rendas já apresentava “os mesmos padrões das regiões fortemente integradas ao sentido da colonização moderna”*, isto é, com grande concentração na repartição das “riquezas” e forte presença do trabalho escravo.

---

<sup>16</sup> ALVES, Maurício Martins. **Caminhos da pobreza-A manutenção da diferença em Taubaté (1680-1729)**. 1ª ed. Taubaté: PMT/Taubateana, 1999, p. 1/ 2.

Segundo o autor, em 1774 havia em Taubaté 205 senhores com 945 cativos; em 1817, 128 proprietários de terras possuíam 1034 cativos, como o caso do proprietário de engenho e criador de porcos Francisco Moreira da Costa, possuidor de 109 escravos, número que pode ser considerado alto para a época. Essas seriam as bases para a estrutura da economia cafeeira que se implantou na região a partir da década de 30.

Cristina Santos<sup>18</sup> confirma as afirmações de Rangel: em 1836, Taubaté era a vila mais povoada de São Paulo, com 11 833 habitantes, com 3 604 escravos (30,45% da população). O município continuou crescendo, com uma *“evolução numérica da população escrava paralela ao percurso geral da população como um todo”*: A relação habitantes–escravos se manteve, diminuindo apenas no fim da década de 70, acompanhando o decréscimo da produção de café.

Em 1843, D. Pedro II concedeu a Taubaté o título de cidade, devido a sua volumosa produção cafeeira.

É também Cristina Santos<sup>19</sup> quem diz que, na década de 50 (1854/55), quando a cidade era o segundo centro produtor de café do país, sua população era de 17.700 habitantes para 4.345 escravos (24,54%), em 1872, 20.847 habitantes para 4.122 escravos (19,77%), em 1877, 18.933 habitantes para 4.200 escravos (24,70%), em 1886, 19.501 habitantes com 2.668 cativos, uma diminuição drástica, provavelmente devido à aceleração do processo de libertação.

---

<sup>17</sup> RANGEL, Armênio de Souza. Dilemas da Historiografia Paulista: A repartição da riqueza no município de Taubaté no início do século XIX. **Estudos Econômicos**. São Paulo, v. 28, n.2, abril-junho, 1998, p. 352, 355 e 356.

<sup>18</sup> SANTOS, Maria Cristina M. Soto de. **Pobreza e conflito em Taubaté: 1860-1935**. Doutorado em História Social, FFLCH/USP, Departamento de História, 1995, p.29.

O quadro a seguir demonstra a relação população - escravos em Taubaté, entre as últimas décadas do século XVIII e meados do XIX:

### Quadro I

#### Taubaté: relação população/escravos entre 1774/1886

| Data    | População ou proprietários | Escravos/porcentagem por habitantes |
|---------|----------------------------|-------------------------------------|
| 1774    | 205 prop.                  | 945                                 |
| 1817    | 128 prop.                  | 1034                                |
| 1836    | 11833 hab.                 | 3604(30.45%)                        |
| 1854/55 | 17700 hab.                 | 4345 (24.54%)                       |
| 1872    | 20847 hab.                 | 4122 (19.77%) *                     |
| 1877    | 18933 hab.                 | 4200 (22.18%)*                      |
| 1886    | 19501 hab.                 | 2668 (13.68%)                       |

Fontes: RANGEL, op.cit, p.352/355/356 e SANTOS, op.cit., p.29/30/31.

\*porcentagens refeitas

Durante o auge do café na região, aproximadamente de 1840 ao final da década de 70, Taubaté continuou sendo um centro regional de comércio e comunicação, com a reativação de sua antiga função de entreposto das rotas das tropas de mulas, que continuaram sendo o principal veículo de escoamento da produção do café até que a Estrada de Ferro Central do Brasil fosse completada, em 1876.<sup>20</sup>

Tais condições possibilitaram ao município manter-se como uma área economicamente importante, mesmo quando a região perdeu sua posição de

<sup>19</sup> id. *ibid.*, op. cit., p. 30, 31. As porcentagens referentes a 1872 e 1877, aparecem erradas no texto citado e foram retificadas no **Quadro I**.

<sup>20</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Vale do Paraíba – Velhas Fazendas*. In **Livro dos Prefácios**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996; p.251.

líder na produção do café para o Oeste de São Paulo. Na década de 80, a cidade possuía um comércio importante e já apresentava algumas indústrias.<sup>21</sup>

No período colonial o processo da colonização portuguesa foi diferente para as zonas valeparaibanas do Rio de Janeiro e São Paulo e, à medida que a cultura do café penetrou e se alastrou, elas foram se confundindo, sob uma estrutura econômica e social que pode ser comparada à implantada no Nordeste açucareiro.

Maria Isaura Pereira de Queiroz<sup>22</sup> baseando-se em Taunay, descreve a composição social das fazendas de café como *“um conjunto de pessoas dividido em três corpos distintos: o dono da fazenda e sua família; os empregados assalariados da administração, incluindo o capelão e o médico; os escravos”*. Da camada intermediária, formada por libertos, agregados e colonos, a autora afirma que esses últimos *“eram encontrados muito raramente nessas fazendas do Vale”*; menciona apenas um exemplo, o do holandês Antonio van Erven, que empregava colonos açorianos.

Stanley J. Stein, em seu estudo sobre Vassouras, no Vale fluminense,<sup>23</sup> sobre a dependência da cultura cafeeira de Vassouras da mão de obra escrava, a considera como um resultado da *“mentalidade portuguesa dos*

---

<sup>21</sup> ABREU, Maria Morgado de. **Taubaté, de centro irradiador de bandeirismo a centro industrial e universitário do Vale do Paraíba**. Aparecida. Editora Santuário. 1985; p. 37,38, diz que, para os anos de 1886/87, foram registrados 340 estabelecimentos comerciais: 104 casas de secos e molhados, 16 de louças, 5 de ferragens, 20 de fazendas, 5 açougues, 4 boticas, 20 casas de comissões e compras de café, 6 casas de bilhetes de loterias- e pequenas indústrias: funilarias, chapelarias, de aguardentes, de louças, de sapatos, ferrarias, tanoaria, ouriversaria, tinturaria, tinturaria e a Fábrica de Gás e Óleos Minerais.

<sup>22</sup> QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. A estratificação e a mobilidade social nas comunidades agrárias do Vale do Paraíba, entre 1850 e 1888. **Revista de História**, ano I, n.2, abril/maio, 1950, p.203.

<sup>23</sup> STEIN, Stanley J. **Grandeza e decadência do café no Vale do Paraíba**. São Paulo: Brasiliense. 1961, p. 66 a 73.

*primitivos colonizadores*” e da “*natureza do desenvolvimento econômico do Brasil durante o período colonial*”. Mais adiante, acrescenta que os antigos posseiros e sitiantes da região viram suas propriedades serem apossadas pelos fazendeiros mais poderosos quando os latifúndios de café se instalaram e acabaram dependentes da grande lavoura, sobrevivendo “*em condições precárias*”, sob o jugo dos grandes fazendeiro, como “*agregados ou arrendatários de pequenas glebas*”-nas quais plantavam culturas de subsistência - ou como feitores de escravos, ou ainda, artesãos nas vilas. A posição marginal da camada livre e sem posses e os constantes conflitos que apareciam entre ela e a elite fundiária teriam influído na pouca receptividade que a política imigratória teve na região.

Contudo, a região recebeu correntes imigratórias, com a proibição do tráfico de escravos, nas décadas seguintes a 1850. Os imigrantes atuaram principalmente em regime de “parceria” e, eventualmente, como trabalhadores assalariados. Mas os fazendeiros nunca cogitaram em utilizá-los como substitutos da mão de obra cativa: eles deveriam servir mais como “*elementos de resistência*” em “*possíveis insurreições dos escravos, mais do que como potenciais produtores de café em pequena escala*”.

Os imigrantes acabaram abandonando o Vale do Paraíba pelo Oeste paulista, devido à pouca receptividade e às quase inexistentes oportunidades econômicas que a região oferecia.

Mas na região do Vale do Paraíba paulista pode-se afirmar que aconteceram experiências com trabalho livre paralelas às do Oeste paulista, ainda que em menor escala.

No período de 1850/60, quando o Vale detinha a posição de maior produtor do café, foram criadas colônias de parceria na região, e no Litoral Norte (região ligada economicamente ao Vale paulista)<sup>24</sup> provavelmente impulsionados pelo exemplo dos cafeicultores do Oeste da Província ou pelos estímulos oferecidos pelo Governo, de concessão de auxílios financeiros a fazendeiros que se interessassem em estabelecer colonos em suas terras<sup>25</sup>.

O quadro a seguir traz as colônias de parceria criadas no Vale do Paraíba paulista, na década de 1850:

---

<sup>24</sup>COSTA, Emília V. *Colônias de parceria nas lavouras de café: primeiras experiências*. op. cit, p. 175: confirma a tese da pouca importância que os fazendeiros do Vale deram à imigração, devido à tradição do trabalho escravo e confirma a existência de colônias de parceria “em umas poucas fazendas situadas nas zonas de Taubaté e Lorena”.

<sup>25</sup>Id. *Ibid.*, op. cit., p.172, nota 7: fala sobre projetos de 1854 e 55, concedendo auxílios pecuniários a fazendeiros, para importação de imigrantes. Na mesma nota, cita um requerimento “de vários fazendeiros de Taubaté” pedindo um auxílio de 20 contos, sem juros, para importarem 400 colonos.



## Quadro 2

### Colônias de parceria do Vale do Paraíba paulista, 1850/57.

| Data | Colônia       | Proprietário                   | Localidade    | Colonos:origem |
|------|---------------|--------------------------------|---------------|----------------|
| 1850 | Nacional      | Major Manuel F. Novais         | Lorena        | 1.500 / s/r/   |
| 1855 | Nova Germânia | Carlos Kruger                  | Paraibuna     | 90/alemães     |
| 1855 | Robillard     | Alberico Robillard             | Ubatuba       | 64/suíços      |
| 1855 | Independência | Monteiro & Filho               | Taubaté       | 82/portugueses |
| 1855 | Getubá        | Manoel José V. de Macedo       | São Sebastião | 32/alemães     |
| 1855 | Paraíso       | Monteiro & Filho               | Taubaté       | 27/portugueses |
| 1856 | Nova Olinda   | Major Francisco José de Castro | Ubatuba       | 91/suíços      |
| 1856 | Pereque Mirim | Major Francisco José de Castro | Ubatuba       | 178/alemães    |
| 1856 | Santa Cruz    | Luiz Otávio Pereira            | Ubatuba       | s/r            |
| 1857 | Corcovado     | Conde Galari                   | Ubatuba       | s/r            |

**Fonte:** SOUZA, Olga R. Nunes de. *O sonho construído... A pequena história do casarão dos Indiani*. In **Quiririm, presença e história italiana**. Taubaté: Vogal, 1997; p. 49 e 50.

Entre os proprietários arrolados três eram estrangeiros e, provavelmente, pequenos fazendeiros que, a exemplo do mencionado van Erden, trouxeram compatriotas para suas terras. Mas, pelo menos dois deles eram poderosos latifundiários, o Major Novais de Lorena e Monteiro & Filho. Francisco Alves Monteiro de Barros foi um importante cafeicultor, com fazendas que se estendiam pelos atuais municípios de Taubaté, Tremembé, Redenção da Serra e Monteiro Lobato e seu filho José Francisco Monteiro, futuro Visconde de Tremembé, foi o mais influente político de Taubaté nas décadas seguintes.

Vale assinalar que aconteceu na colônia de Nova Olinda a primeira revolta de colonos sob contrato de parceria, revelando as tensões acumuladas entre imigrantes e fazendeiros, responsáveis pelo fracasso do sistema.<sup>26</sup>

Os resultados das experiências no Vale não foram estudados mas, no caso das colônias taubateanas devem ter sido satisfatórios: na década de 80, quando as discussões sobre substituição de mão de obra e imigração entraram em pauta na Câmara Municipal, o Visconde de Tremembé foi o principal defensor da instalação de imigrantes na cidade.

Entre 1860 e a década de 80, no apogeu da cultura cafeeira, a região recebeu imigrantes de várias nacionalidade que, em sua maioria, se dirigiram para os centros urbanos atraídos pelo crescimento que experimentavam e neles atuaram como comerciantes e artesãos<sup>27</sup>.

Em Taubaté, na década de 80, as Atas da Câmara Municipal registraram a participação de Carlos Usiglio no processo da introdução de imigrantes no município, um italiano com casa de “secos e molhados” que deve ter se destacado no comércio da cidade, a ponto de compor a diretoria da **Sociedade de Imigração**, com a elite cafeeira local.<sup>28</sup>

---

<sup>26</sup> STOLCKE, Verena e HAAL, Michael M. *A introdução do trabalho livre nas fazendas de café de São Paulo*. **Revista brasileira de História**. São Paulo: Marco Zero/ANPUH, 1988; p.86: de início, o problema surgiu devido a invasões de gado nos terrenos cultivados pelos colonos e desacordos quanto a indenizações; com a visita do cônsul suíço à colônia, as queixas dos colonos derivaram para outras questões como condição de vida e trabalho dos imigrantes. As rixas acabaram com a promessa do cônsul de transferir os imigrantes para uma colônia do governo.

<sup>27</sup> MOURA, Luís Antônio de. op. cit. p. 87 a 97: fala sobre a presença de italianos e árabes, comerciantes e donos de pequenas indústrias em Guaratinguetá, no fim do século XIX. MURAD, José Felício. op. cit., p. 153 a 174. Estuda a colônia libanesa em Aparecida, onde teriam dominado o comércio, a partir do fim do século XIX. LENCIONI, Benedito Sérgio. op. cit., p. 95 a 98. Faz um levantamento sobre italianos que teriam sido comerciantes e proprietários de pequenas indústrias em Jacareí.

<sup>28</sup> GUISSARD FILHO, Felix. **Taubaté: Atas da Câmara**. 3 v. São Paulo: Universal/IHB. 1944; p.135, 143 e 144.

Em 1885, a Assembléia Provincial recebeu um requerimento de “*vários fazendeiros de Taubaté*” solicitando auxílio de 20 contos de réis como empréstimo, sem juros, para a importação de 400 colonos<sup>29</sup>.

Em 1899 o **Almanaque de Taubaté** arrolou 139 pessoas com sobrenomes de origem estrangeira, comerciantes, os que exerciam “profissões” e donos de pequenas indústrias da cidade: 116 de origem italiana, 20 de origem alemã, 2 franceses, 1 árabe e 1 escocês.<sup>30</sup>

Entre os italianos, a maioria (54) exercia “profissões”, com concentração entre os carpinteiros (7 entre 8 arrolados) e funileiros (os 5 arrolados); quarenta e nove eram comerciantes, principalmente de “secos e molhados” (13), lojas de fazendas, armarinhos e restaurantes; dez eram donos de pequenas indústrias, como de colchoaria, massas, licor, cerveja, etc. Três deles eram profissionais liberais: um médico, Carlos Botto, um professor, José Victor Bernasconi e o professor de música, regente da Philharmonica Taubateense e afinador de pianos, Antonio Penzo. Os dois fotógrafos da cidade também tinham sobrenomes italianos. Entre os quatro “bancos e casa bancárias” arroladas, uma casa bancária era de Gamboni & Bartolini, também comerciantes de “secos e molhados”.

Entre os vinte sobrenomes de origem alemã, oito exerciam “profissões”, seis eram comerciantes e seis tinham pequenas indústrias. O único árabe era comerciante de armarinho.

Entre os dois franceses, um era dono de curtume e o outro, Felix Guisard era o Diretor – gerente e um dos sócios da fábrica de tecidos

---

<sup>29</sup> COSTA. op. cit., 171.

<sup>30</sup> **Almanach Ilustrado do Diário de Taubaté para 1899.** Taubaté: Typ. Do “Jornal de Taubaté”, 1899; p.45 a 68.

Companhia Taubaté Industrial (CTI), que deu origem ao maior complexo industrial do Vale paulista, até meados do século XX.

O árabe e o escocês eram comerciantes,<sup>31</sup>

Taubaté, em 1899, tinha dois agentes consulares, um da Itália- o comerciante Raphael Morelli e um da França, Jorge Cahen, apesar de serem citados apenas dois nomes de origem francesa, provavelmente pela importância que tinha a CTI .

Apesar do arrolamento citado acima ser posterior ao período em que teriam chegado imigrantes por conta própria para os centros urbanos do Vale paulista (anos de 1860/1880) e de Taubaté ter recebido levas oficiais de colonos durante a década de 80, a atuação que então apresentavam na vida econômica da cidade indica que provavelmente chegaram à região em meados do século.

A partir de 1885, Antônio Prado iniciou uma política de reestruturação dos núcleos coloniais oficiais implantados na Província de São Paulo e em 1889, de apoio à fundação de outros, nas várias regiões provinciais. No mesmo período, o Governo Imperial assumiu os subsídios para a vinda de imigrantes, inclusive para os que se dirigissem aos núcleos coloniais.

No Vale do Paraíba paulista, quatro colônias oficiais foram fundadas, em propriedades particulares, com subsídios do Governo:<sup>32</sup>

---

<sup>31</sup> **Almanach Ilustrado do Diário de Taubaté para 1905.** Taubaté: Typ. do “Jornal de Taubaté”, 1805; p. 52: João M. Tindal, que é citado em 1899 como comerciante, dono da “fundição” da cidade, foi homenageado, em 1905, com biografia, entre a elite econômica da cidade.

<sup>32</sup> As primeiras notícias sobre os núcleos oficiais de colonização do Vale do Paraíba paulista estão no Relatório do eng. Fernando Dupré, de 1892, “*dirigido ao Secretário da Agricultura,*

- **CANAS**, 1885, entre Lorena e Cachoeira, a direita do rio Paraíba, instalada em área atravessada em toda a sua extensão pela Central do Brasil. A maioria das terras foi comprada do Alferes Francisco Ferreira dos Reis. Foi dividido em 82 lotes rurais de 10 hectares, depois aumentados para 111 rurais, vendidos a “*colonos e familiares num total de 309 pessoas, sendo 156 brasileiros, 112 italianos, 33 portugueses e 8 belgas*”. O núcleo dedicou-se principalmente à produção de cana-de-açúcar, destinada a suprir o Engenho Central de Lorena. Hoje é um bairro rural do Município, sem vestígios aparentes das características da população pioneira.
- **BOA VISTA**, implantado em 1888 na fazenda Boa Vista, no município de Jacareí. Foi dividido em 91 lotes rurais. As únicas notícias sobre este núcleo estão no citado Relatório Dupré. Hoje em Jacareí não se encontram documentos arquivados ou registros na memória da população e estão esquecidos sua localização exata e os nomes dos colonos que o formaram.
- **PIAQUÍ**, implantado em Guaratinguetá, em 1892, por empenho de Rodrigues Alves, na época Deputado Provincial. Foi criado em terras da fazenda Piaquí, do Capitão Francisco Rangel de Barros, na margem direita do rio Paraíba, a 6 kms de Guaratinguetá. Com 96 lotes, tinha uma área central mais extensa em que estavam o prédio da administração, uma igreja e uma escola. Os primeiros compradores

---

*Comércio e Obras Públicas, Jorge Tibiriçá*. Este documento serviu de base ao artigo: MARCONDES, José Vicente de Freitas. *As colônias agrícolas e os italianos no Vale do Paraíba. Problemas Brasileiros*. Jan./81; p. 36 a 51, trabalho pioneiro, citado por quase todos os estudiosos do tema “imigração” na região.

- formavam 91 famílias, “*de dez etnias*”, mas a maioria era composta de 33 famílias italianas e 27 nacionais.
- **QUIRIRIM**, implantada em Taubaté em 5 de janeiro de 1889 em terras de Francisco de Paula Toledo, através de contrato assinado pelo fazendeiro taubateano e o Ministro da Agricultura, Conselheiro Antonio da Silva Prado.

Para Gadelha, nesta fase de implantação de núcleos coloniais o Vale do Paraíba paulista foi a região mais favorecida em número de núcleos. Apesar do decréscimo da produção cafeeira e a consequente queda de rendas que a região apresentava, seus fazendeiros cafeicultores retardaram até 1895 a regulamentação do **Código de Regulamentação de Terras de São Paulo** (sic), que ia contra seus interesses.<sup>33</sup>

É provável que a força política que ainda tinham tenha influído nas decisões do Governo Provincial e depois do Estadual.

Na colônia taubateana do Quiririm, os colonos responsáveis por sua estabilização econômica foram os imigrantes italianos, que aproveitaram as várzeas da região para lavouras de arroz.

O fato é que, apesar de o interesse pela vinda de trabalhadores estrangeiros ter sido intermitente e o movimento imigratório para a região ter sido relativamente pequeno, principalmente se comparado ao da região Oeste de São Paulo, não deve ser ignorado ou desprezado pelos estudiosos.

---

<sup>33</sup> GADELHA, op. cit., p.156.

## CAPÍTULO II - O NÚCLEO OFICIAL DO QUIRIRIM

### 1. Os debates em Taubaté

Os primeiros registros que refletem a posição da elite cafeeira taubateana sobre problemas com mão de obra no Município são do início da década de 1880, através dos dois jornais locais, **O Futuro** e **Jornal de Taubaté**.

Em julho de 1881, **O Futuro** edita um “parecer” do **Clube da Lavoura e Comércio** da cidade no qual a entidade, posicionando-se sobre a **Lei de Locação de Serviços** de 1879, declara que *‘ nas atuais circunstâncias não há para a Lavoura assunto de maior importância que o de substituição do braço escravo, pelo livre; porque com a cessação do tráfico (sic) e, com a libertação do ventre estão extintas absolutamente as fontes do braço escravo...’*, defende o trabalho compulsório para os maiores de dezenove anos que não apresentassem uma *“ocupação honesta, ou no comércio, ou nas artes, ou nas letras, ou nas armas...”*, e posiciona-se contra a imigração de trabalhadores, já que

*“a substituição do braço escravo por imigrantes estrangeiros está completamente desmoralizada; e que vinte anos de dolorosa experiência tem nos feito reconhecer que a imigração estrangeira para o Brasil tem sido um sorvedouro de dinheiros públicos pois a verba mais pesada e talvez mais infrutífera de nossos orçamentos tem sido – Emigração e*

*Colonização- e para isso lançando-se pesadíssimos impostos sobre a lavoura e comércio....*<sup>34</sup>.

Lamounier,<sup>35</sup> analisando a supracitada **Lei Sinimbu** diz que, ao final da década de 70, havia duas correntes para o problema da transição da mão de obra, uma em defesa do trabalhador nacional e outra em defesa da imigração, esta formada principalmente por fazendeiros do Oeste paulista. A lei foi direcionada a garantir os trabalhadores nacionais, apesar de conter medidas atenuantes como forma de atender aos integrantes do segundo grupo.

A autora cita um projeto de fazendeiros das Províncias do Rio de Janeiro e de São Paulo apresentado em 1882, à Câmara dos Deputados, em que foram sugeridas alterações na lei e maior liberdade nos contratos de trabalho.

Provavelmente o “parecer” do **Clube da Lavoura** taubateano foi uma colaboração dirigida aos autores do projeto. Até 1884, a imprensa da cidade continuou publicando matérias com a mesma tônica de defesa da libertação gradual e progressiva dos escravos preconizada pela **Lei do Ventre Livre** e do aproveitamento do trabalho de nacionais, combatendo a imigração.

Em meados da década, mudou a política governamental sobre a imigração e também mudou, radicalmente, a opinião da elite da cidade, sobre os problemas de mão de obra.

A substituição da mão de obra entra em pauta na Câmara Municipal de Taubaté na 2ª Sessão Ordinária de 6 de fevereiro de 1886, através de um ofício da Diretoria da **Sociedade Taubateana de Imigração**, filial da **Sociedade de Imigração da Corte**, que comunicava sua instalação em primeiro de janeiro e participava a nomeação de uma comissão para “*averiguar*

---

<sup>34</sup> **O Futuro**. 10/7/1881, p.1 e 2, e **Jornal de Taubaté**. 19/7/1883, p.1 e 2.



*quais terrenos de que dispõe a Municipalidade*” para serem postos à disposição de imigrantes. A comissão era composta por dois grandes proprietários plantadores de café e um vereador: Jose Ricardo Moreira de Barros - o filho do Barão Pereira de Barros- e Francisco Ribeiro de Moura Escobar, e pelo engenheiro Fernando de Matos.<sup>36</sup>

O assunto retornou à Câmara no ano seguinte. As discussões se concentraram nos vereadores Dr. Francisco de Paula Toledo, fazendeiro com terras no bairro do Quiririm e no Presidente da **Sociedade Taubateana de Imigração**, Dr. José Francisco Monteiro, Visconde de Tremembé, cuja fazenda principal se localizava no bairro de Tremembé. No primeiro momento, apesar de participarem da mesma sociedade, mostraram divergências quanto à forma de instalação dos imigrantes: enquanto Monteiro planejava encaminhá-los para núcleos particulares, Paula Toledo defendia a criação de núcleos oficiais.<sup>37</sup>

Na 3ª Sessão Ordinária de 14 de Fevereiro de 1887, Monteiro passou a defender a criação de um núcleo em terras que dizia serem devolutas, *“denominadas” de São Roque, nas imediações de Tremembé as quais tendo pertencido a uma extinta Capela de São Roque, da qual nem vestígios existe, serem hoje em parte de servidão pública, tendo-se da outra parte apossado por diferentes indivíduos, que dificilmente poderão exhibir títulos legais*”. Além desses terrenos, pedia também que a Câmara contraísse um empréstimo *“de até 50:000\$000 rs.(sic), a juros não maior de 8% e solvível em prazo não maior*

---

<sup>35</sup> LAMOUNIER, Maria Lucia. **Da escravidão ao trabalho livre**. Campinas: Papyrus, 1988, p. 103, 104, 147 e 149.

<sup>36</sup> GUIARD FILHO, Felix. **Taubaté: Atas da Câmara**. São Paulo. Universal/IHB, 1944, tomo VI, p. 246/247.

<sup>37</sup> Ibidem, op. cit., p.246.

de 15 anos”, que deveria ser empregado em desapropriações para o alargamento do Rocio Municipal, visando a instalação de imigrantes.<sup>38</sup>

Na 6ª Sessão Ordinária de 22 de Fevereiro, entrou em pauta uma indicação substitutiva, dirigida à Assembléia Provincial, em que o Presidente da casa, o fazendeiro Tenente Coronel Manuel Gomes Vieira pedia que, para o orçamento de 1888, o Governo Provincial reservasse uma verba para a compra de terrenos destinados à instalação de núcleos coloniais, para as “*Câmaras Municipais ou às Associações de Imigração que se propuserem a estabelecer à sua custa*” e para Taubaté a inclusão no orçamento municipal de três contos de réis, para auxílio à imigração.

Na mesma sessão, o Visconde de Tremembé, falando como Presidente da **Sociedade de Imigração**, reforçou seu pedido anterior de aproveitamento do Rocio Municipal, para a instalação de 50 famílias imigrantes. Expôs seu posicionamento sobre os problemas que a lavoura enfrentava e a razão de defender a vinda de imigrantes, através de iniciativas particulares, com subsídios oficiais: “*Falando de alguns que dizem que não temos terras que prestem, porque já estão cansadas*”...”*o imigrante civilizado, que vier rotear nossos terrenos, não seguirá o sistema dos nossos, sistema de depredação no cultivo do solo, ele saberá aproveitar tudo, e o terreno que dizem que não presta e que está cansado, não tardará a transformar-se, debaixo de um sistema cultural sistemático em terreno fértil e produtivo*”. Continua, dizendo que os colonos “*convenceriam em pouco tempo os incrédulos, pelo seu trabalho, cujo resultado seria infalível, da conveniência de*

---

<sup>38</sup> Ibid., op. cit., tomo VII, p.44 e 45.

*outros ramos de cultura na lavoura de pequena propriedade; o que bastaria para provar que não só do café que se tira rendimento”.*

Como ele era o maior fazendeiro do município e um dos seus principais líderes políticos, além de Presidente da **Sociedade de Imigração**, pode-se inferir que sua posição representava a da maioria da elite econômica local.

A Câmara aprovou seu pedido com o voto contrário de Paula Toledo, que foi contra o aproveitamento do Rocio preferindo que “*se adiassem seu encaminhamento para quando a Câmara tiver conseguido do Governo terrenos, onde possam fundar um núcleo colonial*”<sup>39</sup>

Paralelamente às discussões políticas, a cidade começava a receber imigrantes, principalmente italianos:

### Quadro 3

#### Taubaté: núcleos particulares de imigrantes, 1888/89.

| Colônia     | Proprietário                      | Origem dos colonos     |
|-------------|-----------------------------------|------------------------|
| Fortaleza   | José Ricardo Moreira<br>de Barros | 90 belgas              |
| Quilombo    | Conselheiro Moreira<br>de Barros  | 17 famílias italianas  |
| Santa Maria | Manuel Gomes Vieira               | (?) famílias italianas |
| Pedra Negra | Manuel Gomes de<br>Barros         | (?) famílias italianas |
| Bonfim      | Jacinto Pereira de<br>Silva       | (?) famílias italianas |
| São João    | S/r.                              | (?) famílias italianas |
| Conceição   | S/r.                              | (?) famílias italianas |

Fonte: SOUZA, Olga R. Nunes. Op.cit., p. 49 e 50.

Enquanto a **Sociedade de Imigração** encaminhava o processo da vinda colonos diretamente para núcleos em fazendas, terras devolutas ou da Municipalidade, Paula Toledo conseguiu instalar um núcleo oficial em suas terras no Quiririm, em 5 de janeiro de 1889.<sup>40</sup>

Paula Toledo era advogado e foi um político importante na região, na segunda metade do século XIX.<sup>41</sup> Foi Promotor Público em Paraibuna e Juiz de Direito em Pindamonhangaba, cidades do Vale do Paraíba sob a zona de influência de Taubaté.

Escreveu o que é considerado o primeiro livro sobre a história da cidade, ainda usado como fonte pelos historiadores taubateanos, uma espécie de catálogo sobre sua elite política e econômica, no qual o único capítulo que trata da História da cidade se refere ao período do bandeirismo taubateano, em que considera os participantes 'heróis implantadores' de cidades e Taubaté um "núcleo difusor de civilização".<sup>42</sup>

Membro do Partido Conservador, foi Vereador em várias legislaturas, Presidente da Câmara em 1873 e Deputado, Provincial e Geral. Segundo historiadores taubateanos, era amigo particular do Conselheiro Antônio Prado que, na ocasião da implantação da colônia do Quiririm, teria lhe dado apoio direto, como Secretário da Agricultura, Comércio e Obras Públicas.

---

<sup>39</sup> Ibid., op. cit., tomo VII, p.48 a 51.

<sup>40</sup> Contrato entre o Governo Imperial e o Dr. Francisco de Paula Toledo para a fundação de um núcleo colonial na fazenda Quiririm de propriedade deste no Município de Taubaté, província de São Paulo. **Diário Oficial do Império**. 16/01/1889.

<sup>41</sup> FLORENÇANO, Paulo Camilher. *Notas sobre o autor desta obra* in TOLEDO, Francisco de Paula. **História do Município de Taubaté**. 2ª ed. anotada. Taubaté: Prefeitura Municipal, 1976, p. 7 e 8. (Taubateana nº 6)

<sup>42</sup> TOLEDO, Francisco de Paula. op. cit.

Analisando a criação de núcleos coloniais oficiais na região Oeste de São Paulo, Warren Dean expõe que alguns núcleos oficiais foram criados para resolver problemas financeiros de fazendeiros, que se beneficiaram dos subsídios oficiais e da venda de lotes. Afirma que alguns foram criados em “terras impróprias”, citando entre eles o núcleo de Quiririm.<sup>43</sup> As circunstâncias que envolveram a criação deste parecem confirmar esta hipótese.

## **2. O Núcleo do Quiririm**

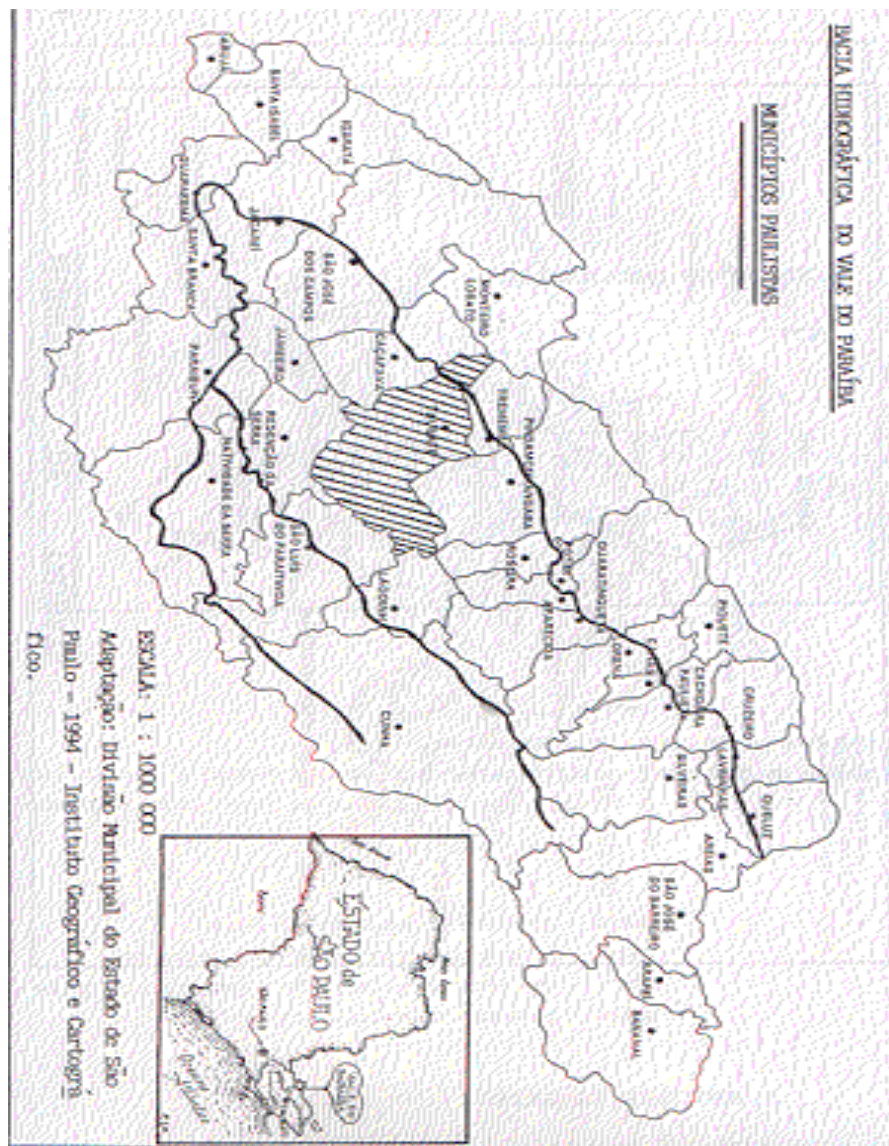
O Quiririm era um antigo bairro rural de Taubaté, a 6 km da sede do Município. Recebeu o nome do rio Quiririm, afluente da margem esquerda do rio Paraíba. Este rio faz parte do trecho da extensa planície de várzeas do médio curso do rio Paraíba, que abrange aproximadamente 140 quilômetros de extensão, em áreas dos Municípios de Jacareí, São José dos Campos, Caçapava, Taubaté, Pindamonhangaba, Aparecida, Guaratinguetá, Lorena e Cachoeira Paulista. (ver mapa abaixo):

---

<sup>43</sup> DEAN, W. op. cit., p. 175 e 176.

## Mapa I

### Bacia Hidrográfica : Vale do Paraíba paulista



Fonte: Prado, Jose B. ET alii. Aspectos geográficos do Vale do Paraíba e município de Taubaté. Taubaté: PMT, p. 28. Taubateana , n. 14.

Nas Atas da Câmara de Taubaté, durante o século XIX, Quiririm foi sempre citado como uma região “*além Paraíba*”, de difícil acesso.

Em dezembro de 1882, a imprensa anunciou o início da construção de uma ponte sobre o rio Paraíba, para facilitar o acesso ao bairro<sup>44</sup>.

A propriedade em que Paula Toledo instalou a colônia agrícola tinha grande parte de sua área tomada pelas várzeas.

Em 24 de janeiro de 1889, quase um mês depois da assinatura do contrato de oficialização do núcleo, o **Escritório da Comissão de Terras de Quiririm**, encarregada de sua instalação, enviou um ofício à **Inspetoria Geral de Terras e Colonização**, solicitando esclarecimentos sobre procedimentos a serem adotados para a instalação efetiva da colônia. Uma das questões era “*como devem ser consideradas e a quem devem ser destinadas*” as “*áreas alagadiças e mais sujeitas às cheias do Paraíba*”.<sup>45</sup>

As circunstâncias da assinatura do contrato de instalação também parecem indicar que Paula Toledo pretendeu benefícios pessoais, quando cedeu suas terras: o fato aconteceu diretamente na **Secretária da Agricultura**, no Rio de Janeiro<sup>46</sup> e a notícia da implantação do núcleo só chegou a Taubaté através dos jornais locais<sup>47</sup>, sem que a Câmara Municipal registrasse o fato.

A forma de divisão dos lotes para a venda foi inédita. Os lotes foram vendidos intercalados e Paula Toledo conservou a posse de um lote, para cada vendido.

---

<sup>44</sup> **O Futuro**, ano II., n. 102, 12/11/1882; p.1.

<sup>45</sup>: **Escritoria da Comissão de Terras do Quiririm**. 24/01/1889. Cópia nº 66 de 22/09/1889 (MISP).

<sup>46</sup> **Contrato entre o Governo Imperial e o Dr. Francisco de Paula Toledo para a fundação de um núcleo colonial na fazenda Quiririm, de propriedade deste, no município de Taubaté, província de São Paulo.16/1/1889. (MISP)**

Pelo contrato, o proprietário deveria ceder toda a área de sua fazenda para ser medida, loteada e vendida para o estabelecimento de imigrantes, “nacionais ou estrangeiros”. O contratante: a) cederia todos os seus direitos à metade da área medida, “sem remuneração alguma”, para os lotes a serem vendidos; b) receberia a quantia de 10:00\$000 (dez contos de réis), como indenização pelas benfeitorias existentes.

Ao Governo Imperial caberia: a) as edificações necessárias para a instalação dos compradores ao chegar; b) estradas de ligação entre os lotes e a sede do núcleo; c) estradas de acesso entre a sede, e estação do Quiririm e a Estrada de Ferro São Paulo – Rio de Janeiro; d) o transporte dos recém chegados que se destinassem ao núcleo.<sup>48</sup>

A região era cortada pela Estrada de Ferro Central do Brasil e providenciou-se a instalação de uma estação junto à sede do núcleo, facilitando seu acesso.

Para Gadelha, o contrato de Paula Toledo serviu de modelo para a estruturação de núcleos posteriores.<sup>49</sup>

No mesmo mês de janeiro de 1889 já estava em Taubaté o engenheiro Vaz de Oliveira, responsável oficial pela demarcação das terras em que deveria ser implantada a colônia. Em 19 de março, apareceu na imprensa um edital em que ele marcava para o dia 30 do mês a demarcação definitiva da fazenda do Quiririm e convocava “*os confrontantes da mesma Fazenda e todos os mais*

---

<sup>47</sup> **O Noticiarista**. 10/1/1889, ano I, nº 5; p.1 e 2 ; **Jornal do Povo**. 31/1/1889, ano I; p.2.

<sup>48</sup> id., *ibid.* nota 44.



*que se julgarem com direito a qualquer coisa*” a comparecer no dia e hora marcados para defenderem “*seus direitos*”.<sup>50</sup>

Mas a implantação definitiva da colônia só aconteceu em agosto de 1890, devido a problemas com a demarcação e discussões sobre a posse das terras postas à disposição do Governo por Paula Toledo.

O bairro rural do Quiririm, incluindo as terras da fazenda de Paula Toledo, era povoado por posseiros que se dedicavam a pesca ou a lavouras de subsistência. Esses antigos moradores tentaram permanecer nas terras, ou conseguir lotes no núcleo, avocando direitos consuetudinários de posses.

Os lotes dos núcleos oficiais eram oferecidos à venda para colonos de qualquer origem, desde que provassem ser aptos para a lavoura, mas visavam principalmente atrair lavradores estrangeiros, que deveriam introduzir novos produtos agrícolas com formas diferenciadas de cultivo, visando complementar a economia, nas áreas em que atuassem.

O Governo de São Paulo, de acordo com a orientação, não permitiu que os moradores dos arredores legalizassem suas terras ou tivessem direito a compras de lotes. Também evitou que os estrangeiros contratados por fazendeiros locais se transferissem para o Quiririm.<sup>51</sup>

Alguns agregados de Paula Toledo permaneceram em terras localizadas em áreas consideradas de pouco valor agrícola, como no caso de João José de Oliveira, que adquiriu o lote nº 109, situado “*num terreno todo alagado e numa ilha perigosa de se residir*” por estar no local a anos como “*pescador*”

---

<sup>49</sup> GADELHA, op. cit., p. 189, 190, 191 e 268.

<sup>50</sup> **Jornal do Povo**, n. 59 de 31/01/1899, p.2 e **O Noticiarista**, n. 59 de 21/3/1889

*acostumado a viver noite e dia no serviço de pesca.*<sup>52</sup> Quanto à metragem das propriedades, enquanto um colono estrangeiro poderia adquirir até dois lotes não concomitantes, os agregados e posseiros de Paula Toledo só tiveram direito a um lote.<sup>53</sup>

Durante o restante do ano de 1889, a Câmara Municipal e a imprensa protestaram sobre o atraso nas demarcações. No início de 1890, **O Noticiarista** publicou matéria assinada pelo engenheiro da Comissão do Quiririm, Dr. M. P. dos Santos Barreto, defendendo-se de acusações de um “*correspondente do Correio Paulistano*” na cidade, que o teria acusado de atrasos na medição das terras, além das “*afrontas que..tem sido covardemente assacadas contra a Comissão...*”

Ao mesmo tempo chegavam imigrantes atraídos pelo núcleo, o que obrigou a Câmara a providenciar uma Hospedaria provisória em uma casa no Largo da Estação, cedida pelo fazendeiro Conselheiro Moreira de Barros.

Durante todo o processo, a posição dos políticos e fazendeiros se manteve: os trabalhadores imigrantes deveriam ser os introdutores de novas culturas e técnicas agrícolas, que viriam resgatar as “terras cansadas” pelo café e suprir as deficiências de abastecimentos do município

Em nenhum momento, no período da segunda metade dos anos 80, a documentação consultada traz referências a crises de mão de obra que a região poderia estar passando. Deve-se também reforçar a preferência que demonstravam pela instalação desses imigrantes em núcleos, particulares ou oficiais.

---

<sup>51</sup> Colônia do Quiririm: requerimentos. Lata 7205, m. 1, 1891, **AESP**.

<sup>52</sup> **AESP**: Colônia do Quiririm: requerimentos. Lata 7205, m.1.

Paula Toledo faleceu em 27 de abril de 1890, deixando como herdeiros dois filhos: Dr. Antônio Augusto Moreira de Toledo, Juiz substituto de Taubaté e Dr. Francisco Eugênio de Toledo, Promotor Público de Caçapava, cidade vizinha de Taubaté.

A questão da demarcação da área a ser loteada continuou.

Em 15 de agosto de 1890, em resposta a uma petição de Joaquim José de Camargo que reclamava “*um acordo amigável ou judicial sobre parte da fazenda do Quiririm, de que se como apresenta proprietário, conforme títulos de propriedade que junta*”, um ofício da **Inspetoria Geral de Terras e Colonização** dava conta que, nos documentos apresentados por Paula Toledo por ocasião da assinatura do contrato de estabelecimento do núcleo não constavam referências “*da área, dos limites dos confrontantes, sem, enfim, referências aos títulos legítimos de domínio do contratante...*”<sup>54</sup>

O Governo Estadual acabou interferindo: extinguiu a Comissão e enviou o Eng. Santos Barreto, engenheiro chefe da **Inspetoria de Terras de São Paulo**, para resolver o problema.

Em agosto encerrou-se a demarcação dos lotes e foi anunciado o início da construção das casas para os colonos.<sup>55</sup> O fazendeiro e Vereador taubateano, Cel. José Benedito Marcondes de Mattos foi encarregado da distribuição e vendas dos lotes.

---

<sup>53</sup> id. *ibid.*, nota 14

<sup>54</sup> **Delegacia da Inspetoria de Terras e Colonização no Estado de São Paulo**. nº 498, 18/8/1899. **MISP**

<sup>55</sup> **Jornal Pátria Paulista**, ano I, nº 41, 7/3/1891.

Marcondes de Matos foi um fazendeiro poderoso do café e político atuante, na segunda metade dos oitocentos. Foi Vereador, (período monárquico), Presidente da Câmara (1896/99) e chefe do PRP no município.<sup>56</sup>

Na memória dos descendentes dos colonos e na própria constituição urbana do Quiririm o Cel. Marcondes de Matos é o nome lembrado como o implantador da colônia: a rua central e as homenagens dos habitantes ainda são para ele.

Mas o peso político de Paula Toledo prevaleceu. O ofício da **Inspetoria** que designou Santos Barreto como responsável pela instalação definitiva do núcleo também o incumbia de deixar “*o núcleo colonial do Quiririm em paz e prosperidade, a contento geral, não havendo conveniências em ventilarem-se questões que não tem mais razões de ser e que nenhum proveito público podem trazer.*”<sup>57</sup> E seus herdeiros foram os beneficiários das vendas dos lotes.<sup>58</sup>

### **3. Composição dos lotes e dos primeiros compradores do Quiririm**

As primeiras notícias oficiais sobre o Quiririm depois da instalação dos colonos estão registradas no Relatório do eng. Dupré, de 1892, reproduzido por José F. de F. Marcondes em artigo sobre a implantação das colônias agrícolas do Vale do Paraíba paulista.<sup>59</sup>

As outras fontes disponíveis para o levantamento da composição dos primeiros compradores de lotes são os **Títulos de Propriedades** originais

---

<sup>56</sup> **Almanach Ilustrado do Diário de Taubaté para 1905.** Taubaté: Typ. do **Diário de Taubaté**, 1905; p. 48 e 49.

<sup>57</sup> **Delegacia da Inspetoria Geral de Terras e colonização**, nº 678, 21/19/1890. **MISP**

<sup>58</sup> HUTTER, Lucy Maffei. **Imigração italiana em São Paulo de 1902 a 1914. O processo imigratório.** São Paulo: IEB/USP, 1986;p.

<sup>59</sup> MARCONDES. Op. cit., pp. 43 a 45.

expedidos pela **Inspetoria de Terras, Colonização e Imigração do Estado de São Paulo** e a cópia de uma relação expedida pela **Secretaria do Comércio e Indústria do Estado de São Paulo (SECI)** sem datas, com carimbo de autenticação assinado pelo procurador Carlos R. Magalhães.<sup>60</sup>

A listagem do **SECI** apresenta descontinuidades na seriação dos lotes e a metragem das áreas nem sempre coincide com as registradas nos **Títulos de Propriedades**. Alguns dos estrangeiros relacionados tem seus nomes aportuguesados, o que parece indicar que foi elaborada em data posterior à expedição dos títulos.

Os quadros do **Anexo I** apresentam relações de lotes e proprietários com dados extraídos nos dois tipos de documentos. Nos quadros baseados nos **Títulos de Propriedades** dei prioridade à data de emissão do título e ao número do lote, com o objetivo de demonstrar o período em que estes foram adquiridos. Na relação da **SECI** a prioridade é dos números dos lotes e os da relação de registro dos títulos no órgão.

O engenheiro Dupré não especificou a área total que compunha a colônia, registrou apenas que os lotes postos à venda ocuparam metade da área da fazenda de Francisco de Paula Toledo. Marcondes acrescenta que “*parte da fazenda do Barreiro*”, de propriedade do Cel. José Benedito Marcondes de Matos, também teria sido incluída na demarcação, embora a documentação não confirme este fato.<sup>61</sup>

Foram postos à venda: 148 lotes, sendo 60 urbanos, 48 suburbanos e 56 rurais. Os lotes restantes foram entregues oficialmente a Paula Toledo e

---

<sup>60</sup> Os **Títulos de Propriedades** e a cópia da relação expedida pela **SECI** estão arquivados, respectivamente, na **Secretaria da Fazenda de Taubaté** e no **MIQ**.

herdeiros pelo Governo de São Paulo através de Portaria de 6 de Julho de 1891.<sup>62</sup>

O Quiririm foi o único núcleo, dos quatro instalados no período no Vale do Paraíba, em que a divisão dos lotes obedeceu às diretrizes da política paulista de implantação de colônias oficiais de imigração, depois oficializadas pelo Decreto nº 272 de 10/12/1894, assinado pelo Presidente do Estado Bernardino de Campos e o Secretário da Agricultura, Jorge Tibiriçá.<sup>63</sup> Pôs a venda lotes rurais e suburbanos, destinados às lavouras e urbanos, reservados para a instalação de uma sede, na tentativa de reproduzir padrões do campesinato europeu de vida comunitária que induziriam os colonos a instaurar aqui práticas econômicas tradicionais como as pequenas agriculturas.<sup>64</sup>

---

<sup>61</sup> Marcondes, op. cit., p. 45.

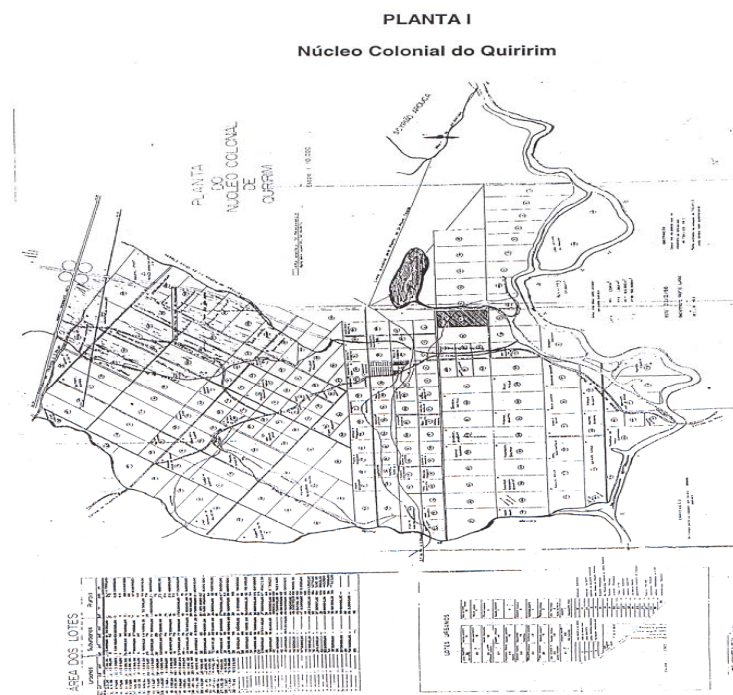
<sup>62</sup> Id. Ibid, op.cit, p. 43.

<sup>63</sup> GADELHA, op. cit., p.189.

<sup>64</sup> MARTINS, José de Souza. **A imigração e a crise do Brasil agrário** . ibid, p. 104.

# PLANTA I

## Núcleo Colonial do Quiririm



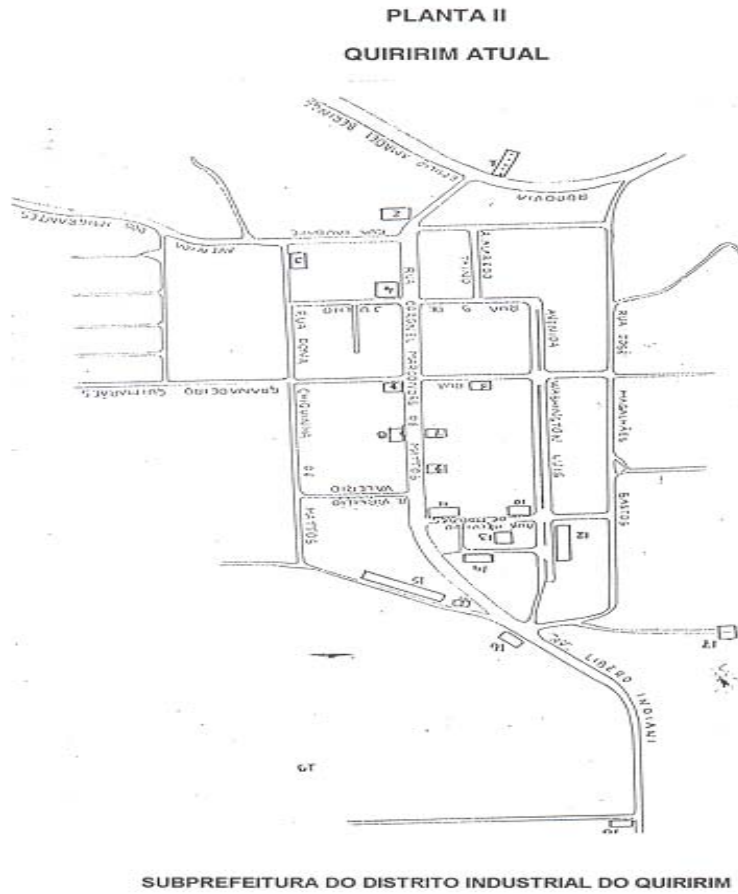
MUSEU DA IMIGRAÇÃO ITALIANA DO QUIRIRIM

48

Planta original, acervo do MIIQ

# PLANTA II

## Quiririm atual



49

Fonte: Subprefeitura do Distrito do Quiririm/PMT



Tomando-se como base as áreas e os preços retirados dos **Títulos de Propriedades** temos:

#### Quadro 4

##### Quiririm: áreas e valores médios dos lotes, 1892.

| Tipo de lote | Área média            | Valor médio por m <sup>2</sup> |
|--------------|-----------------------|--------------------------------|
| Urbano       | 1500m <sup>2</sup>    | 16,53 reis                     |
| Suburbano    | 50000 m <sup>2</sup>  | 25 reis                        |
| Rural        | 150000 m <sup>2</sup> | 25 reis                        |

A comparação das áreas e preços médios dos lotes rurais do Quiririm com as dos núcleos de Antonio Prado, Pariquera-Assú, Rodrigo Silva, Barão de Jundiaí, Boa Vista, Sabaúna, Cascalho e Canas, todos implantados no período de 1887/1895<sup>65</sup> resulta em que sua área média é menor apenas que as de Rodrigo Silva (30,0h<sup>a</sup>) e Pariquera- Assú (28,2h<sup>a</sup>) enquanto que seu preço médio é inferior apenas aos de Canas (42\$872 ) e Cascalho ( 39\$532 ).

Gadelha afirma que nas áreas dos núcleos de Barão de Jundiaí, Nova Odessa, Campos Salles e Quiririm havia trechos de solos “*inadequados para a exploração agrícola*”, o que deveria interferir nos preços de venda dos lotes. A alta média dos preços dos lotes do Quiririm que tinha uma parte de sua área localizada em várzeas parece confirmar que a implantação do núcleo foi uma forma de Paula Toledo especular com terras inadequadas para as lavouras tradicionais.

---

<sup>65</sup> GADELHA, op.cit., p.255.

Os núcleos coloniais eram emancipados pelo Governo quando os **Títulos de Propriedades** tinham sido expedidos. A partir da emancipação os colonos tinham que se manter sem subsídios ou intervenções administrativas oficiais, a não ser em situações excepcionais como ampliações de áreas para novos loteamentos.

O Quiririm foi emancipado pelo decreto nº 225-A de 30/12/1893 juntamente com os núcleos de Antonio Prado, Cascalho, Barão de Jundiáí, Rodrigo Silva, Ribeirão Pires, Canas e Boa Vista.<sup>66</sup>

O Governo Estadual havia terminado as obras que lhe cabiam por contrato em 1891, com a construção das casas provisórias dos colonos, o término da estrada de ligação com a cidade de Taubaté no trecho entre a sede e os limites do núcleo e as providências para a instalação da escola oficial.<sup>67</sup>

Apesar das emancipações os colonos enfrentaram tempos instáveis. Em novembro de 1891, os imigrantes enviaram um abaixo assinado ao Delegado de Terra e Colonização de São Paulo contando que estavam completamente abandonados, sem receber a quantia a que tinham direito até que começassem a produzir e sem créditos junto aos comerciantes da cidade.<sup>68</sup> Alguns dos signatários não constam dos registros de lotes, indicando que podem ter abandonado a colônia.

Os **Títulos de Propriedades** mostram que, em 1892, o núcleo já estava quase inteiramente ocupado. Entre os lotes urbanos, apenas o de número 12 foi vendido em 1898. Entre os suburbanos, seis lotes (33%) foram vendidos

---

<sup>66</sup> id. Ibid., p. 45.

<sup>67</sup> **Câmara Municipal de Taubaté**, 23ª sessão ordinária, 12/02/1891., in GUIARD, op.cit., p. 82.

<sup>68</sup> Colônia do Quiririm. Lata 7205, m. 1. **AESP**

depois de 1892 e entre os rurais, três lotes (7,5%) foram vendidos no início do século XX.

Em 1892, estavam instalados na colônia 424 habitantes. Os quadros números 5 e 6 trazem a composição desta população:

### **Quadro 5**

#### **Quiririm, 1892: composição da população por sexo, idade, estado civil, instrução e religião**

| Nacionalidade  | Sexo       |     | Idade |            |            |     | Est. civil |     |      | Instrução |       | Religião           |
|----------------|------------|-----|-------|------------|------------|-----|------------|-----|------|-----------|-------|--------------------|
|                | m.         | f.  | -10   | 10 a<br>30 | 31 a<br>50 | +50 | Solt       | Cas | Viu. | Alf.      | Analf |                    |
| Italiana       | 102        | 91  | 53    | 70         | 47         | 23  | 103        | 85  | 5    | 91        | 102   | Todos<br>católicos |
| Brasileira     | 101        | 102 | 51    | 53         | 42         | 17  | 120        | 73  | 10   | 5         | 193   |                    |
| Austríaca      | 1          | --  | --    | 4          | --         | --  | --         | 1   | --   | 1         | --    |                    |
| Portuguesa     | 6          | 5   | 1     | 5          | 4          | --  | 4          | 6   | 1    | 5         | 5     |                    |
| Russa          | 2          | 2   | --    | 2          | 1          | 1   | 2          | 2   | --   | --        | 4     |                    |
| Belga          | 1          | 1   | --    | --         | --         | 1   | --         | 2   | --   | 2         | --    |                    |
| Francesa       | 6          | 3   | 3     | 4          | 1          | 1   | 7          | 2   | --   | 2         | 1     |                    |
| Africana (sic) | 1          | --  | --    | --         | --         | 1   | 1          | --  | --   | --        | 1     |                    |
| <b>Totais</b>  | <b>424</b> |     | 385   |            |            |     | 424        |     |      | 422       |       |                    |

Fonte: relatório Dupré – 1893, in Marcondes, op.cit., p. 44.

## Quadro 6

### Quiririm, 1892: composição da população por profissões

| Profissões       | Italia<br>nos | Brasilei<br>ros | Portu<br>gueses | France<br>ses | Rus<br>sos | Belgas | Austría<br>cos | Africa<br>no | Total |
|------------------|---------------|-----------------|-----------------|---------------|------------|--------|----------------|--------------|-------|
| Alfaiate         | 01            | ---             | ----            | ---           | ----       | ----   | ---            | ----         | 01    |
| Agricultor       | 137           | 120             | 06              | ----          | 04         | 02     | 01             | 01           | 271   |
| Empregado        | 01            | ---             | ----            | ----          | ----       | ----   | ----           | ----         | 01    |
| Ferreiro         | 01            | ---             | ----            | ----          | ----       | ----   | ----           | ----         | 01    |
| Mecânico         | 01            | ----            | ----            | 01            | ----       | ----   | ----           | ----         | 02    |
| Negociante       | 01            | ---             | 04              | ----          | ----       | ----   | ----           | ----         | 05    |
| Oleiro           | 06            | ---             | ----            | ----          | ----       | ----   | ----           | ----         | 06    |
| Professor        | 01            | ---             | ----            | ----          | ----       | ----   | ----           | ----         | 01    |
| Sapateiro        | 02            | ----            | ----            | ----          | ----       | ----   | ----           | ----         | 02    |
| Desconheci<br>da | 53            | 32              | 03              | 08            | ----       | ----   | ----           | ----         | 06    |

Fonte: relatório Dupré-1893, in MARCONDES, op. cit, 44.

A alta taxa de habitantes solteiros que aparece no quadro 6 é provavelmente devido à inclusão de menores de idade na contagem. Pode-se inferir que a inclusão de crianças de 10 anos na faixa etária de até 30 anos é indicativa de sua participação nos trabalhos familiares a partir desta idade. O dado indica que os lotes foram vendidos a núcleos familiares, obedecendo às diretrizes de implantação de núcleos coloniais que impunha como condição para a instalação dos colonos a vinda de núcleos familiares completos, visando o aproveitamento de seus membros.

Um fato significativo é o número de nacionais relacionados no quadro 5, 203 ou 204 se for incluído o “africano”- muito provavelmente um nacional de origem negra, que é superior aos 193 imigrantes italianos e ao total de 220 imigrantes.

Pela política de colonização, os nacionais poderiam atingir 20% do total de colonos, desde que fossem lavradores com experiência e aptos a apoiarem os estrangeiros durante o período de adaptação. Só teriam direito a lotes nas sedes se tivessem um ofício

Não é o que demonstra o relatório de Dupré, o que permite supor que a oportunidade de adquirir lotes para especulação ou para se tornar pequeno proprietário foi atraente para uma parcela da população valeparaibana. A inclusão do Dr. Francisco de Moura Escobar, fazendeiro de café, vereador e membro da **Sociedade Taubateana de Imigração** entre os proprietários de lotes urbanos, reforça esta suposição.

### Quadro 7

#### Quiririm: proprietários com sobrenomes de origem portuguesa

| Proprietário                   | Título:<br>data/registro | Tipo de lote |
|--------------------------------|--------------------------|--------------|
| Antonio Evangelista Pinto      | -----/ SECI              | urbano       |
| Antonio Galvão dos Santos      | 1892/ ITCI               | urbano       |
| Antonio Gonçalves Pinto        | 1892/ ITCI               | urbano       |
| Arthur Sergio Freire           | 1894/ITCI-<br>SECI       | rural        |
| Benedito Alves Pereira         | 1892/ITCI                | rural        |
| Benedito Barbosa               | -----/SECI               | rural        |
| Benedito Pires de Camargo      | -----/ SECI              | urbano       |
| Benedito Vicente d'Araujo      | 1892/ITCI                | rural        |
| Domingos José de Barros        | 1892/ITCI                | rural        |
| Feliz Pires                    | -----/ SECI              | urbano       |
| Francisco Affonso Pereira      | 1892/ ITCI               | urbano       |
| Francisco Affonso Vieira       | -----/ SECI              | urbano       |
| Francisco de Paula Guimarães   | 1892/ITCI                | rural        |
| Francisco Mendes de Castilho   | 1897/ITCI                | rural        |
| Dr. Francisco de Moura Escobar | -----/ SECI              | urbano       |
| Ignez M. dos Santos e filha    | -----/SECI               | rural        |
| Joaquim Gomes de Araujo        | 1892/ITCI                | rural        |

|                                    |                  |                    |
|------------------------------------|------------------|--------------------|
| Joaquim José Moreira               | -----/SECI       | rural              |
| João Albini(?) do Prado            | 1892/ITCI        | suburbano          |
| João Marcondes dos Santos          | 1903/ITCI        | rural              |
| João Pedro de Salles Damasco       | -----/ SECI      | Urbano e suburbano |
| João de Salles Zico                | -----/ SECI      | urbano             |
| José Antonio d'Oliveira            | 1892/ITCI        | rural              |
| José Antonio Guimarães             | 1892/ITCI        | urbano             |
| José Antonio Moreira               | 1892/ITCI        | rural              |
| José Barbosa                       | -----/SECI       | suburbano          |
| José Benedito de Salles Damasceno  | -----/ SECI      | urbano             |
| José Francisco Alves da Silva      | 1892/ITCI - SECI | urbano             |
| José Francisco de Castro Guimarães | 1895/ITCI        | urbano             |
| José Felipe Cursino de Moura       | -----/ SECI      | urbano             |
| José Monteiro Gomes                | -----/ SECI      | urbano             |
| José Ribeiro Vieira                | 1892/ITCI        | rural              |
| José Vicente d'Araujo              | 1892/ITCI        | rural              |
| Laurindo José de Oliveira          | 1899/ITCI - SECI | urbano             |
| Lourenço Pires Frreira             | 1892/ITCI        | rural              |
| Manoel José da Costa               | 1892/ITCI        | rural              |
| Manoel R. dos Santos               | 1892/ITCI        | rural              |
| Octaviano Januário de Souza        | 1892/ITCI - SECI | urbano             |
| Raul de Faro                       | 1892/ITCI - SECI | urbano             |
| Vicente R. de Alvarenga            | 1894/ITCI        | rural              |
| Vicente Ribeiro Neto               | 1892/ITCI        | rural              |
| <b>Total: 42 lotes</b>             |                  |                    |
| 41 proprietários                   |                  |                    |

**Fonte:** Títulos de Propriedades e listagem SECI (anexo I)

Entre os nomes arrolados, 18 (43%) tornaram-se proprietários de lotes urbanos, 3 (7%), de suburbanos, 20 (48%), de lotes rurais e João Pedro de Salles Damasceno obteve 2 lotes, um urbano e outro suburbano.

Dos que apresentam datas de registros, 51% dos lotes foram vendidos em 1892, 1 lote (2.4%) nos anos de 1893 e 1895, respectivamente, 2 (4.8%) lotes em 1894 e 1 lote (2.4%) em 1899.

## Quadro 8

### Quiririm: proprietários italianos

| Proprietários       | Registro:<br>data/órgão     | Tipo de lote             |
|---------------------|-----------------------------|--------------------------|
| Abelli Gallini      | -----/SECI                  | Suburbano                |
| Aclino Pasini       | 1892/ITCI                   | Suburbano                |
| Alessandro Mazzini  | 1893/ITCI e--/SECI          | Urbano e suburbano       |
| Angelo Pasini       | 1892/1894 -ITCI             | Suburbano e rural        |
| Angelo Ponsoni      | 1892/ITCI-SECI              | Urbano e suburbano       |
| Angelo Scaringi     | 1893/ITCI/SECI              | Urbano                   |
| Angelo Soldi        | 1892/ITCI-SECI              | Urbano                   |
| Angelo Taino        | 1892/1894-TCI/SECI          | Urbano e rural           |
| Antonio Dario       | 1893/ITCI-SECI              | Urbano                   |
| Antonio Farabulini  | 1892/ITCI                   | Rural                    |
| Antonio Piragina    | 1904/ITCI                   | Suburbano                |
| Antonio Navazzi     | 1898/ITCI-SECI              | Urbano                   |
| Artidoro Tomiroti   | 1892/ITCI-SECI              | Urbano                   |
| Archangelo di Biasi | 1892/ITCI                   | Suburbano                |
| Domingos Malaman    | -----/ SECI                 | Suburbano                |
| Bartolo Manfredini  | -----/SECI                  | Urbano,suburbano e rural |
| Battista Betoni     | 1892/ITCI                   | Rural                    |
| Carlo Canassoli     | -----/SECI                  | Urbano e rural           |
| Constantino Loda    | 1898/ITCI-SECI (os 2 lotes) | Urbano e rural           |
| Elizeo Bozelli      | 1892/ITCI                   | Rural                    |
| Emilio Gallini      | 1892/ITCI                   | Rural                    |
| Emilio Uberto       | 1892/ITCI-SECI              | Urbano                   |
| Evaristo Turci      | 1892/ITCI/SECI              | Urbano e suburbano       |
| Fernando Fratino    | 1892/ITCI-SECI              | Urbano                   |
| Francesco Germi     | ----/SECI                   | Suburbano                |
| Francesco Zanini    | -----/SECI                  | Urbano                   |
| Francisco Bianchi   | -----/SECI                  | Urbano                   |
| Francisco Focci     | 1892/ITCI-SECI              | Urbano                   |
| Frederico Vandalet  | 1892/ITCI                   | Rural                    |
| Giacomo Germi       | 1892/ITCI-SECI (os 2 lotes) | Urbano e rural           |
| Giacomo Taino       | 1892/ITCI                   | Rural                    |
| Giacomo Tosta       | 1892/ITCI                   | Suburbano                |
| Giorgio Barbieri    | 1892/ITCI                   | Suburbano                |
| Giovanni Canavesi   | ---/SECI – 1900/ITCI        | Urbano e rural           |
| Giovanni Carboni    | 1892/ITCI                   | Rural                    |

|  |                             |                          |
|--|-----------------------------|--------------------------|
| Giovanni Gadioli                           | 1893/ITCI-SECI              | Urbano                   |
| Giovanni Montesi                           | ---/SECI                    | Urbano                   |
| Giovanni Omoboni                           | 1892/ITCI                   | Rural                    |
| Giuseppe Brigio                            | 1892/ITCI-SECI              | Urbano                   |
| Giuseppe Franci                            | 1892/ITCI                   | Rural                    |
| Giuseppe Gadioli                           | -----/SECI                  | Urbano                   |
| Giuseppe Montesi                           | -----/SECI                  | Urbano,suburbano e rural |
| João Batista Istace                        | 1893/ITCI-SECI              | Urbano e suburbano       |
| Luigi Turci                                | --/SECI – 1892/ITCI         | Urbano e rural           |
| Luiza Mistura e herdeiros                  | 1892/ITCI-SECI              | Urbano                   |
| Manoel Rho                                 | 1892/ITCI                   | Suburbano                |
| Matheus Pechini                            | 1892/ITCISECI               | Urbano                   |
| Napoleone Taino                            | 1899/ITCI                   | Urbano                   |
| Natale Sgarbe                              | 1892/ITCI-SECI              | Urbano                   |
| Omobone Castagneto                         | 1892/SECI                   | suburbano                |
| Onorato Massani                            | 1892/ITCI/SECI              | Urbano e suburbano       |
| Orestes Manara                             | 1892/ITCI-SECI (os 2 lotes) | Urbano e rural           |
| Pietro Pietre                              | ---/SECI                    | Suburbano                |
| Pietro Stropi                              | 1892/ITCI                   | Rural                    |
| Pietro Torroni                             | 1894/ITCI                   | Suburbano                |
| Pietro Tunini                              | 1893/ITCI –SECI             | Urbano                   |
| Saulo Castelli                             | ---/SECI                    | Suburbano                |
| Saverio Danieli                            | ---/SECI                    | Suburbano                |
| Uberto Euriglio                            | ---/SECI                    | Suburbano                |
| Vicente Zicardi                            | 1892/ITCI-SECI              | Urbano                   |
| Viuva e filhos de Giovanni Mancastropi     | 1892/ITCI                   | Suburbano                |
| <b>Total:</b> 61 proprietários<br>75 lotes |                             |                          |

**Fonte:** Títulos de Propriedades e listagem SECI (anexo I)

Foram registrados 33 lotes urbanos (44%), 24 suburbanos (32%) e 18 rurais (24%).

Pelas datas dos **Títulos de Propriedades**, 34 lotes (45%) foram vendidos em 1892, 6 (8%) em 1893, 2 (2.6%) em 1894 e 1898 e 1(1.3%) nos anos de 1898, 1900 e 1904.

Doze proprietários (19%) adquiriram 02 lotes e dois, 3 lotes(3.2%). Dois deles registraram seus 2 lotes no mesmo ano: Constantino Loda em 1898 e Giacomo Germi em 1892.



## Quadro 9

### Quiririm: proprietários russos

| Lote:<br>nº/data                         | Proprietários       | Tipo/ registro  |
|--|---------------------|-----------------|
| 41/1895                                  | Andeq Kinistaft     | suburbano/ ITCI |
| 101/1892                                 | Stanislaw Kinistoft | rural/ ITCI     |
| <b>Total: 2 proprietários</b><br>2 lotes |                     |                 |

Fonte: Títulos de Propriedades e listagem SECI (anexo I)

## Quadro 10

### Quiririm: proprietários franceses

| Lote:<br>nº/data                         | Proprietário       | Tipo/'registro |
|--|--------------------|----------------|
| 107/1896                                 | Philibert Franchim | rural/ITCI     |
| 97/1892                                  | Maurice Vallet     | rural/ITCI     |
| <b>Total: 2 proprietários</b><br>2 lotes |                    |                |

Fonte: Títulos de Propriedades e listagem SECI (anexo I)

Os lotes urbanos tenderam a ser desmembrados e revendidos com áreas menores, de 600<sup>2</sup> em média, a partir de 1892:

## Quadro 11

### Quiririm: revenda de lotes

| Lote:<br>Nº/data            | Proprietários   | Área/Registro   |
|-----------------------------|---|---|
| 01/---                      | Antonio Evangelista Pinto<br>José Felipe Cursino de Moura | 1 500m <sup>2</sup> /SECI<br>625 m <sup>2</sup> /SECI |
| 02/----                     | José Francisco Alves da Silva<br>João de Salles Zico      | 1500m <sup>2</sup> /SECI<br>615m <sup>2</sup> /SECI   |
| 03/1892                     | Matheus Pechini<br>João Batista Istace                    | 1500m <sup>2</sup> /ITCI<br>604m <sup>2</sup> /SECI   |
| 04/1892                     | Orestes Manara<br>Luiza Mistura e filhos                  | 1500m <sup>2</sup> /ITCI<br>675m <sup>2</sup> /ITCI   |
| 04 <sup>q(sobra)/1895</sup> | José Francisco de Castro Guimarães                        | 1338m <sup>2</sup> /ITCI                              |
| 05/1892                     | Angelo Ponzoni<br>Alexandro Mazine                        | 1500m <sup>2</sup> /ITCI<br>-----/SECI                |

|  |  |   |
|--|--|---|
| 06/-----                                   | José Monteiro Gomes  | 637m²/SECI                                    |
| 07/-----                                   | Angelo Soldi<br>Benedito Pires de Camargo                      | 1500 m²<br>501m²                              |
| 08/-----                                   | Angelo Taino<br>Feliz Pires                                    | 1500 m²<br>607m²                              |
| 09/1892<br>/1899                           | Carlo Billa<br>Laurindo José de Oliveira                       | 1500m²/ITCI<br>694m²/ITCI                     |
| 12/1898<br>/-----<br>12/-----              | Constantino Loda<br>Giovanni Canavesi<br>Constantino Loda      | 1500m²/ITCI-SECI<br>600m²/SECI<br>600m²/SECI  |
| 13/1892                                    | Francisco Fachi<br>Giovanni Canavezi                           | 1500m²/ (?) SECI<br>600m/SECI                 |
| 14/1892<br>/1898                           | Emilio Uberto<br>Antonio Navazi                                | 1500m²/ITCI<br>600m²/ITCI-SECI                |
| 16/1892                                    | Fernando Fratino<br>João Pedro de Salles Damasceno             | 1500m²/ITCI<br>600m²/SECI                     |
| 17/1892<br>/1893<br>-----                  | Onorato Mazini<br>Angelo Scaringi<br>Francisco Bianchi         | 1500m²/ITCI-SECI<br>600m²/ITCI<br>600m²/SECI  |
| 18/-----                                   | Giuseppe Brigio<br>Dr. Francisco de Moura Escobar              | 1500m²<br>600m²                               |
| 19/1892                                    | Natale Sgarbe<br>Angelo Scaringi                               | 1500m²/ITCI-SECI<br>600m²/SECI                |
| 20/1892<br>/-----                          | Antonio Galvão dos Santos<br>Francesco Zanini<br>Natale Sgarbe | 1500m²/ITCI-SECI<br>600m²/SECI<br>1500m²/SECI |
| 21/1892                                    | Onorato Mazine<br>Luigi Turci                                  | -----/ITCI<br>600m²/SECI                      |
| 22/1892<br>/1893                           | José Antonio da Silva Guimarães<br>Giovanni Gadiolo            | 1500m²/ITCI<br>600m²/ITCI                     |
| 23/1892                                    | Evaristo Turci<br>Giuseppe Gadiolo                             | 1500m²/ITCI-SECI<br>600m²/SECI                |
| 24/1892<br>/1893                           | Artidoro Tomiroti<br>Antonio Dario                             | 1500m²/ITCI-SECI<br>600m²/SECI                |
| 25/1892<br>/1893                           | Vicente Zicardi<br>Benedito Vicente de Araujo                  | 1500m²/ITCI<br>600m²/ITCI-SECI                |
| 27/-----                                   | Pietro Tunini  | 600m²/SECI                                    |
| 28/1892                                    | Octaviano Januário de Souza<br>Carlo Canassoli                 | 1500m²/ITCI<br>1500m²/SECI                    |
| 29/-----                                   | Giacomo Germe  | 424m²/SECI                                    |
| 30/1892                                    | João Eugenio Parquier<br>Bartolo Manfredini                    | 1320m²/ITCI-SECI<br>472m²/SECI                |
| <b>Total:</b> 29 lotes<br>52 proprietários |  |   |

Fonte: Títulos de Propriedades e listagem SECI (anexo I)

Dezoito italianos (34%) e 9 nacionais (1.7%) compraram áreas desmembradas de lotes urbanos e 19 italianos (36%) e 5 nacionais (9.6%) venderam parte de seus lotes. As vendas entre italianos foram de 10 lotes (19.2%), entre nacionais, 2 (3.8%), de italianos para nacionais, 7(13%) e de nacionais para italianos, 3 lotes(5.7%).

Entre os lotes suburbanos, apenas um lote teve registro de revenda de área de 600m<sup>2</sup>:

### Quadro 12

#### Lote suburbano: desmembramento e revenda

| Lote: nº/data | Proprietário                   | Área /Registro           |
|---------------|--------------------------------|--------------------------|
| 53/...        | João Pedro de Salles Damasceno | 600 m <sup>2</sup> /SECI |

Fonte: listagem SECI ( anexo I)

Entre os rurais, um lote foi revendido duas vezes:

### Quadro 13

#### Lote rural: desmembramento e revenda

| Lote:nº/data           | Proprietários        | Área/registro                |
|------------------------|----------------------|------------------------------|
| 97/1892                | Maurice Vallet       | 130622,5m <sup>2</sup> /ITCI |
| 97 <sup>a</sup> /----- | Arthur Sergio Freire | 12146m <sup>2</sup> /SECI    |

Fonte: Título de Propriedade e listagem SECI (anexo I)

Houve uma tendência maior dos italianos em adquirir áreas menores na sede urbana, provavelmente depois de terem conseguido a estabilização como agricultores.

O regulamento oficial que tratava dos núcleos coloniais permitia a aquisição de até 2 lotes rurais por colono, desde que não fossem contíguos, visando provavelmente impedir a formação de propriedades maiores.

No Quiririm, os proprietários com mais de um lote foram:

## Quadro 14

### Quiririm: proprietários com mais de um lote

| Proprietário                      | Lotes:<br>tipo/nº | Lotes:<br>registro/data | Áreas                 |
|-----------------------------------|-------------------|-------------------------|-----------------------|
| Alessandro Massini                | Urbano/ 05        | SECI/ -----             | 1500 m <sup>2</sup>   |
|                                   | Suburbano/ 17     | ITCI/ 1893              | 50000m <sup>2</sup>   |
| Angelo Ponsoni                    | Urbano/ 05        | ITCISECI/ 1892          | 1500m <sup>2</sup>    |
|                                   | Suburbano/ 77     | SECI/-----              | 50000m <sup>2</sup>   |
| Angelo Soldi                      | Urbano/ 07        | ITCI-SECI/ 1892         | 1500m <sup>2</sup>    |
|                                   | Rural/ 39         | ITCI/ 1894              | 150000m <sup>2</sup>  |
| Bartolo Manfredini                | Urbano/ 30        | SECI/-----              | 600m <sup>2</sup>     |
|                                   | Suburbano /29     | SECI/-----              | 50000m <sup>2</sup>   |
|                                   | Rural/ 33         | SECI / -----            | 150000m <sup>2</sup>  |
| Carlo Billa                       | Urbano / 09       | ITCI-SECI / 1892        | 1500 m                |
|                                   | Rural /29         | ITCI / 1894             | 150000m <sup>2</sup>  |
| Carlo Canassoli                   | Urbano /28        | ITCI-SECI / 1892        | 1500 m <sup>2</sup>   |
|                                   | Rural /73         | SECI /-----             | 108000 m <sup>2</sup> |
| Constantino Loda                  | Urbano / 12       | ITCI –SECI /1898        | 1500m <sup>2</sup>    |
|                                   | Rural / 42        | ITCI / 1898             | 108000 m <sup>2</sup> |
| Giacomo Germi                     | Urbano/ 29        | SECI /-----             | 424m <sup>2</sup>     |
|                                   | Rural/ 23         | ITCI -SECI / 1892       | 150000m <sup>2</sup>  |
| Giuseppe Brigio                   | Urbano / 18       | ITCI –SECI /1892        | 1500m <sup>2</sup>    |
|                                   | Rural / 38        | ITCI /1892              | 150000m <sup>2</sup>  |
| Giuseppe Montesi                  | Urbano / 20       | SECI /-----             | 1500 m <sup>2</sup>   |
|                                   | Rural /40         | SECI /-----             | 150000 m <sup>2</sup> |
| João Batista Istace               | Urbano / 03       | SECI /-----             | 604 m <sup>2</sup>    |
|                                   | Suburbano /87     | SECI /-----             | 50000 m <sup>2</sup>  |
| João Pedro de Salles<br>Damasceno | Urbano /16        | SECI /-----             | 600 m <sup>2</sup>    |
|                                   | Suburbano /53     | SECI /-----             | 600 m <sup>2</sup>    |
| Natale Sgarbe                     | Urbano / 19       | ITCI-SECI / 1892        | 1500 m <sup>2</sup>   |
|                                   | Rural / 20        | ITCI / 1892             | 150000 m <sup>2</sup> |
| Orestes Manara                    | Urbano / 04       | ITCI-SECI / 1892        | 1500 m <sup>2</sup>   |
|                                   | Rural / 31        | ITCI / 1892             | 150000 m <sup>2</sup> |
| Vicente Zicardi                   | Urbano / 25       | ITCI –SECI /1892        | 1500 m <sup>2</sup>   |
|                                   | Rural /22         | ITCI /1892              | 142500m <sup>2</sup>  |
| <b>Total: 31 proprietários</b>    |                   |                         |                       |
| 15 lotes                          |                   |                         |                       |

Fonte: Títulos de Propriedades e listagem SECI

Pelas datas dos **Títulos de Propriedades**, 5 italianos compraram 1 lote urbano e 1 rural nos mesmos anos: 4 em 1892 e 1 em 1898.

Dois italianos compraram 1 lote urbano e 1 rural, respectivamente, em 1892 e 1894.

Cinco italianos registraram 1 lote urbano e 1 rural com áreas regulares, 2 com lotes urbanos de áreas menores e 1 com lote rural de 142500 m<sup>2</sup>.

Um nacional adquiriu 1 lote urbano e 1 suburbano, registrados no SECI com área de 600m<sup>2</sup>.

Bartolo Manfredini é o único que apresenta registros de 3 lotes: na lista **SECI**, sem datas, com 1 lote suburbano e 1 rural de áreas regulares, e 1 urbano com a área de 600m<sup>2</sup> indicativa de desmembramento de lote.

## CAPÍTULO III – AS TRANSPLANTAÇÕES CULTURAIS ITALIANAS E A ESTABILIZAÇÃO ECONÔMICA DO QUIRIRIM.

### 1. As olarias

Um trecho do relatório de Dupré, de 1892, é uma análise bastante acurada sobre a situação do núcleo um ano depois da instalação dos colonos:

*“Considerando-se a fertilidade das terras, notáveis quanto foi pequena a produção, e a este fato atribuo a ter-se entregue os colonos à fabricação de tijolos que são consumidos em Taubaté e na própria colônia em construção de casas.*

*O estado dos colonos não obstante, é próspero, pouco faltando saldarem sua conta com o Governo.”<sup>69</sup>*

Ele foi otimista em relação à estabilidade dos colonos.

Os **Títulos de Propriedades** mostram que entre 92 famílias de colonos, 29 (31%) ainda não tinham quitado a compra de seus lotes e apenas 11 casas estavam concluídas com 86 famílias instaladas em barracões provisórios.

Os proprietários já tinham alguns bens: 31 carros de bois e 8 carroças, 18 cavalos, 5 éguas e 12 muares, 152 bois, 36 porcos, 1 cabra e 1611 galinhas que, é provável que tenham sido adquiridos com pecúnia que possuíam na chegada ao país.

Em contraposição, os prédios oficiais determinados pelo contrato de instalação estavam concluídos – a escola e três prédios administrativos, com

---

<sup>69</sup> MARCONDES, op. cit., p. 44.

serviço médico atendendo em um deles e havia sido completado a estrada de ligação entre a sede da colônia e a cidade de Taubaté.

O centro urbano cumpria sua função de sede comercial, com “2 casas de negócios, 2 engenhos de aguardentes e 1 de fubá”; e havia seis olarias, apontadas como responsáveis pela prosperidade da colônia, que estavam instaladas em áreas de inundações.

Eram empreendimentos primitivos com mão de obra familiar e localizavam-se em áreas delimitadas, nos mesmos lotes em que os colonos desenvolviam a agricultura e construía suas moradias.

De início funcionaram como complementação das rendas das lavouras, produzindo para a construção das casas do núcleo, de acordo com as técnicas que haviam sido trazidas de suas regiões de origem. Extrapolaram a função inicial a medida que a produção foi sendo absorvida pelo mercado de Taubaté, atendendo às novas necessidades urbanas do Município.

O novo mercado fez com que alguns colonos abandonassem as lavouras e fizessem delas sua principal atividade econômica. Apesar de manterem as mesmas técnicas, ampliaram a mão de obra contratando antigos posseiros e agregados que haviam perdido suas terras com o loteamento do núcleo, ou das fazendas vizinhas, para trabalharem como assalariados.<sup>70</sup>

A família Indiani exemplifica o processo de adaptação pelo qual passaram os imigrantes no Quiririm.<sup>71</sup> Era um núcleo familiar composto de

casal e seis filhos, originário da Província de Cremona, na Alta Lombardia. Chegaram ao Brasil em 1888, diretamente para uma colônia particular na

---

<sup>70</sup> SANTOS, op.cit., p. : fala que as olarias chegaram a contratar libertos, sem citar fontes.

<sup>71</sup> SOUZA, Olga. R.N. op. cit., p.: entrevista com José Indiani, 1997.

Fazenda do Barreiro, de Paula Toledo, para trabalhar nas plantações de café em regime de trabalho de “parceria”. Em meados da década de 1890 conseguiram encerrar o contrato com o fazendeiro e, com o pecúlio conseguido, adquiriram o lote suburbano nº 90. De início, dedicaram-se ao arroz e à confecção de cordas atividades que já praticavam na Itália. Como parte de seu lote estava em área de inundação, resolveram fabricar tijolos para construir a casa da família. Na época, estava sendo construída a estação local da Estrada de Ferro Central do Brasil e a olaria se tornou sua principal fornecedora, com um tijolo retangular que fabricavam especialmente para obra.

### **Foto I**

#### **Olaria Basílio Indiani**



**Fonte:** acervo da família Indiani



A foto datada do início do século XX, é da primeira “forma de tijolos” da futura Olaria Indiani & Irmãos, que ainda contava com a participação das mulheres da família no trabalho

## FOTO II



**Olaria Indiani & Irmãos, década de 1910**

fonte: acervo da família Indiani

A foto II é da empresa **Indiani & Irmãos** e revela a manutenção da estrutura familiar de trabalho: a olaria e a casa da família se localizavam na mesma área. Nota-se também, pela semelhança das “formas” para amoldar os tijolos e telhas nas duas fotografias, que as técnicas de produção se mantiveram.

As técnicas de construção com tijolos e telhas eram conhecidas no Brasil desde o início da colonização, mas só ganharam importância com as novidades arquitetônicas que a Missão Francesa trouxe para a Corte, no início do século XIX. .

No Vale do Paraíba o surto cafeeiro alterou a economia e a estrutura colonial e caipira da sociedade.<sup>72</sup> A elite do café, no rastro de sua súbita riqueza, foi tomada por uma onda modernizadora, uma euforia remodeladora que pretendeu “apagar” todos os vestígios de seu passado colonial e “pobre”. A arquitetura foi um dos aspectos que melhor traduziram a nova mentalidade da elite valeparaibana.

O tijolo, pela versatilidade de uso que oferecia, ganhou a preferência dos construtores para atender às novas solicitações arquitetônicas. Foi aos poucos substituindo a antiga taipa de pilão, nas construções e para a resolução de problemas que a cultura do café apresentava, como os terreiros de secagem, condutores de água, tulhas, etc.

Os fazendeiros substituíram seus casarões de taipa nas fazendas e nas cidades por palacetes de alvenaria nos quais exibiam a riqueza decorativa que o tijolo permitia. Os mais resistentes, para não derrubar suas casas antigas, acabaram revestindo com tijolos as velhas paredes sobre os quais aplicavam os elementos embelezadores que as contingências da moda lhes impunham.

Na década de 1860, as construções em tijolo estavam “oficialmente” introduzidas em todo o Vale do Paraíba e paulatinamente foram substituindo e suplantando a taipa.<sup>73</sup>

No período de transição Império - República, na medida que o processo imigratório se intensificou, os italianos imigrantes se integraram no contingente

---

<sup>72</sup> Sobre a introdução do tijolo como técnica de construção no Vale do Paraíba e Taubaté no século XIX ver: MOURA, Livia V. Rodrigues de. **Vila Santo Aleixo. Uma casa eclética no Vale do Paraíba. Revista Ciências Humanas.** V.7, nº 1, jan./jun/2001, P. 47/56. Taubaté: UNITAU/Pró-reitoria de pesquisa e Pós-graduação

<sup>73</sup> ROSA, Adriana Barra. **Arrolamento de nomes e profissões envolvidas em construção civil em Taubaté, 1862 a 1945.**, in **Palacete da Viscondessa de Tremembé: uma análise sobre a construção civil do século XIX sob o ponto de vista arqueológico.** Relatório apresentado em Exame de Qualificação a nível de Mestrado. Museu de Arqueologia e

da mão de obra de construções em São Paulo, muitos deles como operários qualificados pelas profissões que tinham exercido nas regiões de origem, como mestres de obras, artesãos, frisadores, etc.<sup>74</sup>

Em cidades do interior paulista com mercados em expansão como em Taubaté, muitos italianos se tornaram proprietários de olarias.

Durante todo o período de expansão da lavoura do café, Taubaté manteve sua posição de município de maior importância econômica do Médio Vale paulista.<sup>75</sup> Em 1854, sua produção foi de 354730 arrobas, ultrapassada apenas por Bananal (554600 arrobas) e Areias (386094 arrobas), municípios da região do Fundo do Vale e, no período, ligados economicamente à Província do Rio de Janeiro.

A partir da década de 1870, a produção do café no Vale decresceu paulatinamente, em função do esgotamento das terras e da abertura das novas regiões do Oeste paulista. O cultivo se manteve como a base econômica até a segunda década do século XX e só deixou de ser exportado quando a política econômica de Rui Barbosa acabou com as subvenções aos produtores, acarretando falências e o gradativo abandono das lavouras.<sup>76</sup>

Pierre Monbeig<sup>77</sup> diz que, em 1905, Taubaté, Pindamonhangaba, Jacareí, Bananal e São José dos Campos ainda cultivavam de 3 a 6 milhões de pés de café, cada um, mas com a produção em baixa contínua, devido ao

---

Etnologia/USP, 2000. (separata em xerox). A autora registra a presença de olarias de tijolos em Taubaté a partir de 1863.

<sup>74</sup> Sobre a substituição das construções de taipa em São Paulo pelo que a autora chama de “cidade dos tijolos”, no mesmo período, ver GLEZER, Raquel. *Visões de São Paulo*. BRESCIANI, Stella. **Imagens da Cidade: séculos XIX e XX**. São Paulo: ANPUH-SP/ Marco Zero, FAPESP, 1994; p.171. MARTINS

<sup>75</sup> ABREU, Maria Morgado de. **Taubaté, de centro irradiador de bandeirismo a centro industrial e universitário do Vale do Paraíba**. Aparecida: Santuário, 1985; p.36 a 41.

<sup>76</sup> GADELHA, op. cit., p. 148.

<sup>77</sup> MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. 2ª ed. São Paulo: Hucitec/Polis, 1998. Pp. 167/168.

esgotamento das terras: de 2870000 arrobas em 1854 para 1850000 arrobas, o mais baixo rendimento de todo o Estado de São Paulo no ano apontado.

Os dados para Taubaté nas décadas iniciais do século XX confirmam o decréscimo da produção: de 600.588 arrobas em 1900, a maior do Vale no período, para 286.200 arrobas em 1920.

Durante todo o processo cafeeiro, a cidade também manteve sua antiga posição de eixo das rotas de comércio ao longo do Vale para o Sul de Minas e o litoral Norte. Sua função de centro de comércio regional fez com que sua economia se mantivesse estável mesmo depois do surto cafeeiro no Vale do Paraíba. Segundo Bartholo<sup>78</sup>, “o (seu) *enriquecimento progressivo pode ser acompanhado pelo crescimento aos saltos do orçamento municipal*” Enquanto na década de 1840 o município apresentou como orçamento 1:500#000, na década de 1880 e especialmente em 1883 atingiu 60:473\$886.

Com o crescimento urbano a cidade experimentou um gradual acréscimo populacional. Desde o início da colonização da região, Taubaté manteve sua posição de município mais populoso do Vale paulista. Em 1836, início do período cafeeiro, tinha 11833 habitantes; em 1854, 18933 habitantes e, em 1900, com 36723 habitantes, tornou-se o segundo município mais populoso do Estado, depois de Campinas.<sup>79</sup>

A estabilidade econômica proporcionou melhoramentos urbanos. Nas décadas de 1880 e 1890 contava com iluminação a gás (1884), ampliação do serviço de abastecimento de água (1888), uma linha de bondes urbanos de tração animal (Taubateana, 1881); uma pequena ferrovia de bitola estreita, com

---

<sup>78</sup> Id. Ibid., op.cit., p. 6

bondes a vapor, que ligava a cidade com o bairro de Tremembé, e a Empresa Telefônica (1891).

Aumentaram também as indústrias voltadas a atender às necessidades do crescimento urbano. Em geral eram antigas atividades artesanais que foram ampliadas para indústrias de pequeno porte, como funilarias, chapelarias, louças de barro e cerâmica, serrarias, etc. e uma de médio porte, a Companhia de Gás e Óleos Minerais de Taubaté, de 1883,

Em 4 de maio de 1891 foi fundada a Companhia Taubaté Industrial/ **CTI**, uma indústria textil de médio porte mas com estrutura complexa, em termos de capital investido, produção, quantidade de empregados e alcance de mercado.

Seus sócios fundadores eram conhecidos investidores nacionais como Antonio C. de Souza e Valdemar Bertelsen, firmas estrangeiras, principalmente inglesas, como o London & Brazilian Bank e London and River Plate Bank e com participações menores de capitalistas locais como o cafeicultor José Benedito Marcondes de Mattos e o banqueiro Rodrigo Nazareth de Souza Reis. Um dos fundadores e futuro diretor foi Felix Guisard, mineiro descendente de franceses tecelões e com experiência na área.<sup>80</sup>

Taubaté foi escolhida para sua instalação pela infra-estrutura que oferecia: uma rede de comunicações formada pela Estrada de Ferro Pedro II (depois Central do Brasil) e os “caminhos” para o Sul de Minas e o litoral Norte via Ubatuba, existência de terrenos próximos à cidade, além de isenções fiscais e possibilidade de facilidades para a obtenção de energia, como o

---

<sup>79</sup> ABREU, Maria Morgado de et alii. **Aspectos geográficos do Vale do Paraíba e Município de Taubaté**. Taubateana nº 14. Taubaté: Prefeitura Municipal, 1995; p.222.

<sup>80</sup> os dados sobre a CTI foram extraídos de: RICCI, Fábio. **Origem e desenvolvimento da indústria textil no Vale do Paraíba paulista na República Velha**. Cap. I. Relatório para Banca de Qualificação a nível de Doutorado. FFLCH/USP, Departamento de História, 2000.(

aproveitamento da fábrica de gás e também da força hidráulica, que poderia ser aproveitada do rio Paraíba.

Começou a funcionar em 1891, como fábrica de meias e camisas de malha e algodão, com a produção logo ampliada para a produção de brins e morins. Em 1913, inaugurou a fábrica de cretones.

As instalações seguiram o ritmo da expansão da produção, formando um complexo de 8 fábricas que ocuparam 76.702m<sup>2</sup>, com 3 fábricas com área de 46672m<sup>2</sup> e as demais ocupadas pela administração, por ambulatórios, creches, clube de operários, etc.

Localizada na área de chácaras ao Norte do Município, a CTI foi responsável pela extensão do perímetro urbano da cidade em direção à região.

Na primeira reunião de Diretoria, a 5 de maio de 1891 foi decidido que o primeiro projeto de construção, que previra paredes de ferro se mostrava inviável pela dificuldade de importar o metal, pelo atraso que acarretaria e pela escassez da mão-de-obra especializada na montagem; optou-se pela construção com tijolos, inclusive por ser material mais fácil de ser adquirido em Taubaté.

Os oleiros do Quiririm foram os principais fornecedores de tijolos e telhas para a CTI, com vendas concentradas em dois momentos: no primeiro período de 1891/92, anos em que os colonos iniciavam o período de adaptação, a companhia textil começou a construção da fábrica de morins; em 1891 comprou 40.000 tijolos e telhas e em 1892, 51.500 tijolos<sup>81</sup> No segundo período de 1911/12, o de construção da fábrica de cretones, a CTI comprou da olaria Irmãos Zanini do Quiririm, em set./1911, 140000 tijolos; em 1912, 51.0000

---

Doutorado a ser defendido no 1º semestre de 2003, sob a orientação do Profº Drº Benedito E. Nascimento).

tijolos sem especificação de datas: 44.000 tijolos e mais 5400 tijolos de molduras.

Outro mercado consumidor importante para as olarias foi o da construção civil, com a renovação dos padrões arquitetônicos dos prédios públicos e privados. A cidade ainda conserva exemplos importantes de construções em tijolos do período, como o chalé do cafeicultor Lopes Chaves (Vila Aleixo); a residência oficial dos Bispos Diocesanos (Palácio do Bispo) e o conjunto arquitetônico do antigo Colégio Feminino N. S. do Bom Conselho.

Durante a década de 1890, as olarias do Quiririm aumentaram em quantidade: das 6 registradas em 1892, para 11 em 1896,<sup>82</sup> 8 em 1897,<sup>83</sup> e 7 em 1899.

Nesse ano, o **Almanaque de Taubaté** também registra olarias em bairros vizinhos do Quiririm: 8 em Piracangaua e 3 em Tremembé<sup>84</sup>.

É importante anotar que estes bairros pertencem à mesma área de várzeas do Quiririm e também sujeitos a inundações. Mas neles os oleiros eram todos nacionais, e provavelmente seguiram o exemplo dos italianos do Quiririm, aproveitando as áreas de várzeas na fabricação de tijolos, pelas condições que o mercado oferecia.

No início do século XX, no Quiririm, havia 3 olarias: Tijolos e Telhas Bartholo Manfredini, Indiani & Irmãos e Zanini & Irmãos.

O arrolamento dos bens do inventário de Francisco Zanini, de 1911, indica que continuavam estruturadas como empresas familiares. Apesar de ser o fornecedor exclusivo da CTI, o único imóvel arrolado foi um lote (350m de

---

81 CDPH/UNITAU: Arquivo CTI, Diário de Contas Correntes nº 1, p.97 e nº 2, p.24..

82 **Diário de Taubaté**, 20/06/1896, ano II, nº 255, p. 6.: Edital de cobrança de Impostos Municipais.

83 Id.ibid., 21/04/1897, ano III, nº 480, p.1.

frente e 250m de fundos) em que estavam instalados “*uma olaria, uma pipa para amassar barros, uma casa de tijolos e telhas, um paiol*”.<sup>85</sup>

No período citado, a rizicultura, praticada nas várzeas dos rios Paraíba e Quiririm, havia se transformado na principal fonte de rendas da colônia.

## 2. A rizicultura de várzeas

O arroz foi cultivado em diferentes regiões do Brasil desde o início da colonização portuguesa; eram lavouras de subsistência, desenvolvidas por pequenos sítiantes e posseiros, em culturas de *sequeiro*, isto é, plantações localizadas em terras altas ou em meia encosta, com a irrigação dependendo exclusivamente de precipitação fluvial.<sup>86</sup>

Na década de 1830 os italianos dos núcleos de povoamento do Sul do país, principalmente no Rio Grande do Sul e Santa Catarina, introduziram as lavouras de arroz praticadas em áreas alagadas ou de várzeas.<sup>87</sup>

Em São Paulo, a rizicultura de várzeas foi implantada pelos italianos do Quiririm que, a exemplo dos imigrantes sulinos, adaptaram práticas tradicionais de cultivo de cereais em áreas semelhantes às de suas regiões de origem.<sup>88</sup>

A Itália foi um dos últimos países europeus a ingressar no processo de industrialização e de expansão do capital, experimentado desde o século XVIII. No período da sua unificação política (1870), enquanto o Sul do país ainda mantinha a economia com base em uma agricultura com características

---

<sup>84</sup> **Almanaque de Taubaté**, op.cit., p.65, 66 e 68.

<sup>85</sup> **DMPAH**/Prefeitura de Taubaté. Inventário de Francisco Zanini e sua mulher Carolina Peschiera, 1911.

<sup>86</sup> Id.ibid., op.cit., p. 16 e Comissão Técnica de Arroz/ SAASP. **Arroz. Recomendações técnicas para o Estado de São Paulo**. Campinas: CATI, nº 100, dez./1996; p.5.

<sup>87</sup> VIEIRA, Noris R. de Almeida e o. **A cultura do arroz no Brasil**. Santo Antonio de Goiás: Embrapa Arroz e Feijão, 1999, p.19 a 23.

<sup>88</sup> Id.ibid., op.cit., p.22. ainda hoje o Vale do Paraíba paulista é a única região de São Paulo em que se pratica a agricultura de várzeas.



feudais, a região Norte estava sendo lentamente industrializada, e sua agricultura começando a ingressar no modelo capitalista de produção.<sup>89</sup>

A região do Veneto era dividida em uma área montanhosas e outra de planície, com sistema de propriedade das terras também dividido em pequenas e médias propriedades nas terras montanhosas e grandes propriedades nas planícies.

As lavouras, basicamente as mesmas nas duas áreas, eram principalmente vinhedos e cereais – inclusive a rizicultura, cultivados em pântanos ou várzeas de rios.

Na parte montanhosa, as pequenas propriedades eram núcleos de produção semelhantes aos do Sul da Itália, isto é, com produção voltada principalmente para suprir a maioria de suas necessidades, de construções a artesanatos. A mão de obra era baseada no trabalho familiar, com o envolvimento de mulheres e jovens em todas as fases dos cultivos.

Pertenciam a proprietários ou meeiros que durante parte do ano eram obrigados a trabalhar por salários, fixos ou temporários, nas grandes propriedades, como complementação das rendas ou para ter o direito de uso sobre terras comunais.

Com a capitalização das lavouras foram introduzidas melhorias técnicas, ao mesmo tempo que novos e pesados impostos foram implantados e abolidos costumes seculares como a exploração das terras comunais. As pequenas propriedades, sem condições de enfrentar a nova ordem foram agregadas às grandes e os camponeses expulsos de suas terras.

---

<sup>89</sup> ALVIM, op.cit., p. 24, 30, 31, 35, 38 e 39.

O Norte da Itália ainda não estava suficientemente industrializado para absorver o excedente populacional vindo das regiões agrícolas. Os que se dirigiram para as cidades tornaram-se trabalhadores proletários. A maioria, expulsa da terra, emigrou principalmente para a América.

Os primeiros italianos do Quiririm vieram das regiões montanhosas do Norte, do Veneto, principalmente de Treviso e Consenza, ou da Lombardia, região com características físicas e sócio-econômicas semelhantes às do Veneto.

Chegaram ao Brasil entre 1887/91, a maioria (42%) em 1890. Provavelmente vieram com algum capital, o que lhes permitiu a ida direta para o Quiririm, onde se estabeleceram como pequenos proprietários.<sup>90</sup>

As várzeas do rio Paraíba são formadas por solos de aluviões recentes, argilosos ou arenosos. A pouca declividade (médias de 19 cm/km) e a baixa velocidade das águas do Paraíba - que no trecho tem seu curso caracterizado por "meandros" - dificultam o escoamento do volume fluvial na estação chuvosa, de janeiro a março, favorecendo o transbordamento, a inundações das margens e a formação das várzeas, com inundações de 6 km.de largura média entre Taubaté e Pindamonhangaba. Na confluência dos rios Paraíba e Quiririm, chegam a atingir 10 km.<sup>91</sup>

---

<sup>90</sup> Ver nota , p. e quadros n ° 14, 15, 16, 17. GADELHA, op. cit., p. 165, fala de imigrantes que já chegavam com capitais, que empregavam em compra de lotes de núcleos coloniais.

<sup>91</sup> DIOGO, Sandra Aparecida. **A ocupação da várzea e a degradação ambiental no Vale do Paraíba paulista: os portos de areia na região do médio Paraíba.** Trabalho de conclusão de curso de Graduação. Departamento de Ciências Sociais e Letras/UNITAU, 1999; P.55,56,59 E 60. (xerox).

A maior parte dos lotes rurais da colônia estava nesta área sujeita a inundações constantes, muito semelhantes aos pântanos e várzeas do Norte italiano.

Como no caso das olarias, os colonos transplantaram experiências que traziam com o cultivo de cereais e iniciaram as lavouras de arroz.

A modalidade de cultivo que adotaram foi “*irrigação não controlada*”, ou seja, o aproveitamento de várzeas ou áreas de baixadas, úmidas ou encharcadas, para culturas hidrófilas. Esse tipo de cultivo se adapta a todas as espécies de solo, desde que a camada inundada seja suficientemente profunda para que o sistema radicular da planta penetre livremente. O relevo deve ser pouco ondulado para que as inundações periódicas fiquem retidas nas áreas de plantio.<sup>92</sup>

As colônias do Vale do Paraíba implantadas entre 1884/92 receberam subsídios do Governo de São Paulo para serem aplicados em culturas agrárias de subsistência, de acordo com a política de implantação de núcleos oficiais no período.

Na década de 1880, a região sentia os resultados do decréscimo da produção cafeeira, motivo para que a diversificação dos produtos cultivados também funcionasse como uma outra possibilidade de utilização das terras esgotadas para o cultivo do café e uma alternativa econômica para fazendeiros sem estrutura para enfrentar a crise.

---

<sup>92</sup> **Comissão Técnica de Arroz/SAASP.** op.cit., p.2, 3. ALVIM, op.cit., p. 38, apresenta relato de uma colheita de linho plantado em várzea, que considera igual à do arroz que pode ser caracterizada como de “irrigação não controlada”, de acordo com a obra citada nesta nota. A outra modalidade de cultura de várzeas é a de “irrigação sistematizada”, isto é, irrigação controlada e feita pela inundação dos tabuleiros ou quadras, com a formação de lâminas de água sobre as plantações.

Taubaté, com a economia sustentada pela sua função de centro de comércio regional, foi um dos município menos abalados pela crise do café. Mesmo assim, sua elite se empenhou na formação de núcleos, na vinda de imigrantes e nas lavouras de subsistência, vislumbrando novas alternativas de mercado para o Município, idéia defendida por políticos importantes e apoiada pela imprensa local.<sup>93</sup>

Em 1892, os núcleos do Vale paulista apresentaram a produção:

### Quadro 15

#### Produção agrícola das colônias valeparaibanas: 1892

| Produtos       | Boa Vista | Canas    | Piaquí      | Quiririm    |
|----------------|-----------|----------|-------------|-------------|
| Aguardente     |           |          | 23 pipas    |             |
| Araruta        |           |          | 350 kg.     |             |
| Arroz          | 20000 l.  | 52300 l. | 3750 l.     | 7500 l.     |
| Batata doce    |           |          | 25300 kg.   |             |
| Batata inglesa | 25000 l.  | 4700 l.  | 4500 kg.    | 50000 l.    |
| Farinha        |           |          |             | 10000 l.    |
| Café           | 1000 a.   |          | 2475 kg.    | 120 arrobas |
| Cana-de-açúcar |           |          | 1545 carros |             |
| Feijão         | 30000 l.  | 56800 l. | 22950 l.    | 10000 l.    |
| Melancia       |           |          | 4000 peças  |             |
| Milho          | 100000 l. | 948000 . | 99100 l.    | 20000 l.    |
| Rapadura       |           |          | 10600 kg.   |             |
| Repolho        |           |          | 15530 peças |             |

Fonte: relatório Dupré de 1892 in MARCONDES, op. cit., p. 40 a 47.

As lavouras do Quiririm apresentaram os menores resultados, talvez por estarem produzindo a apenas dois anos. A produção de arroz ultrapassou apenas a de Canas, colônia criada para a produção de cana-de-açúcar, destinada a suprir o Engenho Central de Lorena.

<sup>93</sup> Ver cap. nota 36, que analisa a fala do Visconde de Tremembé na sessão da Câmara Municipal de 22/2/87 e o Edital de **O Noticiarista** de 24/01/1889.

São muito raros os registros sobre o desenvolvimento da rizicultura da colônia, da sua implantação até as duas primeiras décadas do século XX.

Através dos depoimentos de descendentes dos colonos italianos é possível averiguar que as técnicas de produção e o sistema de mão de obra se mantiveram semelhantes às do começo da cultura, isto é, continuaram com o sistema de lavouras de *várzeas não controladas*, sem mecanização e com mão de obra basicamente familiar.<sup>94</sup> Fotografias de acervos familiares confirmam a continuidade da tradição italiana.

### FOTO III:

#### Várzea do rio Quiririm, década de 1910



Fonte: MIIQ

As hastes de arroz, depois de retiradas das águas e secadas ao sol, são “debulhadas”, isto é, os grãos são retirados. Os grãos de arroz sendo empilhados nas margens da várzea.

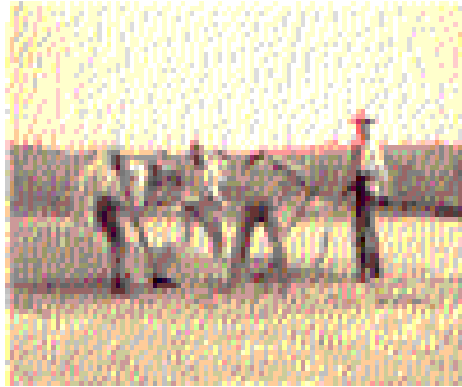
O caráter primitivo da cultura é comprovado pela rusticidade da “debulhadeira”, única mecanização experimentada até a década de 1930.

---

<sup>94</sup> Segundo o Sr. José Pistilli, descendente de imigrantes que se instalaram na colônia na década de 1890 e que ainda cultiva arroz no Quiririm, a única mecanização até hoje experimentada é o uso de tratores, introduzidos só na década de 1940. O Dr. Perfecto Testa Marques, Diretor Técnico de Divisão, **SAESP/Coordenadoria de Defesa Agropecuária** esclarece que só em meados da década de 1980 os agricultores adotaram o cultivo com *várzeas sistematizadas*, isto é, com a irrigação controlada e distribuída por tabuleiros ou

#### FOTO IV

#### Várzea do rio Quiririm, década de 1910



Fonte: MIIQ

Os grãos de arroz sendo empilhados nas margens das várzeas.

#### FOTO V

#### Várzea do rio Quiririm, década de 1910



Fonte: MIIQ

Ainda nas várzeas, o arroz é “ensacado” para ser levado aos engenhos de beneficiamento. Ao fundo, a residência do proprietário comprovando que,

---

quadras, onde se formam lâminas de água. ( ver: Comissão Técnica de Arroz/**SAESP**, op.cit.,

como no caso das olarias, as lavouras eram desenvolvidas nas mesmas áreas em que os colonos habitavam.

O colono francês Philibert Franchom, mecânico de profissão, instalou em 1895 o Engenho Central, que beneficiava e ensacava toda a produção dos arrozais, permitindo a expansão das lavouras que “*em pouco tempo atingiram a enorme extensão de 500 alqueires*”.<sup>95</sup>

No início do século XX, apesar do café continuar sendo a base econômica do Vale paulista, grande parte das terras das antigas fazendas foram compradas por fazendeiros da região Sul de Minas Gerais que as ocuparam com rebanhos de gado bovino destinados à produção de leite. A região tornou-se a principal bacia leiteira de São Paulo

Nesse período Taubaté também tinha no café sua base econômica mas a pecuária e a produção de arroz de várzeas já eram sua segunda fontes de rendas.<sup>96</sup>

Em 1907, o Quiririm estava economicamente estabilizado. Produzia 12076 alqueires de arroz, dirigidos aos mercados do Norte de São Paulo, Rio de Janeiro e Sul de Minas Gerais.<sup>97</sup>

As várzeas ainda não estavam drenadas e canalizadas mas os colonos aguardavam resposta a um abaixo-assinado que tinham enviado ao Governo do Estado em que pediam a vinda de um engenheiro para implantar a irrigação

---

p. 39).

<sup>95</sup> *Impressões do Brasil no século XX - 1913*. (fac-simile, s/r), in MARIOTTO, Lia C. V. P. Alves. **Notícias sobre Quiririm. DMPAH: Boletim Histórico Cultural**. Ano I, n ° 004, fev./1996, p. 3.

<sup>96</sup> ABREU, op.cit.,p.45 e ORTIZ, José Bernardo. **São Francisco das Chagas de Taubaté**.

<sup>97</sup> **Núcleo Colonial do Quiririm, situado no Município de Taubaté**. Relatório de Henrique F.Ribeiro, Diretor da Agência Oficial de Colonização e Trabalho, 1907.

controlada em suas terras. Ofereciam-se para trabalhar gratuitamente nas obras, o que dá uma medida da urgência do pedido.

Além do arroz, o núcleo produziu 866 arrobas de café em 139212 cafeeiros, além de milho, feijão e mandioca.

Os colonos mantinham 628 cabeças de gado bovino, 209 suínos, 160 cavalares, 11 muares, 9 caprinos e 3837 aves.

Na sede havia 1 engenho de cana, 1 de café, 1 fábrica de formicida, 2 moinhos de fubá, 3 fábricas de macarrão, 2 de cordas, 2 de vassouras de palha de arroz, 3 olarias e 9 casas de comércio.

Dois engenhos compravam, beneficiavam e encaminhavam para os mercados toda a produção de arroz, através da estrada de ligação entre a sede e a cidade de Taubaté e a estação local da Estrada de Ferro Central do Brasil.

Os demais produtos eram vendidos nos mercados de Taubaté, no município vizinho de Caçapava ou na sede do núcleo

Em 1913, o arroz do Quiririm atingiu 50000 sacas de 60 kgs do produto beneficiado. Sua população aumentara, dos 424 colonos de 1892 para 2000 habitantes.<sup>98</sup>

### **3. Os “italianos do Vale: o núcleo colonial do Quiririm**

O núcleo inicial de italianos era composto de 69 famílias, que perfaziam o total de 193 habitantes arrolados em 1892.<sup>99</sup>

Quarenta e duas famílias (60,8) entraram no país pelo porto de Santos, entre 1887/1894, com demonstram os quadros a seguir:

---

<sup>98</sup> *Notícias do Brasil no século XX-1913*. op. cit., p. 3. **AESP**: 1.5, m.2.



## Quadro 15

### Entradas: Santos, 1887

| <b>Nomes</b>            | <b>Entrada/Br.</b> | <b>Navio</b> | <b>Passagem</b> | <b>Quiririm: ano/ lote</b> |
|-------------------------|--------------------|--------------|-----------------|----------------------------|
| Gadioli, Giovanni       | 30/9               | Borgogne     | Particular      | 1893/22                    |
| Gadioli, Giuseppe       | 30/9               | Idem         | idem            | 23 / SECI                  |
| Luppe, Caetano          | 30/9               | ?            | ?               |                            |
| Sgarbe, Natale          | 30/9               | Borgogne     | Particular      | 1892/19/                   |
| Tomiroti, Artidoro      | 30/9               | Idem         | Particular      | 1892/24                    |
| Tursi, Evaristo         | 30/9               | idem         | idem            | 1892/23                    |
| Tursi, Luigi            | 30/9               | idem         | idem            | 21 / SECI                  |
| <b>Total: 7(10,14%)</b> |                    |              |                 |                            |

Fonte: Museu do Imigrante, São Paulo

Todos vieram como imigrantes espontâneos e viajaram pelo mesmo navio e, no Quiririm, compraram lotes contíguos, indicando que eram famílias de uma mesma localidade e devem ter trazido algum pecúlio para aplicar no Brasil.

## Quadro 16

### Entradas: Santos, 1888

| <b>Nome</b>           | <b>entrada /Br.</b> | <b>Navio</b>     | <b>Pass.</b> | <b>Quiririm, lotes:<br/>Data / nº</b> |
|-----------------------|---------------------|------------------|--------------|---------------------------------------|
| Zanini, Francesco     | 21/10               | Prov. De S.Paulo | ?            | 20/ SECI                              |
| Ziccardi, Vicente     | 24/12               | Malabar          | ?            | 1892/25                               |
| <b>Total: 2(2.8%)</b> |                     |                  |              |                                       |

Fonte: Museu do Imigrante, São Paulo

## Quadro 17

### Entrada:Santos,1890

| <b>Nome</b>         | <b>Data de chegada</b> | <b>Navio</b> | <b>Passagem</b> | <b>Quiririm, lotes:<br/>data/nº</b> |
|---------------------|------------------------|--------------|-----------------|-------------------------------------|
| Barbiere, Giorgio   | 23/7                   | Napoles      | Soc. Promotora  | 1892/49                             |
| Bettoni, Battista   | 18/2                   | Duq. Genova  | Gov. Geral      | 1892/87                             |
| Billa, Carlo        | 7/11                   | M. Bruzzo    | idem            | 1892/9<br>1894/29                   |
| Billa, Giovanni 2º  | 18/12                  | d. de Genova | Idem            | 1892/63                             |
| Boari, Vincenzo     | 29/11                  | Sud America  | Promotora       |                                     |
| Castagneto, Omoboni | 23/7                   | Napoles      | idem            | 1892/47                             |

<sup>99</sup> Os quadros foram elaborados a partir dos “chefes de famílias”, como consta nos registros de entradas no país.

|                            |       |              |            |   |
|----------------------------|-------|--------------|------------|---|
| Castelli, Saulo            | 23/7  | Napoles      | Promotora  |   |
| Ceruto, Carlo              | 18/12 | D. de Genova | Gov. Geral | 1892/43                                     |
| <b>Conizzoli, Giuseppe</b> | 23/7  | Napoles      | Promotora  |   |
| Daniele, Saverio           | 23/7  | Napoles      | Promotora  | 51/SECI                                     |
| Di Biase, Archangelo       | 19/3  | Cheribon     | Gov. Geral | 1892/57                                     |
| <b>Foroni, Pietro</b>      | 29/11 | Sud America  | Promotora  |   |
| Franci, Giuseppe           | 13/9  | Victoria     | Gov. Geral | 1892/69                                     |
| Gallini, Abelli            | 7/11  | ?            | Gov. Geral | 67/SECI                                     |
| Gelmi, Giacomo             | 23/7  | Napoles      | Promotora  |   |
| Manara, Orestes            | 23/7  | Napoles      | idem       | 1892/4<br>1892/31                           |
| Mancastrope, Giovanni      | 23/7  | Napoles      | idem       | <b>Consta a viuva e filhos :</b><br>1892/59 |
| Manfredini, Bartolo        | 23/7  | Napoles      | idem       | 30  |
| Mazzini, Alessandro        | 23/7  | Napoles      | idem       | 1893/17                                     |
| Montese, Giovanni          | 18/12 | D. de Genova | Gov. Geral | 11/ SECI                                    |
| Montese, Giuseppe          | 18/12 | D. de Genova | idem       | 40/ SECI                                    |
| Pasini, Acquilino          | 23/7  | Napoles      | Promotora  | 1892/73/                                    |
| Pasini, Angelo             | 23/7  | Napoles      | idem       | 1892/23                                     |
| Scarinsi, Angelo           | 29/11 | Sud America  | Promotora  | 1893/17                                     |
| Scarinsi, Giovanni         | 23/7  | Napoles      | Promotora  | 1894/35                                     |
| Stropi, Pietro             | 29/11 | Sud America  | Promotora  | 1892/89                                     |
| Taino, Angelo              | 29/11 | Sud America  | idem       | 1892/8<br>1892/41                           |
| Taino, Giacomo             | 29/11 | Sud America  | idem       | 1892/105                                    |
| Taino, Napoleone           | 29/11 | Sud America  | idem       | 1899/43                                     |
| <b>Total: 29(42%)</b>      |       |              |            |   |

Fonte: Museu do Imigrante, São Paulo

Obs.: não foram encontrados registros de propriedade dos lotes de Conizzoli, Giuseppe e Foroni, Pietro apesar de seus nomes aparecem em outros registros do núcleo, a partir de 1891.

## Quadro18

### Entrada: Santos, 1891

| Nomes                 | Data de entrada | Navio     | Passagem   | Quiririm, lote: data/nº/área |
|-----------------------|-----------------|-----------|------------|------------------------------|
| Canavesi Giovanni     | 22/8/           | M. Bruzzo | ?          | 1900/35                      |
| Loda, Constantino     | 17/3            | Rio Pardo | Gov. Geral | 1898/42                      |
| Pietra, Pietro        | 22/9            | Sírio     | ?          |                              |
| <b>Total: 3(4.3%)</b> |                 |           |            |                              |

Fonte: Museu do Imigrante, São Paulo

## Quadro 19

### Entrada: Santos, 1894

| Nomes                  | Entrada | Navio    | Passagem  | Quiririm: registro dos lotes data/nº/área(m2) |
|------------------------|---------|----------|-----------|---|
| Soldi, Angelo          | 29/09   | S. Paulo | Promotora | 1894/39                                       |
| <b>Total: 1 (1.4%)</b> |         |          |           |   |

Fonte: Museu do Imigrante, São Paulo

**Total geral: 41 (59%)**

## Quadro 20

### Italianos do Quiririm: Santos, registros de entradas: 1887/1894

| Ano                         | Imigrantes:<br>Nº/ passagem      | Lotes                  |
|-----------------------------|----------------------------------|------------------------|
| 1887                        | 06/ particulares                 | urbanos                |
| 1888                        | 02/ sem dados                    | urbanos                |
| 1890                        | 29/subsidiados                   | 28 rurais<br>01 urbano |
| 1891                        | 03/01 c/ registro,<br>subsidiado | rurais                 |
| 1894                        | 01/ subsidiado                   | rural                  |
| <b>Total: 41 imigrantes</b> |                                  |                        |

Fonte: Museu do Imigrante, São Paulo

De acordo com Gadelha<sup>100</sup>, no período aproximado de 1892/1900, ou seja, nos primeiros anos da República, muito poucos colonos recém-chegados ao país se dirigiam para núcleos coloniais. A maioria era encaminhada para as grandes lavouras de café, incentivados pelas autoridades consulares estrangeiras que consideravam conveniente que passassem por um período de adaptação, antes de tentarem se tornar proprietários na nova terra.

Os que se instalaram em núcleos coloniais, em geral, ou estavam no país a algum tempo e dispunham de economias que permitiram a compra de seus lotes ou já traziam algum pecúlio para aplicar.

A maioria dos italianos do Quiririm deve ter imigrado com pecúlio, atraídos pela propaganda migratória que acenava com as possibilidades de posse de pequenas propriedades. Entre 1890 e 1894, 33 (47%) das famílias de

<sup>100</sup> GADELHA, op.cit., p. 193/194

pioneiros chegaram ao Brasil, sendo que 29 (42%) delas em 1890, o ano da implantação da colônia.

O total dos 69 italianos pioneiros é completado pelos 25 (36.2%) colonos que não tiveram registros de entrada no país pelo porto de Santos. Provavelmente entraram pelo porto do Rio de Janeiro, diretamente para a colônia.<sup>101</sup>:

---

<sup>101</sup> Sobre a vinda de imigrantes para Taubaté através do porto do Rio de Janeiro, MARCONDES, op.cit., p. 43 cita **O Noticiarista**, de 5 de novembro de 1891, em que o jornal notifica a chegada em Taubaté de 400 imigrantes, em 2 de novembro, “procedentes do Rio de Janeiro em trem especial”. Foram encaminhados para a Hospedaria e, “no dia seguinte alguns dirigiram –se à estação como que arrependidos da viagem que acabavam de fazer.....alguns voltaram a ocupar os lugares que lhes estavam reservados”.

## Quadro 21

### Entradas: porto do Rio de Janeiro

| <b>NOMES</b>              | <b>Quiririm:registro dos lotes Data/nº/área</b> | <b>Preço: m2 e total</b>                            | <b>Tipo/instituição do registro</b> |
|---------------------------|---|---|-------------------------------------|
| Batista, Giovanne Istace? | ----.3/604<br>1895/87/50000                     | ----/125\$000                                       | Suburbano/ITCIUrbano/SECI ou        |
| Bettoni, Luigi            | 1894/8/50000                                    | ----/125\$000                                       | Suburbano/ITCI                      |
| Bozzetti, Eliseo          | 1892/13/1500                                    | 20r./-----  | Urbano/SOP                          |
| Brigio, Giuseppe          | 1892/18/1500                                    | 16,53/24\$795                                       | Urbano/sop                          |
| Canassoli, Carlo          | 1894/78/108000                                  | ---/365\$240  | Rural/ITCI                          |
| Dario, Antonio            | 1983/24/600                                     | 20r./12\$000  | Urbano/ITCI                         |
| Farabulini, Antonio       | 1902/--/1300                                    | --/51\$800  | SENACOP                             |
| Fochi, Francisco          | 1892/13/1500                                    | 20r./---  | -----                               |
| Gelmi, Francisco          | -----/45/50000                                  |   | Suburbano/SECI                      |
| Massani, Onorato          | 1892/17/1500 e<br>21/50000                      | 16,53/24\$795<br>24r./125\$000, débito:<br>235\$745 | Suburbano/SopUrbano/ITCI            |
| Mistura, Luiza            | 1892/4/575                                      | --/23\$795  | Urbano/SOP                          |
| Navazzi, Antonio          | 1898/14/600                                     | ---/24\$000   | Urbano/SOP                          |
| Omoboni, Giovanni         | 1892/9-parte<br>baixa/182500                    | 2,5r./436\$250,<br>dívida :7\$000)                  | Rural/SOP                           |
| Onsono, Angelo            |   |   |                                     |
| Pechini, Matheus          | 1892/3/1500                                     | 16,53r./24\$795                                     | Urbano /SOP                         |
| Piragini, Antonio         | 1904/97/69200                                   | ---/200\$000  | Suburb/SENACOP                      |
| Ponsoni, Angelo           | 1892/5/1500                                     | 16,53r./24\$795                                     | Urbano/SOP                          |
| Rho, Manuel               | 1892/89/50000                                   | 2,5r./126\$000, dívida:<br>208\$925                 | Suburbano/SOP                       |
| Tosca, Giacomo            | 1893/25/50000                                   | --/238000, dívida;213\$525                          | Suburbano/SOP                       |
| Tunini, Pietro            | 1893/27/600                                     | --/12\$000  | Urbano/SOP                          |
| Uberto, Emilio            | 1892/14/1500                                    | 16,53r./24\$795                                     | Urbano/SOP                          |
| Uberto, Euriglio          |   |   |                                     |
| Vandalete, Frederico      | 1982/95/150000                                  | --/375\$000   | Rural/ITCI                          |
| <b>Total: 25(36,2%)</b>   |   |   |                                     |

Fonte: Títulos de Propriedades e listagem SECI

A população italiana do Quiririm sofreu modificações consideráveis a partir dos dois últimos anos do século XIX, junto com os bons resultados da rizicultura.

A atuação do imigrante Manoel Rho foi importante na solidificação do núcleo italiano pelo prestígio que adquiriu, como comerciante, em toda a

região. Atuou como um agente não oficial entre os imigrantes e a comunidade taubateana, atraindo novas levas de italianos e facilitando-lhes compra ou arrendamentos de lotes, incluindo alguns que ainda pertenciam aos herdeiros de Paula Toledo.<sup>102</sup>

A seguir, um levantamento da população italiana entre 1910/1912, apoiado nos Livros de Matrículas das Escolas Italianas do Quiririm, onde constam os nomes e as profissões dos chefes das famílias dos alunos.

## Quadro 22

### Quiririm: população italiana, 1910/1912

| <b>Nomes</b>        | <b>Profissões</b> |
|---------------------|-------------------|
| Alegri Higino       | Lavrador          |
| Andena Atílio       | Lavrador          |
| Andena Omoboni      | Lavrador          |
| Barbiere Angelo     | Lavrador          |
| Barbiere Giovanni   | Lavrador          |
| Bassi pedro         | Lavrador          |
| Bellini Carlo       | Lavrador          |
| Bettoni, Alessandro | Lavrador          |
| Bettoni Angelo      | Lavrador          |
| Bettoni Diacono     | Lavrador          |
| Billa Giovanni      | Lavrador          |
| Boare Estevam       | Lavrador          |
| Bocalari Giacomo    | Lavrador          |
| Bottan Giovanni     | Lavrador          |
| Bottoce Giovanni    | ?                 |

<sup>102</sup> CAPELETTE, Maria L. de Oliveira. **Família e preservação da identidade cultural pelo imigrante. O caso da colônia agrícola do Quiririm.** TCC/ FLCS, Departamento de História, UNITAU, 1997; p 60/61: entrevista com José Indiani, neto de Gaudêncio Indiani. A família Indiani tornou-se proprietária de uma importante olaria, que atuou até a década de 1950. A casa da família é a atual sede do **Museu da Imigração do Quiririm.**

|                      |                      |
|----------------------|----------------------|
| Bottoce Secondo      | ?                    |
| Canavesi Giovanni    | Operário (pedreiro)  |
| Charutti paschoal    | Lavrador             |
| Foroni Anibali       | Lavrador             |
| Gallini Ernesto      | Lavrador             |
| Gadiolli giuseppe    | Lavrador             |
| Geovanelli Francesco | Operário (pedreiro)  |
| Gerebini Atilio      | Trabalhador          |
| Guaniere Giuseppe    | Negociante           |
| Guarniere Nicolino   | Lavrador             |
| Lorenzini Aristodemo | Lavrador             |
| Onorato Giuseppe     | Negociante (olaria)  |
| Indiani Angelo       | Negociante (olaria)  |
| Indiani basilio      | Negociante (olaria)  |
| Indiani Libero       | Operário (oleiro)    |
| Indiani Turini       | Lavrador             |
| Marçon (?) Pedro     | Pedreiro             |
| Mancastrope Giuseppe | Lavrador             |
| Manfredini Bartolo   | Lavrador             |
| Mazzini Alexandre    | Alfaiate             |
| Monfardini Felicio   | ?                    |
| Montezi Geronimo     | Lavrador             |
| Montezi Giovanni     | Lavrador             |
| Montorana Salvador   | ?                    |
| Nilani Antonio       | Chapeleiro           |
| Nioto Giovanni       | Negociante (armazem) |
| Peccina Amadeu       | Negociante           |
| Pelloggia Angelo     | Lavrador             |
| Pelloggia Antonio    | ?                    |
| Pestille Giuseppe    | Lavrador             |

|                     |                      |
|---------------------|----------------------|
| Petrolli Giovanni   | ?                    |
| Pevide Manoel       | ?                    |
| Pini Luigi          | Lavrador             |
| Ponsoni Arturo      | Alfaiate             |
| Ponsoni Manuel      | Negociante (armazem) |
| Ronconi Eduardo     | Lavrador             |
| Ronconi Fernando    | ?                    |
| Ronconi Leone       | ?                    |
| Roveda Angelo       | Carpinteiro          |
| Salvini Wanel (?)   | Operário (oleiro)    |
| Savio Giacomo       | Lavrador             |
| Savio Stefani       | Lavrador             |
| Scarinzi Giovanni   | Lavrador             |
| Sgarbe Natale       | Negociante           |
| Soldi Stefano       | Trabalhador          |
| Stechetti Gino      | Lavrador             |
| Taino Miguel        | Lavrador             |
| Trevizani Giovanni  | ?                    |
| Turci Evaristo      | Lavrador             |
| Turci Luigi         | Lavrador             |
| Valerio Angelo      | Lavrador             |
| Valerio Giuseppe    | Barbeiro             |
| Verdelli Alessandro | Lavrador             |
| Zanini Lino         | Lavrador             |

**Fonte:** Livros de matrículas da Escola Mista do Quiririm, 1910, 1911, 1912 (MIQ).

Estão registrados 69 nomes de 56 famílias, com 35 (62.5%) novas famílias. Dos 69 nomes, constam 38(55%) lavradores, 14(20.2%)



comerciantes, incluídas as profissões e 9 (13%) “trabalhadores”, isto é, não proprietários. Dez nomes não têm a profissão arrolada. Entre as profissões constam 2 alfaiates e 1 chapeleiro que podem ser italianos residentes na cidade de Taubaté com filhos estudando nas escolas italianas da colônia.

Alguns novos colonos haviam imigrado em décadas anteriores e eram assalariados nas antigas colônias particulares instaladas em fazendas. Com a interferência de Manoel Rho, conseguiram saldar seus contratos e comprar lotes no Quiririm com os pecúlios que haviam conseguido juntar:

### Quadro 23

#### Proprietários oriundos de núcleos particulares

| Núcleos particulares | Ex-colonos, proprietários no Quiririm         |
|----------------------|---|
| Fazenda Barreiro     | Indiani                                       |
| Fazenda Conceição    | Gianelli                                      |
| Fazenda Quilombo     | Boltan, Pellogia, Ronconi, Trevisan           |
| Fazenda Pedra Negra  | Botocce, Capellete, Mariotto, Migotto, Marçon |
| Fazenda São João     | Bonafe, Crozariol,.                           |

Fonte: Olga R. N. de Souza, op.cit., p.56.<sup>103</sup>

O relatório de Henrique Ribeiro de 1907<sup>104</sup> registra 1140 habitantes; o núcleo italiano havia suplantado os demais, retendo 118 lotes para 111 nacionais, 10 portugueses e o francês, Philibert Franchon, que continuava com o Engenho Central.

A notícia de 1913 apresenta o Quiririm como “*colônia italiana de plantadores de arroz*” de Taubaté, com 2000 habitantes.<sup>105</sup>

<sup>103</sup> Estas famílias foram importantes lavradores de arroz e comerciantes. Alguns dos descendentes continuam com as atividades com que as famílias começaram no Quiririm: os Mariotto, Gianelli, Capellete, Migotto, Bonafe, ainda são lavradores, e, à exceção dos Mariotto, ainda residem no Quiririm. Os Crozariol continuam fabricando farinhas e os Botocce ainda são comerciantes de ferragens em Taubaté.

<sup>104</sup> **Núcleo Colonial do Quiririm, situado no Município de Taubaté.** op. cit.

<sup>105</sup> *Impressões do Brasil no século XX- 1913.* DMPAH/ PMT: op. cit.

O Quiririm ficou conhecido em todo o Vale do Paraíba paulista como uma colônia de imigrantes italianos produtores de arroz.

Uma análise das fontes sobre o primeiro decênio da colônia demonstra que colonos de outras nacionalidades também tiveram participação ativa em sua estabilização econômica.

O maior contingente por nacionalidade era o de nacionais ou de nomes com origem portuguesa, com 204 (48%) colonos (quadro6), indicando que a oportunidade de adquirir lotes e tornar-se pequeno proprietário foi atraente para uma parcela da população valeparaibana<sup>106</sup>

Alguns nacionais deixaram registros dessa participação:

#### Quadro 24

##### Colonos nacionais no Quiririm: 1891/1900

| Colono                        | Registro: ano | Profissão          |
|-------------------------------|---------------|--------------------|
| Afonso Alves                  | 1896          | Oleiro             |
| Alberto Guerra                | 1895          | -----              |
| Antonio José Pereira dos Reis | 1896          | Comerciante        |
| Bento de Souza                | 1897          | Comerciante        |
| Estevão Barros                | 1896/97       | Oleiro             |
| Benedito Pires de Camargo     | 1895          | Comerciante        |
| Francisco Gomes das Chagas    | 1896          | Oleiro             |
| Francisco Simões Machado      | 1895          | Telegrafista       |
| João Camargo                  | 1899          | Comerciante        |
| João de Salles Zico           | 1895          | Agente ferroviário |
| Joaquim Machado de Abreu      | 1896/97       | Oleiro             |

<sup>106</sup> SANTOS, op.cit., p.208/209: afirma, sem citar suas fontes, que “desde o princípio capitalistas de Taubaté foram atraídos pelas possibilidades de lucro apropriadas pelo núcleo.” E continua dizendo que “importantes famílias locais estiveram envolvidas nestes processos especulativos”, lançando mão de testas-de-ferro em “operações de todos conhecidas fazendo-se necessário citar o motivo da petição dos lotes.” Pelo Quadro 6, o único proprietário nacional que mostra a possibilidade de compra de lote para especulação é o Dr. Francisco de Moura Escobar, cafeicultor importante, vereados e membro da **Sociedade Taubateana de Imigração**.

|   |      |                                 |
|---|------|---------------------------------|
| José Benedito Marcondes de Mattos       | 1899 | Fábrica de sulfureto de carbono |
| Leonardo Borges                         | 1896 | Oleiro                          |
| José Maria de Paula Salles              | 1897 | Comerciante                     |
| Cap. Manoel Carlos de Carvalho Monteiro | 1895 | -----                           |
| Manoel da Rocha Cupido                  | 1896 | Oleiro                          |
| Manoel Leite da Costa                   | 1899 | Comerciante                     |

**Fontes:** *Almanach Ilustrado do Diário de Taubaté, 1899*. Op. cit., p.67., *Diário de Taubaté*. ano II, nº 255, 20/06/1896, p.3. e *Id. ibid.*, ano III, nº 427, 02/02/1897; p.1e **DMPAH: *Boletim Histórico- Cultural***, ano I, nº 004, fev/1996: fac-simile de nota publicada no jornal **O Popular**, 1895(s/p).

O jornal **O Popular** noticiou, em 1895, a inauguração, “*com grandes festas*”, do primeiro templo Católico do Quiririm, uma capela dedicada à padroeira do núcleo, N. S. da Conceição Aparecida construída por .Benedito Pires de Camargo, comerciante de secos e molhados<sup>107</sup> No mesmo dia aconteceu o primeiro casamento do Quiririm, sendo a noiva Albertina Guerra, filha do residente da sede Alberto Guerra e o noivo, Francisco Simões Machado, telegrafista da Estação Ferroviária do Quiririm. Os padrinhos foram João de Salles Zico, Agente da Estação Ferroviária e o Cap. Manoel Carlos de Carvalho Monteiro ambos moradores da sede do Quiririm.

Em 1896, havia 6 comerciantes proprietários de armazéns de “secos, molhados, toucinho e carne de porco” e “aguardentes a retalhos”; entre eles 2

<sup>107</sup> **DMPAH/PMT: Boletim Histórico cultural**. ano I, nº 004, 1996, p.1,2. As referências sobre as profissões estão em: **Diário de Taubaté**. ano II, nº 255, 20/06/1896; p. 3: Edital da Procuradoria da Câmara de Taubaté para recolhimento de Imposto Municipal.

(33%) nacionais. Em 1897, para 5 comerciantes, 2 (40%) nacionais. Em 1899, eram maioria: 3 (60%) nacionais para o total de 5 comerciantes.

Dos 14 comerciantes nacionais apenas 2 tiveram os lotes registrados, com áreas menores que as originais, o que indica desmembramento e revenda dos lotes.(quadro10).

Das 11 olarias de 1896, 6 (54%) eram de nacionais. No ano seguinte, para um total de 8 oleiros, apenas 2 (25%) nacionais continuavam na atividade. Em 1899 todas as 7 olarias eram de italianos.

Vão se tornando muito raras as referências sobre a participação econômica ou social dos colonos de outras etnias, apesar dos 111 lotes ainda em posse de nacionais na primeira década do século XX. Vale assinalar que é que entre os 111 estivessem incluídos lotes que ainda fossem dos herdeiros de Paula Toledo.<sup>108</sup>

Pode-se afirmar que, na medida em que os italianos foram se impondo economicamente, fizeram também prevalecer seus valores sócio-culturais no cotidiano dos moradores. A memória da atuação dos outros contingentes foi sendo excluída e o Quiririm tornou-se a “colônia dos italianos” do Vale do Paraíba.

Os vários grupos étnicos que imigraram para o Brasil preocuparam-se em manter a coesão e a sustentação de sua identidade com práticas destinadas a preservar as tradições de suas regiões de origem. Estas práticas se traduziram na continuidade de suas festas populares, da culinária, de casamentos dentro dos grupos, pela constituição de sociedades de socorros mútuos e pela criação das “*escolas étnicas*” destinadas a ensinar e manter o

idioma de origem entre os imigrantes e seus descendentes, elemento essencial para a continuidade do grupo.<sup>109</sup>

Os italianos do Quiririm experimentaram todas as formas citadas, durante o período abrangido por este trabalho.

Em 1894 já estavam funcionando duas escolas voltadas para o estudo da língua e da história italianas. Uma delas era patrocinada pelo Consulado Italiano de São Paulo; dirigida por Dorothea Bianchi, possuía uma classe de 25 alunos, com 11 meninos e 14 meninas. A outra era particular, mantida pela professora Silvia Franzoi, com uma classe mista de 14 alunos, 9 meninas e 5 meninos.<sup>110</sup>

Em 1910 encontramos as escolas **Masculina e Feminina do Bairro do Pinhão**, unificadas em 1915 como **Escola Italiana do Quiririm** até 1918, quando foi englobada à escola oficial sob o nome de **Escolas Reunidas do Quiririm**.<sup>111</sup>

No início do século XX havia em Taubaté várias associações de mútuo socorro nos padrões das inúmeras que atuaram nas principais cidades do Estado de São Paulo desde os fins do século XIX até a década de 1930. Propunham-se a prestar assistência previdenciária aos seus sócios, como tratamentos médicos e auxílio financeiro a doentes, inválidos, viúvas, etc.<sup>112</sup>

Duas eram mantidas pela colônia italiana da cidade, a **Società Principe di Napoli** e o **Circolo Confederale**.

---

<sup>108</sup> Ver HUTTER, op. cit., p.

<sup>109</sup> FAUSTO, Boris. *Introdução*. in FAUSTO, Boris (org.) **Fazer a América**. São Paulo: EDUSP, 1999. p 10.

<sup>110</sup> **MIQ** e **DMPAH /PMT: Jornal do Povo**. Ano VI, nº 114, 08/06/1893; p. 2 e **O Imparcial**. Ano II, nº 42, 23/12/1894; p. 2.

<sup>111</sup> **MIQ**. Livros de Matrículas de Escolas, 1910/1918.

<sup>112</sup> DE LUCCA, Tânia R. **O sonho do futuro assegurado. (O mutualismo em São Paulo)**. São Paulo: Contexto. 1990, p. 7.

O Quiririm preferiu criar a sua. Em Manoel Rho, organizou a **Società Beneficiente Unione di Quiririm**, com sede em sua residência.

A *mutuária* do Quiririm classifica-se entre as que De Lucca denominou de “*associações étnicas*”, onde os sócios tinham origem e tradições culturais em comum. Para a autora “*As sociedades de socorros mútuos, os clubes e a família constituíam o mundo da convivência íntima, onde os conterrâneos falavam a língua afetiva, trocavam experiências e lembranças, opunha-se ao espaço público, ao mundo do trabalho...*”. e continua dizendo que, ao lado dos serviços previdenciários, “*não era menos fundamental o seu papel enquanto “locus” de preservação da solidariedade étnica*”.<sup>113</sup>

A **Unione di Quiririm** começou com 51 sócios e funcionou de outubro de 1905 a julho de 1914. As reuniões aconteciam com média de duas mensais até 1909, quando passaram a ser esporádicas, com intervalos de até seis meses. Sua atuação está registrada em 54 atas, escritas em italiano.<sup>114</sup>

As atas indicam que a entidade preocupou-se mais com as representações da identidade do grupo do que com as funções assistenciais.

A assistência médica sofreu restrições desde o início. Por exemplo, em maio de 1906, depois de Silverio Ataulo ter acusado a Diretoria de desviar verbas para causas não beneficentes, foi contratado um médico – o “*Dr. Araújo di Taubaté*” – por 3000 reis mensais. Em dezembro, resolveu-se que os sócios deveriam arcar com 1/3 do tratamento médico. Em julho de 1907 foi resolvido que não seriam aceitos aspirantes a sócios com doenças incuráveis. Na única sessão de 1910, Salviani Daniele não foi aceito como sócio por sua mulher “*estar sempre doente*”.

---

<sup>113</sup> Id. Ibid., op.cit., p. 133.

<sup>114</sup> **MIQ**: Atas da **Società Unione di Quiririm**, 1905/1914.

Também procuravam restringir os auxílios em pecúnios. Em janeiro de 1906 foi decidido que os sócios deveriam restituir as quantias recebidas imediatamente após requisição da sociedade. Em maio de 1907: suspenderam os auxílios financeiros “*porque o fundo está em um período de transição.*” Maio de 1908: negado auxílio para cirurgia de um filho do sócio Manfredini.

Em contraposição, em 14 das 26 reuniões que aconteceram entre 1905/1907 tratou-se da compra de bandeiras, distintivos e planejamento de festas. Depois de tomadas de preços em Taubaté e São Paulo, resolveu-se pela aquisição de bandeiras brasileira e italiana (junho/1907). Também foi decidido que os enterros de sócios deveriam ser mais assistidos, com os participantes portando distintivo de luto, acompanhamento até o cemitério e missa na Igreja da colônia (novembro /1907).

Fazia parte das incumbências a promoção das festas juninas, principalmente a dedicada a São Pedro – o santo da devoção dos italianos – e auxiliar nas comemorações a Nossa Senhora da Conceição, a padroeira do núcleo. As ruas eram enfeitadas à moda brasileira, com “*bandeirinhas e mastros*”, mas a culinária e as músicas eram italianas.<sup>115</sup>

Os italianos tinham comemorações próprias, como os rituais da “*pasta*” nas festas comunais, onde cada família se encarregava de apresentar uma receita trazida de suas regiões de origem.<sup>116</sup>

A Banda de Música Italiana, com instrumentos típicos como o “*bombardino*” e a “*sanfona*” era a principal distração dos colonos, tocando nas “*retretas*” domingueiras nas festas, religiosas, no Carnaval, nos casamentos.<sup>117</sup>

---

<sup>115</sup> MIIQ: **Jornal do Quiririm**, 22/12/198, p.2: entrevista com Didimo Gadioli, filho de pioneiro.

<sup>116</sup> As famílias e as receitas, ainda preservadas, estão publicadas em: **Livro de receitas**. Quiririm: Società 30 di Aprile/**SESC**- Taubaté. Taubaté: 1994.

Até 1909, a Sociedade cresceu com uma média de cinco novos sócios por ano mantendo reuniões regulares.

A ata de maio de 1911 aponta para dificuldades financeiras: a Diretoria apresentou uma moção para que se excluíssem os sócios que atrasassem as mensalidades por um período de seis meses e pela primeira vez aceitou-se três sócios de outras etnias, entre eles o comerciante português Joaquim Mendes de Castilho, proprietário do maior armazém da colônia.

A partir deste período, as reuniões limitaram-se à apresentação de balancetes e eleições de novas diretorias. A última, em junho de 1914, discutiu a impossibilidade de pagar-se 25000 reis por consulta médica.

A associação tinha deixado de cumprir suas funções assistenciais e perdido importância como mantenedora da memória pátria.

A representação oficial do Quiririm italiano passou a ser responsabilidade do time de futebol, fundado em 1915, o **Quiririm Sport Club**, com os jogadores descendentes dos primeiros italianos e, claro, com o uniforme verde “*igual ao do Palestra*”.<sup>118</sup>

A par das representações “oficiais”, os casamentos entre os membros da comunidade foram um importante fator de manutenção do núcleo italiano. A manutenção das lavouras de arroz em pequenas propriedades agrícolas e com

---

<sup>117</sup> **MIIQ**. Seus primeiros integrantes foram: Ambrosio Compiani, Albino Montesi, Alessandro Soldi, Arturo Sgarbi, Pepino Manfredini, Pepino Corbari. Os instrumentos estão preservados no Museu da Imigração.

<sup>118</sup> Entrevista com José Pistilli, plantador de arroz de 3ª geração.(08/01/02). Sobre a importância do Palestra Itália na “*construção da etnicidade italiana na cidade de São Paulo*” ver: ARAÚJO, José Renato de Campos. **Imigração e Futebol. O caso Palestra Itália**. Série Imigração. São Paulo: FAPESP/IDESP/ Sumaré, 2000. Em 1916 o Palestra realizou 6 jogos amistosos em cidades do interior, entre elas Taubaté. o autor frisa que em Santos e Taubaté o time foi recepcionado como “*representante da colônia italiana de São Paulo*”. Em Taubaté, houve baile oferecido pela colônia italiana na residência do “*sr. Cav. Montesi*”, um nome de família do Quiririm. (p. 98).



mão de obra essencialmente familiar fez com que, ainda na década de 1920, os casamentos “fora da colônia” fossem evitados.<sup>119</sup>

As várias correntes imigratórias que se dirigiram para o Vale paulista durante o século anterior, a partir das duas primeiras décadas do século XX haviam se estabelecidos nas cidades como membros da classe média urbana, exercendo profissões como artesãos, comerciantes, empregados urbanos ou sitiantes.

Taubaté, no início do século XX, tinha uma “colônia italiana” com atuação importante, principalmente no comércio. Ainda mantinham representação consular e a sociedade de mútuo socorro **Principe di Napoli** mas estavam em processo de assimilação, com alguns membros assumindo posições importantes na sociedade e casando-se com membros da elite econômica.<sup>120</sup>

Nesse período, o arroz do Quiririm já era a segunda fonte de rendas do Município e, como conseqüência, seus produtores tornaram-se parte da sua classe média. Mas em seu cotidiano conservaram-se apartados, conservando as práticas culturais de origem, apenas mantendo o relacionamento necessário ao intercâmbio econômico com a cidade, inclusive com os italianos urbanos.

---

<sup>119</sup> O casamento de José Indiani com “uma brasileira” na década de 20, foi realizado sem a aprovação da família.

<sup>120</sup> Como exemplo de comerciantes, a Construtora Dallari & Casatti. Entre os intelectuais e “artistas”, o mestre construtor Capomatri, responsável por importantes obras, entre elas o Colégio N.S. do Bom Conselho e o maestro e professor de música D. Carmo. SOUZA, Olga R. N. **As ocupações do solar da Viscondessa de Tremembé**. Taubaté: UNITAU, 1998; p. 8.(xerox): a segunda proprietária foi Francesca Chiaradia, viúva do fazendeiro Francisco de Paula Oliveira, considerado o introdutor da raça de gado Guzerá no Vale paulista.

A distância e a precariedade das estradas e dos transportes devem ter contribuído para o isolamento.<sup>121</sup> Mas pode-se também aventar que a condição de pequenos lavradores pode ter dificultado a integração social dos italianos com a sociedade taubateana, incluindo seus patrícios urbanos.

Em 1925 foi criado o Distrito de Paz de Quiririm, o primeiro Subdistrito do Município de Taubaté, com direito a escolha de sub-prefeitos, todos sempre representantes das antigas famílias italianas.<sup>122</sup>

O ato funcionou como o reconhecimento político do “Quiririm italiano”.

---

<sup>121</sup> Em 1908 o prefeito Gastão A V. da Câmara Leal, criou um imposto sobre as lavouras destinado a contratar empreiteiras para a conservação das estradas, sob a alegação de *“má vontade que o nosso povo sempre manifesta toda vez que se trata de consertar estradas”*: **Atas da Intendência Municipal**. Relatório do Prefeito para o ano de 1908, 01/01/1909.(DMPAH/PMT)

<sup>122</sup> L. 2087, de 19/12/1925, da **Secretaria do Estado dos Negócios do Interior**.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A criação do Quiririm foi atrelada à política de incentivos à imigração que o Conselheiro Antônio Prado instituiu em 1895, que visava principalmente a atender os problemas de mão-de-obra que os cafeicultores do Oeste paulista estavam enfrentando.

Entre a série de medidas tomadas estavam a reestruturação dos núcleos oficiais de imigração criados na década anterior, e a oferta de subsídios financeiros a proprietários de terras, em troca da concessão de áreas para a formação de novas colônias.

Entre 1885 e 1894, foram criadas doze novas colônias na Província de São Paulo, sendo quatro no Vale do Paraíba paulista.

Os novos núcleos da região Oeste, além de continuarem a manter lavouras de subsistência dirigidas ao mercado das cidades do café, também serviram de centros de reserva de mão-de-obra próximos às fazendas de café, onde os plantadores poderiam recrutar trabalhadores assalariados nos períodos de maior carência como, por exemplo, nas colheitas.

Com a produção de café em declínio, a região do Vale do Paraíba mantinha trabalhadores suficientes para as lavouras, mas seus fazendeiros empenharam o prestígio político que ainda mantinham para instalar colônias de imigração na região, como foi o caso da colônia de Piaguí, fundada em Guaratinguetá, em 1892 pela intervenção direta de Rodrigues Alves, na época Presidente da Província de São Paulo.

O argumento usado era que os imigrantes trariam técnicas de plantio, inovadoras e capazes de restaurar as terras esgotadas pelo café. Possivelmente os cafeicultores viam na instalação das colônias uma possibilidade de livrar-se de terras que já não produziam em troca dos auxílios que o Governo oferecia.

As colônias do Vale atraíram imigrantes, principalmente italianos, que adquiriram seus lotes com as mesmas intenções dos que foram para o Oeste, isto é, participar da economia cafeeira, como pequenos proprietários.

Canas, situada em Lorena, teve uma finalidade definida, o cultivo de cana-de-açúcar para abastecer o Engenho Central do Município.<sup>123</sup> A antiga colônia atualmente é um município onde ainda residem famílias descendentes dos primeiros italianos, mas não apresenta permanências dos costumes dos pioneiros.

Piaguí (Guaratinguetá) e Boa Vista (Jacareí) tentaram a cafeicultura ao lado das lavouras de subsistência, mas acabaram sendo absorvidas pelo crescimento dos Municípios.

O Quiririm foi a colônia valeparaibana que apresentou as maiores indicações do uso de prestígio político em troca de auxílios do Governo, pela inadequação de sua área tanto para o plantio do café como para as lavouras de subsistência costumeiramente cultivadas na região.

Mas, apesar das condições contrárias, foi a única que contribuiu efetivamente para a economia do Município e da região, iniciando, com a

---

<sup>123</sup> MARCONDES, op.cit., p.40, 41, 45 e 46.

rizicultura, o aproveitamento econômica das várzeas abandonadas até o período

Os núcleos do Oeste paulista integrados ao contexto cafeeiro tiveram o desenvolvimento ligado aos interesses dos grandes fazendeiros e, em alguns casos, acabaram adaptando culturas européias que se tornaram importantes para a economia dos municípios onde estavam localizados.<sup>124</sup>

O desenvolvimento da rizicultura do Quiririm, ao contrário dos exemplos do Oeste paulista, aconteceu fora da ordem cafeeira, junto com as olarias, a forma que os colonos italianos encontraram para explorar as várzeas onde estavam seus lotes.

A difusão do arroz por toda a área de várzeas da região acabou revelando-se uma alternativa de rendas importante para o Vale, que entrava em um período de instabilidade econômica devido ao declínio de sua cafeicultura.

O médio Vale paulista continua a única região do Estado de São Paulo onde se cultiva o arroz em áreas de várzeas e até aproximadamente meados dos anos 60, um importante centro de beneficiamento e comércio interestadual do produto.

Os arrozais vêm sendo substituídos por outras lavouras devido à competição com as lavouras do Sul do país, de melhor qualidade e, conseqüentemente, com menores custos de beneficiamento.<sup>125</sup>

O Quiririm manteve-se como o principal centro de rizicultura, mas seguindo as tendências do mercado, alguns produtores dividiram ou

---

<sup>124</sup> GADELHA, op.cit., p. 149. FILIPPINI, op, cit., também relaciona aos interesses da cafeicultura a integração dos italianos do Núcleo Barão de Jundiá à economia de Jundiá através pela introdução dos vinhedos e de atividade artesanais – olarias e produção de vinhos – que derivaram em indústria importantes.

substituíram seus arrozais com plantações de batata e, na última década, pela lavoura da soja.

Durante a década de 1960, Taubaté integrou-se no processo de industrialização da região, promovido pelas medidas de Juscelino Kubistchek. As principais indústrias do Município foram implantadas no Quiririm, pelas grandes áreas ainda inproveitadas e facilidades de escoamento da produção devido à proximidade com a Rodovia Presidente Dutra.<sup>126</sup>

O antigo Distrito tornou-se, em 1870, o primeiro Distrito Industrial do Município de Taubaté. Atualmente, 98% da arrecadação municipal vem das indústrias ali instaladas.<sup>127</sup>

O mito do Quiririm como “núcleo italiano” definiu-se nas duas primeiras décadas do século XX e foi incorporado à memória valeparaibana, mesmo com o abandono ou as transformações que os antigos costumes sofreram nas décadas seguintes.

Com um relacionamento que José Indiani chama de “normal” com as comunidades da região, o estranhamento entre *italianos-nacionais* aflorou em ocasiões como na 2ª Guerra Mundial, quando os habitantes de sobrenome italiano sofreram censura de correspondências, a obrigatoriedade de uso de salvo-condutos, inclusive nas locomoções internas e as reuniões clandestinas promovidas por eles para ouvir transmissões de rádio diretamente da Itália.

---

<sup>125</sup> Comissão Técnica de Arroz/**SAASP**. op. cit., pp. 4 e 5.

<sup>126</sup> As áreas disponíveis para indústrias abrangem 94 alqueires, atualmente com infra-estrutura industrial completa. Suas principais indústrias são: Volksvagem, Mecânica Pesada, Ford e um conjunto de multinacionais de origem japonesa como Daruma, Daido, Nortres, Zolco, Araya, etc. ( dados fornecidos pela **Subprefeitura do Quiririm**, 2000.

<sup>127</sup> Entrevista com a Subprefeita do Distrito do Quiririm, Dr. Celina Surnin Saes Tirotti, 09/03/2002.

Hoje, os descendentes explicam o posicionamento a favor de Mussolini, *“mas não pelo facismo, só porque ele fez muito bem para a Itália”*.<sup>128</sup>

O futebol foi responsável pelas últimas intervenções contra os “italianos”. No final da Copa de 1970 a polícia teve que intervir, quando “o Quiririm foi invadido por taubateanos quando souberam que eles iriam torcer pela Itália. Quando o Brasil perdeu para a Itália, em 82, ninguém foi para Taubaté por mais de 15 dias, de medo.”<sup>129</sup>

As indústrias mudaram a composição populacional mas não romperam o mito do “Quiririm italiano”. Pelo contrário, a adaptação entre os antigos e os novos habitantes acabou resultando em sua revitalização.

Os que chegaram dirigiram-se para os seis novos bairros urbanos criados em torno da antiga sede da colônia, que continuou preservada pelos descendentes dos imigrantes pioneiros.

Em 1989, as comemorações do 1º Centenário da instalação do núcleo colonial resultou no aproveitamento das “tradições” para o turismo, que se tornou uma nova fonte de rendas.<sup>130</sup> As festas tornara-se anuais, com barracas decoradas com as cores da Itália, músicas e danças típicas e vendas de comidas feitas de acordo com as receitas que as mulheres ainda conservam como herança de família.

Em 1993 foi criada a **Società 30 di Aprile**, oficializada pela Prefeitura de Taubaté e com a presidência condicionada ao cargo de Subprefeito. Instalada no antigo casarão do oleiro Basilio Indiani, mantém o **Museu da Imigração Italiana do Quiririm**, uma classe de estudos da língua e cultura italianas, uma

---

<sup>128</sup> CAPELETTE, op. cit. p. 60: entrevista com José Indiani.

<sup>129</sup> Id. Ibid., op.cit., p.59: entrevista com João Aristodemo Canavesi.

editora com obras referentes à imigração regional e o **Mercato**, um restaurante comunitário adaptado no antigo silo de arroz, onde as famílias comercializam suas receitas.

As várzeas do rio Paraíba têm sido solapadas pelos “portos de areia” mantidos por empresas arrendatárias de áreas de fazendas, por preços muito mais lucrativos do que a manutenção de lavouras traria para os proprietários.

O Quiririm continua insistindo nos arrozais, pela insistência dos “velhos arroteiros italianos”. A cultura atualmente pode ser considerada mais um costume conservado da época da implantação do núcleo colonial, como no caso de Jose Pistilli, que continua nos arrozais “*por ter aprendido com o avô e não saber fazer outra coisa*”.<sup>131</sup>

---

<sup>130</sup> Foi organizada por João Aristodemo Canavezzi Filho, Delmo Montesi, Geraldo Valerio Filho e Marcelo Pistilli, todos descendentes de lavradores do início do século XX. A partir da comemoração João Canavezzi tornou-se proprietário de restaurante típico italiano.

<sup>131</sup> ( janeiro/ 2002).



# ANEXOS

## QUADRO A

### LOTES URBANOS: POR "TÍTULOS DE PROPRIEDADE"

| DATA/NÚMERO           | PROPRIETÁRIO                                     | ÁREA                  | VALOR:<br>M <sup>2</sup> /TOTAL       | ÓRGÃO EMISSOR  |
|-----------------------|--|-----------------------|---------------------------------------|--|
| 1892/ N.1             | ANTONIO<br>GONÇALVES PINTO                       | 1.500 M <sup>2</sup>  | 16,53R./24\$795                       | SOP  |
| 1892/ N.2             | JOSE FRANCISCO<br>ALVES DA SILVA                 | 1.500 M <sup>2</sup>  | 16,53R./24\$795                       | SOP  |
| 1892/ N.3             | MATHEUS PECHINI                                  | 1.500 M <sup>2</sup>  | 16,53 R/24\$795                       | SOP  |
| 1892/N.4              | ORESTES MANARA                                   | 1.500 M <sup>2</sup>  | 16,53R./24\$795                       | SOP  |
| 1892/ N.4             | LUIZA MISTURA E<br>HERDEIROS                     | 575 M <sup>2</sup>    | -----/23\$795                         | SOP  |
| 1892/n.5              | ANGELO PONSONI                                   | 1.500 M <sup>2</sup>  | 16,53R/ 24\$795                       | SOP  |
| 1892/N.7              | ANGELO SOLDI                                     | 1.500 M <sup>2</sup>  | 16,73R/ 24\$795                       | SOP  |
| 1892/N.8              | ANGELO TAINO                                     | 1.500 M <sup>2</sup>  | 16,73/ 24\$795                        | SOP  |
| 1892/N.9              | CARLOS BILLA                                     | 1.500 M <sup>2</sup>  | 16,73R/ 24\$795                       | ITCI   |
| 1892/n.10             | RAUL DE FARO<br>PRADO e JOSE B. de<br>S. DAMASCO | 1.320 M <sup>2</sup>  | 16,53R/21\$820<br>20 MIL REIS/15\$320 | SOP<br>ITCI  |
| 1892/N.13             | FRANCISCO FOCHI                                  | 1.500 M <sup>2</sup>  | 20 R./                                | I LEGÍVEL  |
| 1892/N.14             | EMÍLIO UBERTO                                    | 1.500 M <sup>2</sup>  | 16,53/24\$795                         | SOP  |
| 1892/N.16             | FERNANDO FRATINO                                 | 1.500 M <sup>2</sup>  | -----/244795                          | ITCI   |
| 1892/N.17             | ONORATO MASSANI                                  | 1.500 M <sup>2</sup>  | 16,53R/244795                         | SOP  |
| 1892/N.18             | GIUSEPPE BRIGIO                                  | 1.500 M <sup>2</sup>  | 16,53R./24\$795                       | SOP  |
| 1892/N.19             | NATALE IGARBE                                    | 1.500 M <sup>2</sup>  | 20R./30\$000                          | SOP  |
| 1892/N.20             | ANTONIO GALVÃO<br>DOS SANTOS                     | 1.500 M <sup>2</sup>  | 16,53R./24\$795                       | SOP  |
| 1892/N.21             | ONORATO MASSINI<br>(N.17. O MASSANI)             | 50.000 M <sup>2</sup> | 24R./125\$000 E<br>DÉBITO 235\$745    | SOP  |
| 1892/N.22             | JOSE ANTONIO DA S.<br>QUIMARÃES                  | 1.500 M <sup>2</sup>  | 16,53R./244795                        | SOP  |
| 1892/N.23             | EVARISTO TURCI                                   | 1.500 M <sup>2</sup>  | 16,53R./244794                        | SOP  |
| 1892/N.24             | ARTIDORO<br>TOMIRELLI                            | 1.500 M <sup>2</sup>  | 16,53R./24\$795                       | SOP  |
| 1892/N.25             | VICENTE ZICARDI                                  | 1.500 M <sup>2</sup>  | 16,53R./24\$795                       | SOP  |
| 1892/N.26             | FRANCISCO<br>AFFONSO PEREIRA                     | 1.500 M <sup>2</sup>  | 16,23R./24\$795                       | SOP  |
| 189/N.28              | OCTAVIANO<br>JANUARIO DE SOUZA                   | 1.500 M <sup>2</sup>  | 16,53R./24\$795                       | SOP  |
| 1892/N.30             | JOÃO EUGENIO<br>PAQUIER                          | 1.320 M <sup>2</sup>  | 16,53R./21\$820                       | SOP  |
| 1893/n.17             | ANGELO SCARINGI                                  | 600 M <sup>2</sup>    | -----/24\$000                         | ITCI<br>Obs.:em 92,<br>adquirido por<br>ONORATO<br>MASSANI(?)-1.500 M <sup>2</sup> |
| 1893/n.22             | GIOVANNI GADIOLO                                 | 600 M <sup>2</sup>    | -----/12\$000                         | ITCI   |
| 1893/N.24             | ANTONIO DARIO                                    | 600 M <sup>2</sup>    | 20 R./12\$000                         | ITCI   |
| 1893/N.25             | BENEDICTO VICENTE<br>de ARAUJO                   | 600 M <sup>2</sup>    | -----/ 24\$000                        | ITCI   |
| 1893/N.27             | PIETRO TUNINI                                    | 600 M <sup>2</sup>    | -----/12\$000                         | ITCI   |
| 1895/N.4Q(SO-<br>BRA) | JOSE FRANCISCO de<br>CASTRO GUIMARÃES            | 1338 M <sup>2</sup>   | 40R./53\$520                          | ITCI   |
| 1898/N.12             | CONSTANTINO LODA                                 | 1.500 M <sup>2</sup>  | -----/-----                           | ITCI   |
| 1898/N.14             | ANTONIO NAVAZZI                                  | 600 M <sup>2</sup>    | -----/24\$000                         | ITCI<br>Obs.:em 1892,<br>adquirido por EMILIO<br>UBERTO-1.500 M <sup>2</sup>       |
| 1899/N.9              | LAURINDO JOSE de<br>OLIVEIRA                     | 694 M <sup>2</sup>    | 40R./33\$310                          | ITCI   |
| TOTAL: 34             |  |                       |                                       |  |

**QUADRO B**

**LOTES URBANOS: CONFORME DADOS DO SECI-3**

| <b>NÚMERO:LOTE/RE-<br/>LAÇÃO</b> | <b>NÚMERO:TÍTULO/LI-VRO</b> | <b>CONCESSIONÁRIO</b>               | <b>ÁREA</b>               |
|----------------------------------|-----------------------------|-------------------------------------|---------------------------|
| 1 / 80                           | 4 / 50                      | ANTONIO EVANGELISTA<br>PINTO        | 1.500 <sup>M2</sup>       |
| 1 / 12                           | 4 / 50                      | JOSÉ FELLIPE CURSINO<br>de MOURA    | 625 <sup>ME</sup>         |
| 2 / 69                           | 9 / 74                      | JOÃO de SALLES ZICO                 | 615 <sup>M2</sup>         |
| 2 / 91                           | 17 / 82                     | JOSÉ FRANCISCO ALVES<br>daSILVA     | 1.500 <sup>M2</sup>       |
| 3 / 61                           | 46 / 62                     | MATHEUS PACHINI e                   | 1.500 <sup>M2</sup>       |
| 3 / 13                           | 5 / 50                      | JOÃO BAPTISTA                       | 604 <sup>M2</sup>         |
| 4 / 60                           | 34 / 62                     | ORESTES MANARA                      | 1.500 <sup>M2</sup>       |
| 4 / 112                          | 22 / 94                     | LUIZA MISTURA e<br>herdeiros        | 575 <sup>M2</sup>         |
| 5 / 34                           | 31 / 98                     | ANGELO PONSONI                      | 1.500 <sup>M2</sup>       |
| 5 / 12 A                         | 50 / 97                     | ALESSANDRO MAZINE                   |                           |
| <b>6 / 17</b>                    | <b>19 / 50</b>              | <b>JOSÉ MONTEIRO GOMES</b>          | <b>637<sup>M2</sup></b>   |
| 7 / 105                          | 22 / 90                     | ANGELO SOLDI                        |                           |
| 7 / 114                          | 12 / 95                     | BENEDICTO PIRES de<br>CAMARGO       | 501 <sup>M2</sup>         |
| 8 / 104                          | 21 / 90                     | ANGELO TAINO                        | 1.500 <sup>M2</sup>       |
| 8 / 114                          | 12 / 95                     | FELIZ PIRES                         | 607 <sup>M2</sup>         |
| 9 / 96                           | 7 / 85                      | CARLOS BILA                         | 1.500 <sup>M2</sup>       |
| 9 / 1                            | 11 / 38                     | LAURINDO JOSE de<br>OLIVEIRA        | 694 <sup>M2</sup>         |
| 10 / 59                          | 33 / 62                     | RAUL de FARO                        | 1.320 <sup>M2</sup>       |
| 10 / 107                         | 10 / 94                     | JOSÉ BENEDICTO de<br>SALLES DAMASCO | 766 <sup>M2</sup>         |
| <b>11 / 120</b>                  | <b>38 / 97</b>              | <b>GIOVANNI MONTESI</b>             | <b>1.320M2</b>            |
| 12 / 44                          | 15 / 58                     | CONSTANTINO LODA                    | 600 <sup>M2</sup>         |
| 12 / 70                          | 10 / 74                     | GIOVANNI CANAVESI                   | 1.50 <sup>OM2</sup>       |
| 13 / 71                          | 11 / 74                     | GIOVANNI CANAVESI                   | 600 <sup>M2</sup>         |
| 13 / 54                          | 28 / 62                     | FRANCISCO FOCHI                     | 1.500 <sup>M2</sup>       |
| 14 / 43                          | 14 / 58                     | ANTONIO NAVAZZI                     |                           |
| 14 / 58                          | 32 / 62                     | EMILIO UBERTO                       | 1.500 <sup>M2</sup>       |
| <b>15 / 20</b>                   | <b>33 / 50</b>              | <b>GIUSEPPE MONTESI</b>             | <b>1.500<sup>M2</sup></b> |
| 16 / 121                         | 47 / 97                     | JOÃO PEDRO de SALLES                | 600 <sup>M2</sup>         |
| 16 / 87                          | 25 / 81                     | DAMASCO<br>FERNANDO FRATINO         | 1.500 <sup>M2</sup>       |
| 17 / 18                          | 22 / 50                     | FRANCISCO BIANCHI                   | 600 <sup>M2</sup>         |
| 17 / 93                          | 35 / 82                     | ONORATO MASSINI                     | 1.500 <sup>M2</sup>       |
| 18 / 81                          | 34 / 76                     | GIUSEPPE BRIGIO                     | 1.500 <sup>M2</sup>       |
| 18 / 16                          | 18 / 53                     | Dr FRANCISCO de MOURA<br>ESCOBAR    | 600 <sup>M2</sup>         |
| 19 / 111                         | 21 / 94                     | ANGELO SACINGI(?)                   | 600 <sup>M2</sup>         |
| 19 / 126                         | 18 / 98                     | NATALE SGARBE                       | 1.500 <sup>M2</sup>       |
| 20 / 56                          | 30 / 62                     | ANTÔNIO GALVÃO dos<br>SANTOS        | 1.500 <sup>M2</sup>       |
| 20 / 113                         | 11 / 95                     | FRANCESCO ZANINI                    | 600 <sup>M2</sup>         |
| 20 / 125                         | 17 / 98                     | NATALE SGARBE                       | 1.500 <sup>M2</sup>       |
| <b>21 / 74</b>                   | <b>30 / 74</b>              | <b>LUIGI TURCI</b>                  | <b>600<sup>M2</sup></b>   |
| 22 / 107                         | 7 / 94                      | GIOVANNI GADIOLI                    | 600 <sup>M2</sup>         |
| 22 / 62                          | 47 / 62                     | FRANCISCO AFFONSO                   | 1.500 <sup>M2</sup>       |

|                 |                | VIEIRA                |                         |
|-----------------|----------------|-----------------------|-------------------------|
| 23 / 79         | 28 / 76        | EVARISTO TURCI        | 1.500 <sup>M2</sup>     |
| 23 / 116        | 33 / 95        | JOSEPH GADIOLI        | 600 <sup>M2</sup>       |
| 24 / 110        | 12 / 94        | ANTONIO DARIO         | 600 <sup>M2</sup>       |
| 24 / 57         | 31 / 62        | ARTIDORO TOMIROTTI    | 1.500 <sup>M2</sup>     |
| 25 / 36         | 22 / 57        | BENEDITO VICENTE de   | 600 <sup>M2</sup>       |
| 25 / 64         | 48 / 162       | ARAÚJO                | 1.500 <sup>M2</sup>     |
| <b>27 / 108</b> | <b>3 / 194</b> | <b>PIETRO TUNINI</b>  | <b>600<sup>M2</sup></b> |
| 28 / 23         | 40 / 50        | CARLOS CANASSOLI      | 1.500 <sup>M2</sup>     |
| 28 / 92         | 18 / 82        | OCTAVIANO JANUÁRIO de | 1.500 <sup>M2</sup>     |
| <b>29 / 22</b>  | <b>39 / 50</b> | <b>GIACOMO GERME</b>  | <b>424<sup>M2</sup></b> |
| 30 / 68         | 8 / 74         | BARTOLO MANFREDINI    | 472 <sup>M2</sup>       |
| 30 / 90         | 16 / 82        | JOÃO EUGENIO PAQUIER  | 1.320 <sup>M2</sup>     |
| TOTAL: 52       |                |                       |                         |

em negrito: lotes que constam só nesta relação

em itálico: lote 20, FRANCESCO ZANINI consta apenas desta relação

## QUADRO C

### LOTES SUBURBANOS : POR "TÍTULOS DE PROPRIEDADE"

| DATA/NÚMERO      | PROPRIETÁRIO                             | ÁREA                 | VALOR M2/TOTAL                        | ÓRGÃO EMISSOR |
|------------------|--|----------------------|---------------------------------------|---------------|
| 1892/N.18        | JOÃO A. do PRADO                         | 50.000 <sup>M2</sup> | 25R./125\$000                         | SOP           |
| 1892/N.23        | ANGELO PAZINI                            | 50.000 <sup>M2</sup> | 23R.(?)/125R.;<br>dívida: 223\$500    | SOP           |
| 1892/N.25        | GIACOMO TOSCA                            | 50.000 <sup>M2</sup> | 123\$000,dívida;<br>213\$525          | SOP           |
| 1892/n.47        | OMOBONI I<br>CASTAGNETO                  | 50.000 <sup>M2</sup> | 2,5R./125R dívida<br>250\$780         | SOP           |
| 1892/N.49        | GIORGIO BARBIERE                         | 50.000 <sup>M2</sup> | -----/349\$544                        | ITCI          |
| 1892/N.57        | ARCHANGELO di<br>BIASI                   | 50.000 <sup>M2</sup> | 2,5R./125\$,<br>dívida:19\$625        | SOP           |
| 1892/N.59        | Viuva e filhos de<br>Giovanni Mancatropi | 50.000 <sup>M2</sup> | -----/125\$000,<br>dívida de 49\$840  | ITCI          |
| 1892/N.63        | GIOVANNI BELLA 2 <sup>o</sup>            | 50.000 <sup>M2</sup> | -----/125\$000,<br>dívida de 302\$380 | ITCI          |
| 1892/N.73        | ACLINO PASINI                            | 50.000 <sup>M2</sup> | 2,5R./125\$000                        | SOP           |
| 1892/N.89        | MANOEL RHO                               | 50.000 <sup>M2</sup> | 2,5R./126\$000dívida<br>de 208\$925   | SOP           |
| 1893/N.17        | ALESSANDRO<br>MASINI                     | 50.000 <sup>M2</sup> | -----/125\$000, débito<br>de 253\$000 | ITCI          |
| 1894/N.35        | GIOVANNI<br>SCARINGI                     | 50.000 <sup>M2</sup> | -----195\$000débito<br>de 249\$285    | ITCI          |
| 1894/N.75        | PIETRO TORRONI                           | 50.000 <sup>M2</sup> | -----125\$000,débito<br>de 326\$960   | ITCI          |
| 1894/N.85        | LUIGI BETTONI                            | 50.000 <sup>M2</sup> | -----/1254000                         | ITCI          |
| 1895/N.87        | JOÃO B. ISTACE                           | 50.000 <sup>M2</sup> | -----/125\$000                        | ITCI          |
| 1895/N.41        | ANDEQ KINISTAFT                          | 50.000 <sup>M2</sup> | 25reis e mais 20%<br>sobre o valor    | ITCI          |
| 1899/N.43        | NAPOLEONE TAINO                          | 50.000 <sup>M2</sup> | 2,5reis e dívidas<br>550\$328         | ITCI          |
| 1904/N.97        | ANTONIO PIRAGINA                         | 69.200 <sup>M2</sup> | -----/ 200\$000                       | SENACOP       |
| <b>TOTAL: 18</b> |  |                      |                                       |               |

## QUADRO D

### LOTES SUBURBANOS: conforme dados do SECI-3

| N.:LOTE/RELAÇÃO  | N:TITULO/LIVRO | CONCESSIONÁRIO                       | ÁREA                 |
|------------------|----------------|--------------------------------------|----------------------|
| 7 / 99           | 39 / 89        | UBERTO EURIGLIO                      | 50.000 <sup>M2</sup> |
| 11 / 123         | 49 / 97        | GIOVANNI MONTESI                     | 50.000 <sup>M2</sup> |
| 12 / 14          | 8 / 50         | DOMINGOS<br>MALAMAN                  | 10.000 <sup>M2</sup> |
| 13 / 117         | 36 / 95        | EVARISTO<br>TUNOE(?)                 | 50.000 <sup>M2</sup> |
| 15 / 119         | 50 / 95        | JOSE BARBOSA                         | 50.000 <sup>M2</sup> |
| 21 / 94          | 35 / 82        | ONORATO MASSINI                      | 50.000 <sup>M2</sup> |
| 29 / 101         | 48 / 89        | BARTOLO<br>MANFREDINI                | 50.000 <sup>M2</sup> |
| 39 / 78          | 40 / 74        | SAULO CASTELLI                       | 50.000 <sup>M2</sup> |
| 45 / 25          | 43 / 50        | FRANCISCO GERME                      | 50.000 <sup>M2</sup> |
| 51 / 76          | 33 / 74        | SAVERIO DANIELI                      | 50.000 <sup>M2</sup> |
| 53 / 118         | 50 / 95        | JOÃO PEDRO de<br>SALLES<br>DAMASCENO | 600 <sup>M2</sup>    |
| 67 / 15          | 13 / 50        | ABELLI GALLINI                       | 50.000 <sup>M2</sup> |
| 77 / 122         | 48 / 97        | ANGELO PONSONI                       | 50.000 <sup>M2</sup> |
| 91 / 100         | 41 / 89        | PIETRO PRIETRE                       | 50.000 <sup>M2</sup> |
| <b>TOTAL: 14</b> |                |                                      |                      |

## QUADRO E

### LOTES RURAIS: por “TÍTULOS DE PROPRIEDADE”

| DATA/ NÚMERO            | PROPRIETÁRIO                    | ÁREA                  | VALOR<br>M <sup>2</sup> / TOTAL      | ÓRGÃO EMISSOR |
|-------------------------|---------------------------------|-----------------------|--------------------------------------|---------------|
| 1892/N.9,PARTE<br>BAIXA | GIOVANNI<br>OMOBONI             | 182.500 <sup>M2</sup> | 2,5R./436\$250<br>DÍVIDA DE 74000    | SOP           |
| 1982/N.20               | NATALE SGARBE                   | 150.000 <sup>M2</sup> | 2R./300\$000, DÍVIDA<br>DE 34\$240   | SOP           |
| 1892/N.22               | VICENTE ZICCARDI                | 142.500 <sup>M2</sup> | 2,5R./ILEGÍVEL                       | SOP           |
| 1892/N.31               | ORESTES MANARA                  | 150.000 <sup>M2</sup> | 2R./300\$000,dívida:<br>:2234780     | SOP           |
| 1892/N.38               | GIUSEPPE BRIGIO                 | 150.000 <sup>M2</sup> | 2R./300\$000, DÍVIDA<br>DE 51\$760   | SOP           |
| 1892/N.41               | ANGELO TAINO                    | 150.000 <sup>M2</sup> | 2,5R./3004000,DÍVID<br>A DE 280\$000 | SOP           |
| 1892/N.43               | CARLOS CERUTO                   | 150.000 <sup>M2</sup> | 3004000, DÍVIDA DE<br>203\$320       | ITCI          |
| 1892/N.44               | EMILIO GALLINI                  | 150.000 <sup>M2</sup> | 2R./300\$000                         | SOP           |
| 1892/N.46               | FRANCISCO de<br>PAULA GUIMARÃES | 232.100 <sup>M2</sup> | 2R./464\$200                         | SOP           |
| 1892/N.47               | DOMINGOS JOSÉ de<br>BARROS      | 150.000 <sup>M2</sup> | 300\$000,DÉBITO DE<br>18.780 REIS    | ITCI          |
| 1892/N.49               | BENEDICTO<br>VICENTE d'ARAUJO   | 135.000 <sup>M2</sup> | 1,2R./162\$000                       | SOP           |
| 1892/N.52               | MANOEL R. dos<br>SANTOS         | 150.000 <sup>M2</sup> | 2R./300\$000                         | SOP           |
| 1892/N.61               | VICENTE RIBEIRO                 | 187.500 <sup>M2</sup> | 2,5R./468\$750                       | SOP           |

\*

|                                | NETO                         |                          |   |         |
|--------------------------------|------------------------------|--------------------------|---|---------|
| 1892/N.63                      | JOSÉ ANTONIO d'OLIVEIRA      | 150.000 M <sup>2</sup>   | 1,6R./2404000   | SOP     |
| 1892/N.69                      | GIUSEPPE FRANCI              | 50.000 M <sup>2</sup>    | 24R./1254000, DÉBITO DE 373\$560                            | SOP     |
| 1892/N.71                      | GIOVANNI CARBONI             | 150.000 M <sup>2</sup>   | 2R./200\$000, DÉBITO DE 335\$140                            | SOP     |
| 1892/N.75                      | JOAQUIM GOMES de ARAUJO      | 100.000 M <sup>2</sup>   | 2,5R./2504000, PAGOU COM 6 <sup>A</sup> PARTE DE ABATIMENTO | SOP     |
| 1892/N.79                      | ELIZEO BOZELLI               | 150.000 M <sup>2</sup>   | 2R./300\$000,D;VIDA DE 3064620                              | SOP     |
| 1892/N.83                      | JOSÉ ANTONIO MOREIRA         | 150.000 M <sup>2</sup>   | 2,5R./3754000 , ABATIMENTO DE 6%                            | SOP     |
| 1892/N.87                      | BATTISTA BETTONI             | 150.000 M <sup>2</sup>   | 2R./200\$000,DÉBITO DE 215\$000                             | ITCI    |
| 1892/N.89                      | PIETRO STROPPI               | 150.000 M <sup>2</sup>   | -----/300\$000,DÉBITO DE 278\$200                           | ITCI    |
| 1892/N.93                      | BENEDICTO ALVES PEREIRA      | 150.000 M <sup>2</sup>   | -----/375\$000  | ITCI    |
| 1892/N.95                      | FREDERICO VANDOLETE          | 150.000 M <sup>2</sup>   | -----/ 375\$000   | ITCI    |
| 1892/N.97                      | MAURICE VALLET               | 103.622,5 M <sup>2</sup> | 1,66R./175\$213   | SOP     |
| 1892/N.98 <sup>A</sup> , SOBRA | JOSÉ RIBEIRO VIEIRA          | 59.113 M <sup>2</sup>    | 2R./104\$220  | ITCI    |
| 1892/N.99                      | MANOEL JOSÉ da COSTA         | 127.500 M <sup>2</sup>   | 1,66R./ 239\$700  | SOP     |
| 1892/N.101                     | STANISLAW KINISTOFT          | 151.250 M <sup>2</sup>   | 2R./302\$500  | ITCI    |
| 1892/N.105                     | GIACOMO TAINO                | 150.000 M <sup>2</sup>   | ----/ 300\$000, DÉBITO DE 259\$120                          | ITCI    |
| 1892/N.109                     | JOSÉ VICENTE de ARAUJO       | 435.500 M <sup>2</sup>   | 1,66R./719\$610   | ITCI    |
| 1894/N.29                      | CARLO BILLA                  | 150.000 M <sup>2</sup>   | 2R./300\$000, DÉBITO DE 245\$180                            | ITCI    |
| 1894/N.39                      | ANGELO SOLDI                 | 150.000 M <sup>2</sup>   | ----/ 300\$000, DÉBITO DE 280\$400                          | ITCI    |
| 1894/N.57 <sup>A</sup> , SOBRA | VICENTE R. DE ALVARENGA      | 74.017 M <sup>2</sup>    | -----/ 145\$038   | ITCI    |
| 1894/N.78                      | CARLO CANASSOLI              | 108.000 M <sup>2</sup>   | -----/ 365\$240   | ITCI    |
| 1894.N.94 <sup>A</sup>         | ARTHUR SERGIO FREIRE         | 12.146 M <sup>2</sup>    | 2R./24\$292   | ITCI    |
| 1896/N.107                     | PHILIBERT FRANCHIM           | 150.000 M <sup>2</sup>   | 2R./300\$000  | ITCI    |
| 1897/N.36 <sup>A</sup>         | FRANCISCO MENDES de CASTILHO | 79.367 M <sup>2</sup>    | 2R./158\$734  | ITCI    |
| 1898/N.42                      | CONSTANTINO LODA             | 150.000 M <sup>2</sup>   | -----/ 300\$000   | ITCI    |
| 1900/N.35                      | JOÃO CANAVEZI                | 150.000 M <sup>2</sup>   | 2R./ 300\$000   | ITCI    |
| 1902/N.---                     | ANTONIO FARABULINI           | 1.300 M <sup>2</sup>     | 51\$000   | SENACOP |
| 1903/N.11                      | JOÃO MARCONDES dos SANTOS    | 150.000 M <sup>2</sup>   | -----/ 200\$000   | SENACOP |
| <b>TOTAL: 40</b>               |                              |                          |   |         |

## QUADRO F

### LOTES RURAIS: CONFORME DADOS DO SECI-3

| N.:LOTE/RELAÇÃO      | N.:TÍTULO/LI -VRO | CONCESSIONÁRIO                 | ÁREA                             |
|----------------------|-------------------|--------------------------------|----------------------------------|
| 7 / 129              | 21 / 98           | ELISEO BORELLI                 | 150.000 <sup>m<sup>2</sup></sup> |
| 23 / 24              | 41 / 50           | GIACOMO GERMI                  | 150.00 <sup>m<sup>2</sup></sup>  |
| 33 / 75              | 31 / 74           | BARTTOLO<br>MANFREDINI         | 150.000 <sup>m<sup>2</sup></sup> |
| 37 / 73              | 29 / 74           | BENEDICTO<br>BARBOSA           | 195.525 <sup>m<sup>2</sup></sup> |
| 40 / 77              | 35 / 74           | GIUSEPPE<br>MONTESI            | 150.000 <sup>m<sup>2</sup></sup> |
| 73 / 30              | 49 / 52           | CARLO CANASSOLI                | 108.000 <sup>m<sup>2</sup></sup> |
| 85 <sup>a</sup> / 19 | 30 / 50           | LOURENÇO PIRES<br>FERREIRA     | 52.750 <sup>m<sup>2</sup></sup>  |
| 91 / 102             | 49 / 89           | IGNEZ M. dos<br>SANTOS e filha | 150.000 <sup>m<sup>2</sup></sup> |
| 94 <sup>A</sup> / 21 | 38 / 50           | JOAQUIM JOSÉ<br>MOREIRA        | 84.407 <sup>m<sup>2</sup></sup>  |
| 97 <sup>a</sup> / 37 | 28 / 57           | ARTHUR SÉRGIO<br>FREIRE        | 12.146 <sup>m<sup>2</sup></sup>  |
| 103 / 73             | 29 / 74           | BENEDICTO<br>BARBOSA           | 195.525 <sup>m<sup>2</sup></sup> |
| <b>TOTAL:11</b>      |                   |                                |                                  |

Os quadros foram montados:

- **Por Títulos de Propriedades:** prioridade à data de emissão do título.
- **Pela relação dos Registros de Títulos expedida pela Secretaria do Comércio e Indústria, sem datas, com carimbo de autenticação assinado pelo Procurador Carlos R. Magalhães:** prioridade ao número de registro do título.

ABREVIATURAS:

**SOP:** SUPERINTENDÊNCIA DE OBRAS PÚBLICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO.

**ITCI:** INSPETORIA DE TERRAS, COLONIZAÇÃO E IMMIGRAÇÃO, ESTADO DE SÃO PAULO.

**SENACOP:** SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PÚBLICAS.

## Fontes

### **Arquivo do Estado de São Paulo**

- Caixa nº5112, Instrução Pública: escritórios de Taubaté
- Caixa nº 7205, Secretaria da Agricultura: Núcleo Colonial do Quiririm
- Caixa nº 7206, Secretaria da Agricultura: Núcleo Colonial do Quiririm
- Caixa nº 7255, Secretaria da Agricultura: requerimentos diversos

### **Centro de Documentação e Pesquisa Histórica / UNITAU:**

Relação de Títulos de Propriedades expedida pela Secretaria do Comércio e Indústria do Estado de São Paulo

### **Museu do Imigrante de São Paulo:**

- Papeis relativos à Colônia Agrícola do Quiririm:  
Contrato entre o Governo Imperial e o Dr. Francisco de Paula Toledo para a fundação de um núcleo colonial na fazenda Quiririm, de propriedade deste, no município de Taubaté, província de São Paulo, 16/1/1889.  
Ofícios da Delegacia da Inspeção Geral das Terras e Colonização no Estado de São Paulo, nº 498 de 15/8/1890 e nº 678 de 21/10/1890.  
Ofício da Escritoria da Comissão de Terras do Quiririm, 24/1/1889; cópia nº 66

### **Museu da Imigração do Vale do Paraíba, Società 30 di Aprile do Quiririm:**

**Mapas:** Localização do Distrito de Quiririm

Planta do Núcleo Colonial de Quiririm ( s/d)

Planta dos lotes urbanos do Núcleo Colonial do Quiririm

Títulos de Propriedade, núcleo colonial de Quiririm, expedidos pela Inspeção de Terras, Colonização e Imigração do Estado de São Paulo (1892 a 1904)

### **Sub-Prefeitura do Distrito Industrial do Quiririm, Taubaté:**

Planta atual do Distrito do Quiririm

## PERIÓDICOS:

### **Divisão de Museus, Patrimônio e Arquivo Histórico da Prefeitura de Taubaté (DMPHA)**

**Almanach Ilustrado do Diário de Taubaté para 1905.** Taubaté: Typografia do "Jornal de Taubaté", Taubaté: 1899.

Periódicos taubateanos:

**O Futuro**, 1882 e 1883

**Jornal de Taubaté**, 1883

**O Paulista**, 1885

**O Diário Paulista**, 1887 e 1888

**O Noticiarista**, 1885 a 1890

**Jornal do Povo**, 1887 a 1890

**Pátria Paulista**, 7/3/1891

**Pátria paulista**, 1891

## **Centro de Documentação e Pesquisa Histórica / UNITAU**

**Almanach Ilustrado do Diário de Taubaté para 1899**, 1º anno de impressão.  
Taubaté: Typ. do Jornal de Taubaté, 1889.

### **Fonte Impressa**

**GUISARD FILHO, Felix. Taubaté. Atas da Câmara. Documentos para a história do Vale do Paraíba ( 1880/1889).** 3 Volumes. São Paulo. Empresa Ed. Universal.1944



## **BIBLIOGRAFIA**

### **ESPECÍFICA**

**ABREU, Maria Morgado de. Taubaté de centro irradiador do Bandeirismo a Centro Industrial do Vale do Paraíba.**Taubaté.Santuário,1985ANAIS DO XII SIMPÓSIO DE HISTÓRIA DO VALE DO PARAÍBA- **Migrações no Vale do Paraíba.**São Jose dos Campos.UNIVAP.1994

**ANDRADE, Antonio Carlos de Argôllo e. o.** História de Taubaté através de textos. **Taubaté, P.M.T. Taubateana, nº 17.**

**ALVES, Maurício Martins.** Caminhos da pobreza. A manutenção da diferença em Taubaté (1680-172910. **1ª ed."Taubateana", nº 18. Taubaté: PMT, 1999.**

**AUDRÁ, Arthur.** Maristela, o convento da trapa. **Rio de Janeiro: José Olímpio, 1951.**

**CAPELETTE, Maria Luciana de Oliveira.** Família e preservação da identidade cultural pelo imigrante. O caso da colônia do Quiririm. **Monografia de Graduação pelo Departamento de Ciências Sociais e Letras/UNITAU,1997.( xerox)**

**DIOGO, Sandra Aparecida.** A ocupação da várzea e a degradação ambiental no Vale do Paraíba paulista: os portos de areia na região do médio Paraíba. **Monografia de Graduação pelo Departamento de Ciências Sociais e Letras/UNITAU, 1999. ( xerox).**

**MARIOTO, Lia C. V. P. Alves. *Notícias sobre Quiririm. Capelinha de N. S. Conceição Aparecida.* Boletim Histórico Cultural: DMPAH/Prefeitura de Taubaté, Ano I, nº 004, fevereiro de 1996.**

----- ***Notícias sobre a imigração italiana no Brasil.*** Boletim Histórico Cultural: -DMPAH /Prefeitura de Taubaté. **Ano I, n. 007, março de 1996.**

**RANGEL, Armênio de Souza. *Dilemas da historiografia paulista. A repartição da riqueza no município de Taubaté no início do século XIX.*** In Estudos Econômicos. **São Paulo, v. 28, nº 2, ab./jun., 1998.**

**ORTIZ, José Bernardo. São Francisco das Chagas de Taubaté. Taubaté: P.M.T. Taubateana, n 10, III série . 1988.**

**SANTOS, Maria Cristina Martinez Soto. Pobreza e conflito em Taubaté: 1860/1935. Doutorado. FFLCH/USP. Departamento de História. 1995. ( xerox).**

**SOCIETÀ 30 di APRILE. QUIRIRIM, presença e história italiana. Taubaté: Vogal, 1997.**

**TOLEDO, Francisco de Paula. História do município de Taubaté. 2ª ed anotada. Col. Taubateana, nº 6. Taubaté: P.M.T., 1976.**

## GERAL

**ALVIM, Zuleika M.F.** Brava Gente Os italianos em São Paulo (1870-1920) **São Paulo: Brasiliense,1986**

-----*Imigrantes: a vida privada dos pobres do campo.* In **NOVAIS, Fernando (org).** História da vida privada no Brasil , v.3 **São Paulo: Cia. Das Letras,1998; p. 215 a 287.**

**ARAÚJO, José Renato de Campos.** **Imigração e Futebol: o caso Palestra Itália.** Série Imigração. São Paulo: Edit. Sumaré/ FAPESP, 2000

**BEIGUELMAN, Paula.** A formação do povo no complexo cafeeiro: aspectos políticos. **São Paulo. Pioneira. 1978.**

-----*A grande imigração em São Paulo I e II,* in Revista do IEB. **São Paulo. USP,n os 3 e 4.1968,p.p.99/116 e145/157.**

**BEOZZO, José Oscar.** *A família escrava e imigrante na transição do trabalho escravo para o livre.* in **MARCÍLIO, Maria Luiza ( org.).** Família, mulher, sexualidade e igreja na história do Brasil. **São Paulo: Ed. Loyola, 1993.**

**CANDIDO, Antonio.** Os parceiros do Rio Bonito. Estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. **8ª ed. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1998.**

**CARELLI, Mário.** Carcamanos e comendadores: os italianos de São Paulo: da realidade à ficção (1919/1930). **São Paulo: Ática, 1985.**

**CENNI, Franco.** Italianos no Brasil. Andiamo in “Merica”. **2ª ed. Fac- símile da edição comemorativa do Centenário italiano no Brasil – 1875/1975. São Paulo: Livraria Martins/ EDUSP, 1975.**

**COLIBARI, Antonia.** Família e Ética de Trabalho: o Legado dos Imigrantes Italianos para a Cultura Brasileira. REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA. Dossiê travessia: migrações. **São Paulo: Humanitas/ANPUH., 1997**

.

**COSTA, Emília Viotti da.** Da senzala à colônia. **São Paulo: DIFEL, 1966.**

------. Da monarquia à República: momentos decisivos. **3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.**

**DEAN, Warren.** Rio Claro. Um sistema brasileiro de grande lavoura, 1820-1920. **Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1997.**

**DURHAM, Eunice Ribeiro. *Assimilação e mobilidade. A história do imigrante italiano num município paulista.* Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, nº01, separata 3. São Paulo: IEB/USP.1966.**

**FAUSTO, Boris. *A expansão do café e a política cafeeira.* In HOLLANDA, Sérgio Buarque de. História geral da civilização brasileira. Tomo III, v. I, 3ª ed. São Paulo: DIFEL, 1976.**

-----.(org.) . Fazer a América. A imigração em massa para a América Latina. São Paulo: EDUSP.,1994.

-----Historiografia da imigração para São Paulo. **Série Imigração.** São Paulo: IDESP/Sumaré,1991.

-----.(org.). Imigração e política em São Paulo. **Série Imigração.** São Paulo: FAPESP/IDESP/ Sumaré 1995.

**FERLINI, Vera Lucia Amaral et alii. *Os núcleos coloniais em perspectiva historiográfica.* Revista Brasileira de História. São Paulo: Marco Zero/ ANPUH.set./92- ag./93; p. 121/132.**

**FILIPPINI, Elizabeth. À sombra dos cafezais: sitiantes e chacareiros em Jundiaí (1890/1920). Doutorado – FFLCH/USP.Departamento de História,1998. (Xerox).**

-----Terra ,família e trabalho.O núcleo colonial Barão de Jundiá (1887-1950 ).**Mestrado-FFLCH /USP-Departamento de História,1990 (xerox ).**

**FURTADO, Celso.** Formação econômica do Brasil. **17ªed. São Paulo: Nacional, 1980 .**

**GADELHA, Regina M. D'Aquino.** Os núcleos coloniais e o processo de acumulação cafeeira (1850-1920 ). Contribuição ao estudo da colonização em São Paulo. **Doutorado. FFLCH / USP. 1982.**

**HUTTER, Lucy Maffei.** Imigração italiana em São Paulo (1880 a 1889). Os primeiros contatos do imigrante com o Brasil. **São Paulo. IEB,USP. 1972.**

-----Imigração italiana em São Paulo de 1902 a 1914. O processo imigratório. **São Paulo. IEB/USP, 1986.**

**Lamounier, Maria Lucia.** Da escravidão ao trabalho livre ( A lei da locação de serviços de 1879 ) **Campinas Papyrus,1988**

**LEITE, Miriam Moreira.** Retratos de família. **São Paulo. EDUSP/FAPESP,1993.**

**LOBATO, José Bento Monteiro.** *Cidades Mortas.* in *Cidades Mortas.* **2oª ed. São Paulo: Brasiliense, 1978.**

-----, **Jeca Tatuzinho**. In Almanaque do Biotônico Fontoura. **34<sup>a</sup> ed**, São Paulo: Laboratório Fontoura – SERP & Ci<sup>a</sup>, 1982.

-----, **Velha Praga**. In Urupês. **2<sup>a</sup> ed**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

**MAIA, Tom**. Vale do Paraíba – Velhas Fazendas. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.

**MARTINS, José de Sousa**. A imigração e a crise do Brasil agrário. São Paulo: Pioneira; 1973.

-----O cativo da terra. **6<sup>a</sup> ed**. São Paulo: Hucitec, 1996.

-----, Subúrbio. Vida cotidiana e história no subúrbio da cidade de São Paulo: São Caetano, do fim do Império ao fim da República Velha. São Paulo: Hucitec / Prefeitura de São Caetano do Sul, 1992.

**MELO, Vilmo Guimarães**. A imigração italiana e a transformação da estrutura econômica social do município de São Carlos **doutorado-FFLCH/USP, Departamento de História, 1972 (em xerox)**.

**MONBEIG, Pierre**. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: Hucitec/Polis, 1984.

**.MOTTA, José Flávio.** Corpos escravos, vontades livres. Posse de cativos e família escrava em Bananal (1081-1829). **São Paulo: Anna Blumme/ FAPESP, 1999.**

**MOTTA SOBRINHO, Alves.** A civilização do café. (1820-1920). **São Paulo: Brasiliense, s/d.**

**PRADO JR. Caio.** Evolução política e outros estudos. **São Paulo. Brasiliense, 1965.**

**PEREIRA, Antônia Alves de.** Italianos no mundo rural paulista. **São Paulo. Pioneira, IEB/USP, 1977**

**PETRONE, Maria Teresa Schorer.** O imigrante e a pequena propriedade: 1824-1930. **São Paulo, Brasiliense, 1882.**

----- ***Terras devolutas e sesmarias no Vale do Paraíba, (1850 a 1888).*** Revista de História, n. 103, jul/set., 1975.

**PINTO, Maria Inez Machado Borges.** Cotidiano e sobrevivência. A vida do trabalhador pobre na cidade de São Paulo (1890-1914). **São Paulo:EDUSP/FAPESP, 1994.**

**QUEIROZ Maria Isaura Pereira de.** ***A estratificação e a mobilidade social nas comunidades agrárias do Vale do Paraíba entre 1850 e 1888.*** Revista de História, ano 1, n. 2,abr./jan., 1950.



-----, Bairros rurais paulistas: dinâmica das relações bairro-cidade. **S. Paulo: Livraria Duas Cidades. 1973.**

**RIBEIRO, Suzana Barreto.** Italianos do Brás. Imagens e Memórias. (1920 – 1930). **São Paulo: Brasiliense. 1994.**

**SALLES, Maria Isabel B. Moreira.** Santana, Imigração e Colonização (Um núcleo paulista de colonização oficial). **Mestrado, FFLCH/USP, 1978 (xerox).**

**STEIN, Stanley J.** Grandeza e decadência do café no Vale do Paraíba. **São Paulo: Brasiliense. 1961.**

**Stolcke, Verena et alii.** *A introdução do trabalho livre nas fazendas paulistas.* REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA. **São Paulo: Marco Zero/ANPHU , n. 06, 1983/94.**

**TAYLOR, H. R.** *Padrões espaciais de migração-Estado de São Paulo.* Revista Brasileira de Geografia. **Rio de Janeiro: IBGE, vol.37, no 2, 1975, p. 77/90.**